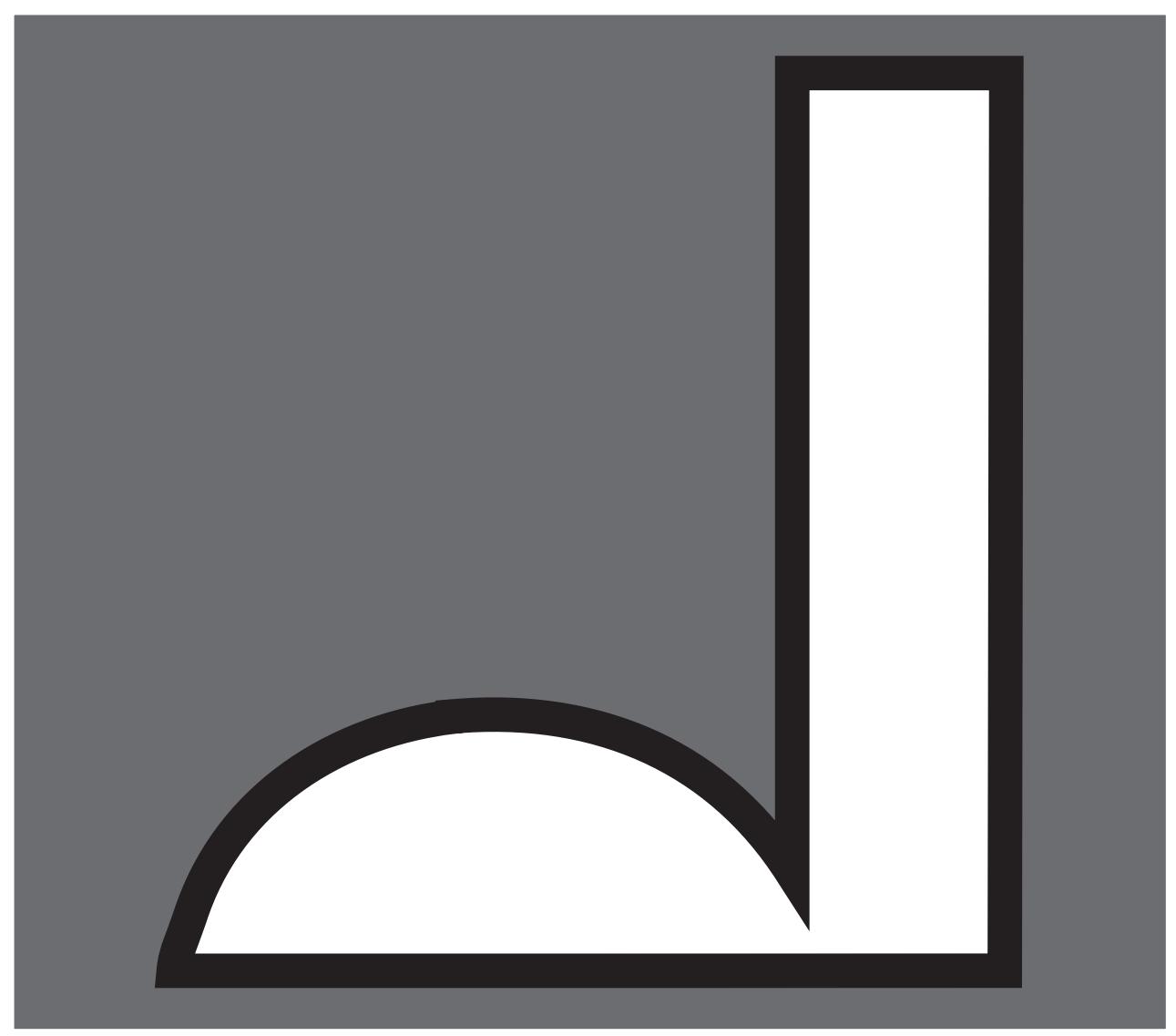




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 168 - TERÇA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 21 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando (Vago) LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB (Vago) (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata (Vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (Vago) BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 18 LÍDER Delcídio Amaral – PT	 VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 Antonio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30 LÍDER José Jorge – PFL	 VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azaredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (Vago) LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (Vago) Flexa Ribeiro LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (Vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 181ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Leitura de requerimento		
Nº 1.135, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Alberto Menezes, compositor e poeta gaúcho, ocorrido no dia 12 do corrente.....	35145	
1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde		
Nº 1.032/2005, de 14 do corrente, encaminhando a Moção de Apoio ao Senado Federal para a Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, de autoria dos participantes do I Seminário Nacional de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis.....	35145	
1.2.3 – Leitura de projeto		
Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que inclui o § 2º ao art. 17, e dá nova redação ao <i>caput</i> do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.....	35154	
1.2.4 – Ofícios		
Nº 10-249/2005, de 14 do corrente, do Senador Cristovam Buarque, comunicando sua ausência na sessão Plenária de hoje, dia 17, em razão da sua participação no I Congresso Científico da Universidade Federal do Tocantins – UFT.....	35155	
Nº 1.652/2005, de 17 do corrente, do Senador Sérgio Zambiasi, encaminhando relatório sobre desempenho de missão no exterior.....	35155	
1.2.5 – Discursos do Expediente		
SENADOR PAULO PAIM – Registro de artigo de autoria do ex-Deputado Ibsen Pinheiro, intitulado “Dirceu – Um quadro político”. Lamento pelo foco de febre aftosa no País e cobrança ao Governo Federal por mais investimentos no setor agropecuário. Protesto contra emenda inserida na “MP do Bem”, que vem prejudicar os trabalhadores de baixa renda. . .	35159	
SENADORA IDELI SALVATTI – Encaminhamento à Mesa de voto de aplauso ao Centro Educacional Menino Jesus, de Florianópolis-SC, que comemora 50 anos de atividades. Transcurso dos		
dois anos de existência do programa Bolsa Família, do Governo Federal.....		35163
1.2.6 – Leitura de requerimento		
Nº 1.136, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao Centro Educacional Menino Jesus, pelos seus 50 anos de atividade em Florianópolis.....		35165
1.2.7 – Discursos do Expediente (Continuação)		
SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas ao sistema tributário do Governo, classificando-o como responsável pela estagnação econômica do País. . .		35166
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas ao Governo Federal pelo descaso com a agricultura e a pecuária, responsabilizando-o pela incidência do foco de febre aftosa no rebanho brasileiro.....		35167
SENADOR GILBERTO MESTRINHO – Considerações sobre a seca no Estado do Amazonas. . .		35169
SENADOR RAMEZ TEBET – Atribuição de responsabilidade ao Governo Federal pela falta de recursos destinados à agricultura nacional, protestando contra as críticas feitas aos pecuaristas de Mato Grosso do Sul, em decorrência do foco de febre aftosa naquele Estado. . .		35169
SENADOR LEONEL PAVAN – Protesto contra a presença do traficante Fernandinho Beira-Mar em Santa Catarina. Preocupação com a febre aftosa no País. Críticas à forma como o Presidente Lula governa o País. Considerações sobre a reforma universitária. . .		35172
SENADOR PEDRO SIMON – Debate sobre o referendo da comercialização de armas no Brasil. . .		35180
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Preocupação com a ocorrência de febre aftosa no rebanho bovino brasileiro. Comentários à reportagem publicada no jornal Folha de S.Paulo , de autoria da jornalista Janaína Leite intitulada “TCU investiga ação suspeita de grandes fundos de estatais”. . .		35187
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – A questão da febre aftosa no Brasil. Defesa da implantação do orçamento impositivo. Justificação à requerimento de informações à Ministra-Chefe da Casa Civil, Sra. Dilma Rousseff, sobre as atividades,		

cargos e funções dos parentes do atual Presidente da República.....	35191
1.2.8 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.137, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona.....	35193
Nº 1.138, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney, solicitando a prorrogação de sua licença para tratamento de saúde.	35193
1.2.9 – Discursos do Expediente (Continuação)	
SENADOR NEY SUASSUNA – Comemoração do 141º aniversário de emancipação do município de Campina Grande – PB. Justificativas a ofícios ao Conselho Nacional da Saúde e ao Ministro da Saúde solicitando revisão no critério de classificação das despesas municipais da área de saúde em relação à coleta de lixo.	35193
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Defesa da união dos Estados do Nordeste em torno de uma política consistente e duradoura para devolver ao rio São Francisco a pujança que já possuiu.	35196
SENADOR CÉSAR BORGES – Considerações sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.....	35197
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Esclarecimentos sobre o andamento do processo que trata da cassação do mandato de S. Exª e de sua esposa, a Deputada Raquel Capiberibe. Realização, no último dia 13, de ato de solidariedade e militância em Macapá, contra a cassação dos referidos mandatos.....	35201
SENADORA HELOÍSA HELENA – Responsabiliza o Governo Federal pelo recrudescimento	

da febre aftosa no Brasil, tendo em vista o contingenciamento de recursos.

35203

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 18, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

35204

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 181^a Sessão Não Deliberativa em 17 de outubro de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Papaléo Paes, Gilberto Mestrinho, Paulo Paim, Leonel Pavan, Garibaldi Alves Filho, Heráclito Fortes, Valdir Raupp e Roberto Saturnino

(Inicia-se a sessão as 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.135, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Compositor e Poeta gaúcho Luiz Alberto Menezes, ocorrida nesta quarta-feira, 12 de outubro de 2005, o qual abriu espaço para o tradicionalismo nos rádios e TVs, sensível a cultura gaúcha sem perder a visão universal. Cidadão agraciado com inúmeras comendas, municipais, estaduais e nacionais, que marcou profundamente o povo gaúcho e brasileiro e como diz o pensador: “Acredita que Darci o espera do outro lado”. Homenagem merecida para quem, por primeiro, cantou o amor. E nos termos do art. 221, inciso I, a apresentação de condolências à seus familiares.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2005, – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Aviso nº 1.032/GM

Brasília 14 de outubro de 2005

Assunto: Petição de apoio ao Senado Federal para ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar a Moção de Apoio ao Senado Federal para a Ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, de autoria dos participantes do I Seminário Nacional de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos

Não Transmissíveis, uma vez que se trata de assunto da competência dessa Casa.

Atenciosamente. – **Saraiva Felipe**, Ministro de Estado da Saúde.

MOÇÃO DE APOIO AO SENADO FEDERAL PARA A RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

Nós, participantes do I Seminário Nacional de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, cientes de que a ratificação no Brasil da Convenção Quadro é fundamental para o sucesso das ações que visam à promoção à saúde, entendendo que o direito à saúde deve prevalecer acima de qualquer interesse econômico e considerando:

- que a epidemia do tabagismo vem crescendo como resultado de um conjunto de fatores sociais e econômicos que transcende as fronteiras dos países e contribui para sobrecarregar os seus sistemas de saúde, agravar a pobreza e dificultar o desenvolvimento sustentável;
- que a ciência demonstrou de forma inequívoca que o tabagismo e a exposição passiva à fumaça do tabaco são importantes causas de adoecimento e morte;
- que no Brasil já morrem cerca de 200 mil pessoas por ano devido ao tabagismo e que existe uma importante tendência de aumento da dependência entre crianças, adolescentes e mulheres;
- que a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco representa uma resposta à necessidade de implementar medidas globais e coordenadas para enfrentar a pandemia do tabagismo, abordando todos os fatores relacionados a essa expansão;
- que este tratado internacional entrou em vigor em 27 de fevereiro deste ano, incorporando-se ao ordenamento jurídico mais de 80 países que o ratificaram e comprometeram-se a implementar suas medidas;
- que no Brasil, a Convenção-Quadro foi aprovada na Câmara dos Deputados em maio de 2004 e agora precisa ser aprovada pelo Senado Federal;
- que nosso País precisa depositar o documento de ratificação na sede da Organização das Nações Unidas até 7 de novembro de 2005

para estar apto a participar da 1^a sessão da Conferência das Partes, quando se discutirão mecanismos para implementação do tratado, inclusive apoio financeiro.

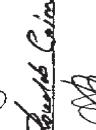
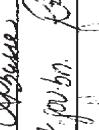
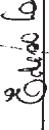
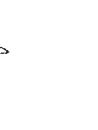
Solicitamos aos Senadores que apóiem e participem ativamente da ratificação da Convenção-Quadro, reafirmando o compromisso em proteger e preservar a saúde da nossa sociedade, buscando garantir ao povo brasileiro o direito à qualidade de vida e ao

País, condições necessárias para avanços sociais e econômicos.

Ratificando a Convenção-Quadro, o Brasil manterá o seu reconhecimento internacional como um País que defende a saúde de seus cidadãos, Atenciosamente, Representantes de Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, representantes de Instituições de Ensino e Pesquisa de todo o Brasil – Participantes do I Seminário Nacional de Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças e Agravos Não Transmissíveis.



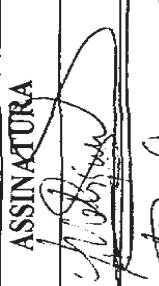
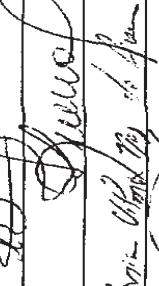
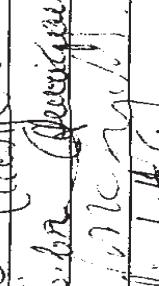
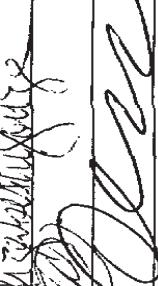
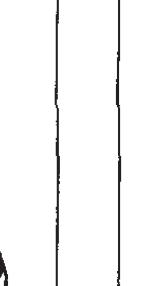
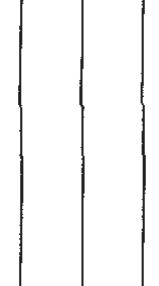
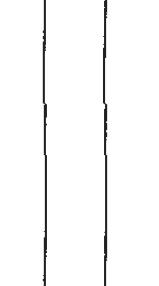
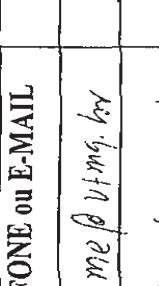
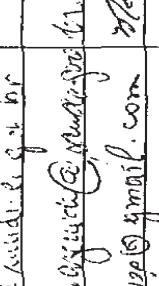
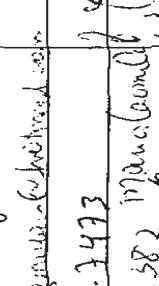
PETIÇÃO DE APOIO AO SENADO FEDERAL PARA RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO

Seq.	NOME LEGÍVEL	INSTITUIÇÃO	N.º DA IDENTIDADE	TELEFONE ou E-MAIL	ASSINATURA
1.	maria José Búlio C.	Ses/SC	586.346-5	048 22181152	
2.	Jandira Mara Faraco	SMSF/Paraná/SC	497667-3	048 2123925	
3.	Claudia Araújo	Min. da Saúde	780 214-17	061 3362-9342	
4.	Neurito Alves Ferreira	SES/ AP	059.250-18	096-3212-6154	
5.	Adriana F. Soárez	Ses/MS	0 86908-105	67-3185682	
6.	Luzia Almeida	Ses/SC	585 137-6	048 22181400	
7.	Ronaldo Corrêa	Ses/MS	5689265	031 32995304	
8.	Isaura Pimentel	Ses/SC	1114794	031 32145204	
9.	Letícia Hoff	SMS-RJ	5248904-8 (044.97)	031 32172999 natalino@nic.ig.br. 	
10.	Edilene L. Oliveira	Ses/MS	113449 - MT	67-3181619	
11.	Janelete Kelen K. Iewi	Ses/Pará/PE	7751222-3504	081 - 34239239 	
12.	Gláucia Pachá	Ses/MA	454.026/MA	(083) 3218-2335/8233	
13.	DOCTAN Odile Smarzio SNS/Ministério	SES/MA	901.060.65	67 3132-5039	
14.	Leila F. C. S. Coimbra SNS/MS	SES/MS	489.816/PE	(83) 3214-2975	
15.	Eduarda Brálio (b)opm	SEDANT/SES	300463205/RS (61) 34032434		



**PETIÇÃO DE APOIO AO SENADO FEDERAL PARA RATIFICAÇÃO DA
CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO**

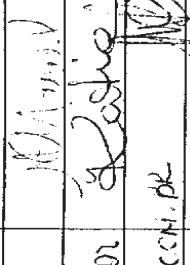
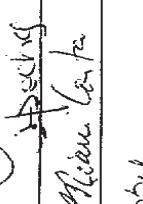
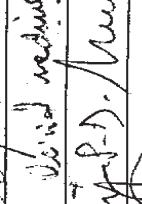
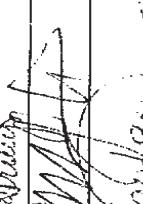
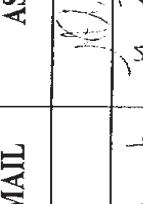
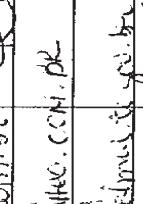
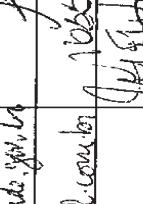
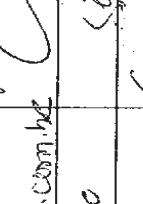
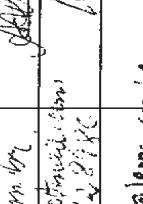
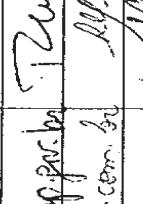
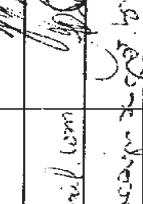
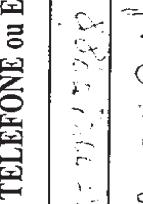
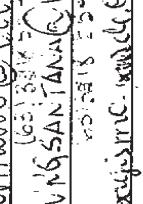
Seq.	NOME LEGÍVEL	INSTITUIÇÃO	N.º DA IDENTIDADE	TELEFONE ou E-MAIL	ASSINATURA
1.	Lígia T. U. de Acevado	SES/DF	500 1006 - DF	3403 2619	
2.	Juliana Nogueira Oliveira	SES/DF	900 505 - RN	(84) 3933 2568	
3.	Decídia Meire B. da Silva	SMS/Matias	570.163 - RN	9923.9003	
4.	Flávia Soárez da Motta	SMS/Matias-RN	1.720.597 - RN	(84) 3232-8335 / 8517-8774	
5.	Flávia Ribeiro	SES/Macau	10 700 225 116	32 335 - 1451	
6.	Maria Nívea de Carvalho	SMS/DDS	275.398 AL	82 - 3315 - 5188	
7.	Julie Maria Tavares Mendes	SMS/DANT'Smoro	379-803 AL	82-3315-5247 broadcat@ig.com.br	
8.	Janaina Rezende Pimentel	SEJ/MA	87.633-86/MA	(86) 3215-8733	
9.	Julia Zorzan	SES/ES	90036600.65	32339-9460	
10.	Juliana Oliveira	SEJ/MA	161.917	(83) 3215-9476	
11.	Monhavao Queiroz	Capital/MS	5439543.4. CESP/SP	61 3478 1009	
12.	Rosane A.P. Monteiro	FMS/UFSC	101165884	16-97939800	
13.	Quirine Branco	SELAZ/SC	23.444.7061-7	4224 8780	
14.	Renata Isoldi C.P. Muniz	DDCM/CESES-SP	11115887	11- 93111201 (www.1201.com.br) Oficina Isoldi C.P. Muniz	
15.	Dirceu M. O. Vaiençich	DDCM/CESES	8.777.999	111 3066-8295	
					duacnt@saude.sp.gov.br

Seq.	NOME LEGÍVEL	INSTITUIÇÃO	N.º DA IDENTIDADE	TELEFONE ou E-MAIL	ASSINATURA
16.	JOSÉ GUSTAVO VIEIRAS MOURA	UFM 6	1612584345	gjveme@ufrn.br	
17.	ANDÉLIA SICILIANO CUNHA	SESA/CSE	443589	andelia.siciliano@ufrn.br	
18.	YURI ANDRADE M. M. M.	M 5.	1264250841FP	lunardesu@ufrn.br	
19.	Maria Lúcia Viegas da Silva	SMS/FORTALEZA	676.068 SSP-CE	lucia.viegas@gmail.com	
20.	Desirée Souza Lacerda	SESA/PI	619.31518339/9	desirae.lacerda@ufrn.br	
21.	Renata Pires	SECS-273	199.816.352-23	32118.3473	
22.	Carina Carmelita	SEMS/Recife	1312821	32432382 manacavu@ufrn.br	
23.	Letícia Têncio Souza	SESI/PE	202.401 SSP/PE	leticia.tencio@ufrn.br	
24.	MC Mirela Hiramide	SET	30247736	51 3501-1101	
25.	ELIZABETH C. DE SOUZA	UFPA-NESE	364.003 SIS/PA	84-32154328	
26.	WILMA GABRIELA C. PEREIRA	SBS/PAU	549.2998 SIS/PAU	54932225642389	
27.	WILSON Ribeiro	PIUS	31404625	flaviers@ufrn.br	
28.					
29.					
30.					
31.					
32.					
33.					
34.					
35.					



**PETIÇÃO DE APOIO AO SENADO FEDERAL PARA RATIFICAÇÃO DA
CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO**

Seq.	NOME LEGÍVEL	INSTITUIÇÃO	N.º DA IDENTIDADE	TELEFONE ou E-MAIL	ASSINATURA
1.	Matilde Oliveira	SNS - Belo	4354001	(89) 3227-2440	Matilde Oliveira
2.	Marta Tereza T. Ferro	SES - Paez	1656859	(95) 3224-5702	Marta Tereza T. Ferro
3.	Maria de Fátima Gomes Júnior	SNS - Belém PA	135.621	(91) 3246-6740	Maria de Fátima Gomes Júnior
4.	Ilene Batista Lira	M.S.	1055.116	61-3315.3640	Ilene Batista Lira
5.	Ordem dos Advogados do Brasil - MS	1323 327	61-3315 3419	Ordem dos Advogados do Brasil - MS	
6.	Silvia Lúcia Almeida	SMSA-RD	960.278	69.3216-7366	Silvia Lúcia Almeida
7.	Rosângela L. S. Oliveira	Sesau - RC	258.119	(65) 3216-5134	Rosângela L. S. Oliveira
8.	Edileneza Liane Chima	SMSA - RR	0313992-1	(95) 3683-7749	Edileneza Liane Chima
9.	Monica Rovelli Souto	UFG - GO	16.922264	(62) 3522-4240	Monica Rovelli Souto
10.	Rosana Nunes	CEADAPS - RJ	06100483-4	(21) 3852 0080	Rosana Nunes
11.	Cherla A. de Lame	SMS-Goiana	R6:1564340	cherla@sms.gov.br	Cherla A. de Lame
12.	Tomélio Oliveira	Sesa - ES	R6-416068	tomelo@sesae.es.gov.br	Tomélio Oliveira
13.	José L. A. Costa	Sesau-RS	175.594	(65) 3211.3165	José L. A. Costa
14.	Justo Carneiro Borges	Sesnia - AC	036.102.5564	(95) 3211.3165	Justo Carneiro Borges
15.	Antônio K. M. Amorim	Sesau - RJ	222.2222	antonio.kam@sesau.rj.gov.br	Antônio K. M. Amorim

Seq.	NOME LEGÍVEL	INSTITUIÇÃO	N.º DA IDENTIDADE	TELEFONE ou E-MAIL	ASSINATURA
16.	YURI J. (m) (11/2005)	21/09/2005	22395-2011	(11) 32395-2011	
17.	YATTI MAFIA VENÍCI	GENIEP. CUIABÁ-MT	1.01450-9911	1.01450-9911	
18.	MÁRCIA VIEIRAS DE OLIVEIRA	SMS. Pirenópolis	1333592-3565	1333592-3565	
19.	Keila Monttino e Rochez	SMS. PAULÍNIA-SP	14841933970	14841933970	
20.	TÚSÉ LUIZ RAVI COSTA	MIN. DA SAÚDE	5.521.085-559/59	5.521.085-559/59	
21.	na da Conceição Souto de Souza	Ampliação	57-3641	57-3641	
22.	MÁRCIA FAZIA WESTPHAL	FACULDADE SÍCULA-USP	2 800 305 / 550-SP	2 800 305 / 550-SP	
23.	2.1774 Difesa FCBM	SESS/SES	1051308375598	1051308375598	
24.	Almeida Almeida	Ses/Am	431581-2 352-44	431581-2 352-44	
25.	CARLOS LIMA LIMA	SMS/PRANANAPOLIS	1/2 116117-551-SC	1/2 116117-551-SC	
26.	DEBORA Ribeiro Ribeiro	1219464 H. Sandoval	1219464 H. Sandoval	1219464 H. Sandoval	
27.	REGINA SILVA ASSEVEDO	SMS/SAÚDE-MA	21442794-355-NA	21442794-355-NA	
28.	Reginaldo Alcides Leal de Oliveira	SMS/UFPE	96150023376 550-CE	96150023376 550-CE	
29.	Márcia da Cunha Neves Ribeiro	SMS/PMSP - 1114	11-225.138 550-SP	11-225.138 550-SP	
30.	Marina Cíntia Gómez Medina	SMS-S. Paulo	4 304 051	4 304 051	
31.	Ruy Ferreira de Melo	DAU/CO/SA/MS-SP	8.781-818	8.781-818	
32.	Priscila Lobo	A. de Araxá CPS/SESAF/RN	532 593	532 593	
33.	RODRIGO VIEIRAS MORGES	SES/RR	1.127.123-56	1.127.123-56	
34.	Anna Silvana Santanna	SMS / ARACATUBA	12909777 550-SE	12909777 550-SE	
35.	Adriella Condino Freire	SMS/Manaus	M5422404 550-AM	M5422404 550-AM	

36.	Kathia Reigas-Borges	SMS/GeniániC	2087896	162) 524 604	162) 524 604
37.	José Rita E. Brilhacidente	SUS/Goiânia	2140926	(62) 5524 1604	5524 1604
38.	Simone F. Nonomoto	SMS/Salvador	2346023-08	(61) 3611-1043	3611-1043
39.	Christiane W. Guedes	SMS/Caruaru	3105.496	(71) 3611-1043 / (71) 3611-1043	3611-1043 / (71) 3611-1043
40.	Delikta S. D'Assumpção	TMN/MS/DESIT	4156295	(61) 81559796 / 32616492	81559796 / 32616492
41.	Vilma Gavestchuk	SES/SP	98.824.082	(11) 3062.0441	3062.0441
42.	Equipe de Pesquisas OPAS	34126-9533	8.998.251 SSP/SP	8.998.251 SSP/SP	8.998.251 SSP/SP
43.	Justizne Gómez	MS/	1053784433	(61) 33153208	33153208
44.	News (6) Doca		1669356	(62) 32248051	32248051
45.	infatia na Clínica dentista MS/SVS		1509004-559/60	(62) 9968-765	9968-765
46.					
47.					
48.					
49.					
50.					
51.					
52.					
53.					
54.					
55.					
56.					



**PETIÇÃO DE APOIO AO SENADO FEDERAL PARA RATIFICAÇÃO DA
CONVENÇÃO-QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO**

Seq.	NOME LEGÍVEL	INSTITUIÇÃO	N.º DA IDENTIDADE	TELEFONE ou E-MAIL	ASSINATURA
1.	Alice Erguina Tisserant	SEstado Santa PR	1.215.564	olinet@area.pi.gov.br	<i>Alice Erguina</i>
2.	Sueli Gonçalves Couto	INCA	2 556 864-3	acelio@conca.gov.br	<i>Sueli Gonçalves Couto</i>
3.	Marcília Crammer				<i>Marcília Crammer</i>
4.	Ane Cláudia Uhm zum	SES - RJ	52-52 499-0	claudia@ses.rj.gov.br	<i>Ane Cláudia Uhm zum</i>
5.	Márcia Oliveira P. Cunha	SES - RJ	60.099	gimli@pmvnet.com.br	<i>Márcia Oliveira P. Cunha</i>
6.	Ane Sociai	SEAS/SES-SC	308578450860	anasant@pmail.com	<i>Ane Sociai</i>
7.	Maria do Carmo Solano	FMS/SEUS	70 693 - 07	marcocode@uol.com.br	<i>Maria do Carmo Solano</i>
8.	Liaita H. Pereira de Oliveira	SES/PI	1042.466 - PI	liaiamaria.mor@hotmail.com	<i>Liaita H. Pereira de Oliveira</i>
9.	Márcia Nogueira	SEUS/SEUS	3176613-5916	marciano@uol.com.br	<i>Márcia Nogueira</i>
10.	Michelle A. Gómez	Sec. Min. da Cidadania	4310256-7	bilua@mincidadania.gov.br	<i>Michelle A. Gómez</i>
11.	Monica Lira	Min. da Cidadania	1418 263-2	anpec@mincidadania.gov.br	<i>Monica Lira</i>
12.	Monica Tissi Tissi	SESA/SC	10101010101010101010	monica.tissi@sesa.sc.gov.br	<i>Monica Tissi Tissi</i>
13.	Monica Seccariolli Scatt	SESA/SC	391.945	monica.s@sesa.sc.gov.br	<i>Monica Seccariolli Scatt</i>
14.	Monizinho Al. Queiroz	Sec. Cidadania	609 - 054-559-0	monizinho.al@pmu.gov.br	<i>Monizinho Al. Queiroz</i>
15.	Arcélia da Silva	SES/Campinas	16440855/167	arcelia.silva@pmu.gov.br	<i>Arcélia da Silva</i>

Seq.	NOME LEGÍVEL	INSTITUIÇÃO	N.º DA IDENTIDADE	TELEFONE ou E-MAIL	ASSINATURA
16.	Fernando Pederer	SEFAU-TO	fone: 1177437-0	(63) 32183271	
17.	Normi Dreyer	SESI-MT	081/mt 930	(65) 6135383	
18.	Justino de Estimações	SES/RS	051/15955016	83321871324	
19.	Lei. Maria de Almeida	INCA/MS	3514505 IEP/12	bolmeida@inca.gov.br	
20.	Luiz C. Barros	SMS/SP	4232749/1PC	luizcbar@uol.com.br	
21.	Luiz F. Viana	SES/DF	7224321/60	lfviana@uol.com.br	
22.	Wellington Pinto	Defensorias/MS	1672117	61/33153289	
23.	Wilkir Henrique de Souza Góes	Sesu-GO	156734035250	(62) 3524-5517	
24.	Scandurra M. Bópore	FCP/USP	156190915571/SP	scandurra@usp.br	
25.	Júlio Cesar Kneipp	Defensoria/SC	260227842000	69.3216.5269	
26.	Waldemar L. Viana	SES/SC - RO	558110 - 558111	69.3216.5269	
27.	Clarice Vânia Matoso	MS - PNH	11.856-705/MS	(61) 3346-6604	
28.	Edilson Almeida Viana	Sesu/MS/MS	161688-5520 DF	33153366	
29.	ELLA T. AVELLAR	MS - SAS	22742172-3551/SP	61/33152610	
30.	Edson Viana	MS - SAS	1050164 - 55162	gilvian@uol.com.br	
31.					
32.					
33.					
34.					
35.					

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O aviso que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 355, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Inclui o § 2º ao art 17 e dá nova redação ao caput do art 44, da Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 17.
§ 1º

§ 2º As atividades exercidas pelas instituições financeiras ou a elas equiparadas, conforme definidas nesta lei, quando em relacionamento com terceiros equivalem-se e caracterizam-se para todos os efeitos legais a uma relação de consumo.”

Art. 2º O **caput** do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente, inclusive as decorrentes, previstas e aplicáveis pela Lei nº 8.078/90:”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Projeto que ora submetemos à apreciação dos ilustres pares visa consolidar discussão existente na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, mais conhecida como Código de Defesa do Consumidor, desde a promulgação desta lei instaurou-se a polêmica, da incidência ou não de suas normas a alguns setores, pois se questionava a legalidade desta interferência do Estado nas relações privadas.

A Lei nº 8.078/90 em seu art. 3º, § 2º estabelece que as relações bancárias equiparam-se as relações de consumo, ou seja, sobre estas relações incide a referida norma.

Na relação bancária, que embora realizada na maioria das vezes, entre particulares, há a evidência, com manifesto interesse público diante da

questão, da dimensão do próprio interesse que cerca a matéria ou seja, a distribuição de crédito, fomentando o desenvolvimento das atividades e é, justamente neste setor, – o do crédito bancário – onde o cidadão se encontra mais desprotegido e em razão do desenvolvimento do setor bancário, devidamente estruturado e planificado com a moderna técnica de atuar, inclusive, informatizado, impondo, nessa relação, a vontade preponderante do banqueiro ou dos entes bancários em sacrifício do tomador do crédito que, em geral, sempre necessitando de valores para utilização, nem sempre, nos limites, tem condições de impor ou exigir igualdade no tratamento.

É indiscutível que esta questão atualmente encontra-se pacificada tanto na doutrina quanto na jurisprudência. Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça – STJ, tendo entendimento jurisprudencial consolidado, editou a súmula nº 297 que estabelece que o Código de Defesa do Consumidor é perfeitamente aplicável às instituições financeiras.

Em sentido oposto, existe a ADIN nº 2.591/2001, em tramitação no Superior Tribunal Federal – STF, que alega a inconstitucionalidade do § 2º do art. 3º da referida lei, quando atribui a atividade bancária, financeira, de crédito e securitária a natureza de relação de consumo, uma vez que se trata de lei ordinária, lesando o art. 192 da nossa Magna Cada, que dispõe que somente lei complementar poderá regular o sistema financeiro nacional.

Assim, como a lei que disciplina o sistema financeiro nacional é a Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964, apresentamos a presente preposição para reparar a ilegalidade existente em nosso ordenamento jurídico e consequentemente acabar com as divergências a respeito do assunto.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

**CAPÍTULO IV
Das instituições financeiras**

**SEÇÃO I
Da Caracterização e Subordinação**

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

CAPÍTULO V Das Penalidades

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

- I – Advertência.
- II – Multa pecuniária variável.
- III – Suspensão do exercício de cargos.

IV – Inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras.

V – Cassação da autorização de Funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais, ou privadas.

VI – Detenção, nos termos do § 7º, deste artigo.

VII – Reclusão, nos termos dos artigos 34 e 38, desta lei.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e

seguritária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

(À Comissão de Assuntos Econômicos e à de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Ofício GSCB nº 10-249/2005

Brasília, 14 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, minha ausência à Sessão Plenária do dia 17/10 do corrente ano, segunda-feira, tendo em vista minha participação no I Congresso Científico da Universidade Federal do Tocantins – UFT, intitulado “A Universidade Federal do Tocantins no contexto da Amazônia Legal”, quando proferirei palestra sobre o tema “A Educação na Amazônia”, conforme documento que faço constar, em anexo.

Respeitosamente. – **Cristovam Buarque**, Senador – PDT/DF.

Ofício nº 1.652/2005 – GSSZ

Brasília, 17 de outubro de 2005

Senhor Presidente:

Encaminho anexo relatório acerca da missão desempenhada no exterior, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RQS nº 1.125, de 2005) por ocasião da “Reunião de Mesa Executiva da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul” realizada em 11 de outubro de 2005, em Buenos Aires, Argentina, para dar continuidade aos trabalhos de criação do Parlamento do Mercosul.

A reunião foi uma das mais importantes realizadas recentemente, onde foi superado um impasse e definido o critério de representatividade de cada país no referido parlamento. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

CONGRESSO NACIONAL COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL – Representação Brasileira

RELATÓRIO DE VIAGEM

Reunião de Buenos Aires sela compromisso pela construção do Parlamento do Mercosul.

Reunião Plenária Extraordinária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada em Buenos Aires, na última terça-feira, 11-10-2005.

A reunião, sob coordenação do Presidente Pro-Tempore, Roberto Conde, deputado do Uruguai, contou com a participação dos presidentes das Seções Nacionais dos quatro Países-Membros – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e de parlamentares que integram as respectivas Comissões.

Na condição de presidente da Seção Brasil e, portanto, de membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, coordenamos a delegação brasileira, que contou com a presença do Deputado Dr. Rosinha e da Deputada Maninha.

A principal decisão da reunião, uma das mais importantes realizadas recentemente, foi a definição sobre o critério de representatividade parlamentar no Parlamento do Mercosul, que se encontrava pendente de um acordo entre os Países-Membros.

Por consenso, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul definiu que, durante a etapa de transição, de 2006 até 2010, a composição do Parlamento do Mercosul será paritária e formada por 18 parlamentares de cada Estado-Membro.

De acordo com a decisão da CPCM, o processo de instalação do Parlamento do Mercosul ocorrerá por etapas.

A primeira, de transição, com vigência até o mês de dezembro de 2010, terá representação paritária, com participação de parlamentares no exercício do mandato, escolhidos pelos respectivos Congressos Nacionais.

Na segunda etapa, de janeiro de 2011 até dezembro de 2014, o Parlamento do Mercosul será integrado por parlamentares eleitos diretamente por sufrágio universal, mas ainda de acordo com os respectivos calendários eleitorais nacionais.

A partir de 2014, o Parlamento do Mercosul superará sua fase de transição e passará a funcionar com representação de parlamentares eleitos pelo voto popular, em datas comuns aos quatro Estados-Membro. Para a realização desta eleição será fixada uma data comum, antes da final de 2012, definido como Dia do Mercosul-cidadão.

Além da decisão sobre uma data comum para a realização de eleições para o Parlamento do Mercosul, também se decidirá sobre a questão da representação parlamentar, se ela continuará paritária ou se será proporcional.

Com esta decisão, baseada no diálogo, na busca do consenso, superamos um impasse existente no processo de construção do Parlamento do Mercosul. Temos consciência de que o Parlamento do Mercosul só se afirmará se contemplar plenamente, e com justiça, os interesses de todos os seus integrantes. O Parlamento do Mercosul, assim como os Parlamentos

Nacionais, representará o conjunto dos povos da região, mas é decisivo que ele seja expressão, também, de cada país, de cada cidadão.

Outra decisão importante da reunião foi em relação ao critério da tomada de decisões, que poderão ser diferentes para cada etapa de implantação do Parlamento do Mercosul. De acordo com o documento final, serão adotados critérios de 'Maiorias Especiais' para, com isso, evitar a sobreposição da 'Maioria Automática' dos países maiores, quando da vigência da Representação-Cidadã.

Também fundamental para o bom andamento dos trabalhos do Mercosul é a decisão de realizar gestões comuns nos respectivos Congressos Nacionais para a adoção de mecanismos que dotem as matérias referentes ao Mercosul de tratamento preferencial ou de urgência. Este mecanismo, segundo entendimentos dos representantes dos quatro países reunidos em Buenos Aires, não deverá ultrapassar o prazo de 180 dias, contados a partir do ingresso da norma em cada Parlamento Nacional. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

MERCOSUR/CPC/ACTA Nº 7/05

REUNIÓN PLENARIA EXTRAORDINARIA DE LA COMISIÓN PÁRLAMENTARIA CONJUNTA DEL MERCOSUR

A los 11 días del mes de octubre del año 2005 se reúne, en instalaciones del congreso de la Nación Argentina, en reunión plenario extraordinaria la comisión parlamentaria conjunta. La lista de participantes figura como anexo I.

La Orden del Día aprobada fue la siguiente:

- Acuerdo sobre Parlamento del Mercosur;
- Continuidad de la cooperación CPC – UE.

Parlamento del Mercosur: Se aprobó la Disposición 11/05, cuyo texto figura en el Anexo II.

En relación a la continuidad de la cooperación con la Unión Europea se acordó destinar como contrapartida MERCOSUR al mismo, tal cual lo requerido, un aporte de euros 180.000,-. Los detalles de la contrapartida MERCOSUR se establecerán en la etapa de formulación del proyecto mencionado. A su vez los Presidentes de las Secciones Nacionales de la CPC, firmaron una nota dirigida al Coordinador Protempore del Grupo Mercado Común, mediante la cual se le comunica los alcances de esta decisión.

Dip. **Alfredo Atanasof**, Presidente CPC – Argentina

– Dip. **Roberto Conde**, Presidente **Pro-Tempore** – Sen.

Alfonso Gonzalez Núñez, Presidente CPC Paraguay

– Sen **Sérgio Zambiasi**, Presidente CPC – Brasil

MERCOSUR/CPC Nº 18/05

MERCOSUR/CPC/DIS. Nº 11/05

MERCOSUR/CPC/DEC. Nº 02/05

Diputado **Roberto Conde**, Presidente **Pro-Tempore** CPC-MERCOSUR – Diputado **Alfredo Atanasof**, Presidente de la CPC Argentina – Diputado **Florisvaldo Fier Dr. Rosinha**, Presidente de la CPC Brasil – Senador **Alfonso González Nuñez**, Presidente de la CPC de Paraguay.

MERCOSUR/CPC/ACTA Nº 7/05/ANEXO I

**REUNIÓN PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
DE LA COMISIÓN
PARLAMENTARIA CONJUNTA DEL MERCOSUR**

ANEXO I

Argentina

Diputado Alfredo Atanasof – Presidente de la Sección Nacional

Diputado Leopoldo Moreau

Diputado Hugo Cettour

Diputado Alicia Castro

Diputada Mirta Rubini

Diputado Jorge Giorgetti

Senador Mario Losada

Lic. Sandra Rogato – Secretaria Sección Nacional

Sra. María Inés Góngora

Lic. Silvia Lospennato

Lic. José Luis Maurizio

Lic. Ezequiel Salas

Prof. Marcelo Canossa

Lic. Raquel Bertone

Sr. Cesar Mazzuco

Sra. Francis Archetto

Sra. Viviana Cardozo Arenales

Sra. Adriana Galván

Brasil

Senador Sergio Zambiasi – Presidente de la Sección Nacional

Diputada María José C. Maninha

Diputado Florisvaldo Fier

Sr. Antonio Ferreira Costa Filho – Secretario de la Sección Nacional

Dra. María Claudia Drummond – Asesora

Paraguay

Senador Alfonso González Nuñez – Presidente de la Sección Nacional

Diputado Hécton Lacognata

Senador Ada Solalinde de Romero

Diputado Carlos Paoli

Lic. Edgar Lugo – Secretario de la Sección Nacional

Uruguay

Diputado Roberto Conde – Presidente Pro tempore

Diputado Enrique Pintado – Vice-presidente

Diputado Juan José Dominguez – Secretario General

Diputado Rubén Martínez Huelmo

Sr. Juan Manuel Arraga – Secretario de la Sección Nacional

SAPP

Sr. Oscar Casal – Secretario Permanente Sra. Valeria Barboza – Asistente

ANEXO I

“Bases del Acuerdo Político para la instalación del Parlamento del Mercosur”

a) El proceso de instalación del PM se realizará en un período de dos (2) etapas contadas a partir del depósito del tercer instrumento de ratificación, en los términos del artículo 48 del Protocolo de Ouro Preto. La instalación deberá efectivizarse el 31-12-2006. Durante la primera etapa de la transición, que no se extenderá mas allá del 31 de diciembre de 2010, el PM estará integrado por parlamentarios nacionales en ejercicio de su mandato.

b) Antes del final de la Etapa I, cada país realizará elecciones por sufragio universal y directo para elegir a los parlamentarios del Mercosur, de acuerdo a su propia agenda electoral (y en los términos del artículo 6 inc 4) de la Disp 7/05). Los parlamentarios electos ejercerán su mandato en la Etapa II de la transición (1-1-2011 a 31-12-2014), no obstante queda abierta la posibilidad de que asumieran enseguida de ser electos. En este caso los parlamentarios podrán, por esta única vez, tener distinto tiempo de mandato, el cual sería desde su elección hasta el final de la Etapa II.

c) Antes de fines de la etapa II se fijará un dia del Mercosur ciudadano a efectos de que la elección de parlamentarios en el año 2014 se realce simultáneamente para todos los Estados Partes para el siguiente periodo. La fecha de esta elección será fijada por el Parlamento del Mercosur antes de fines del año 2012.

d) Durante la Etapa I, que se iniciará en el momento de entrada em vigor del Protocolo del PM, su composición será paritaria, con 18 parlamentarios por Estado Parte. El quórum para la apertura de las sesiones, durante este período será de 1/3 (un tercio) de los parlamentarios de cada Estado Parte, es decir 6 por país.

e) Despues de la Etapa I, a partir del 1-1-2011, entrará en vigor la representación parlamentaria en el PM en base a un criterio de representación ciudadana que será aprobada por el CMC, a propuesta del Parlamento del Mercosur. Para su aprobación la propuesta deberá contar con el voto afirmativo de la mayoría de la Delegación de cada uno de los Estados Partes.

f) El Reglamento Interno lo aprobará y modificará el PM con una mayoría especial expresada por el

voto afirmativo de la mayoría absoluta de integrantes de la representación parlamentaria de cada Estado Parte (consenso de estados).

g) Para el sistema de toma de decisiones se adoptará el criterio de mayorías especiales que eviten la mayoría automática de los países mayores como compensación al lógico derecho de éstos a tener mas bancas por un principio básico de representatividad ciudadana. Los criterios de toma de decisiones que se incluirán en el Reglamento podrán ser diferentes para La Etapa I (2007-2010 – paritario) y los períodos siguientes. Durante el mencionado período, será necesario el voto afirmativo de 2/3 (dos tercios) del total de miembros del PM que comprendan a parlamentarios pertenecientes a los Cuatro Estados Partes, para la aprobación de los dictámenes concernientes a materias enviadas por el CMC a la consulta parlamentaria, en los términos del artículo 4 inc. 12 del proyecto de Protocolo del PM. Para las demás materias se adoptará el criterio de mayoría absoluta de integrantes del PM.

h) Mientras esté en vigor la representación paritaria, el presupuesto del Parlamento será aportado en partes iguales por los Estados Partes. A partir del momento en que la composición del PM sea según el criterio de representatividad ciudadana, el presupuesto del PM será solventado por aportes proporcionales al PBI y al presupuesto de cada Estado Parte en la forma en que sea reglamentado por el CMC.

i) Para la implementación de lo dispuesto en el Artículo 4 inc. 12 del Proyecto de Protocolo del PM, con fundamento en el Acuerdo interinstitucional celebrado entre el CMC y la CPC, las Secciones Nacionales realizarán gestiones para que los Congresos adopten los dispositivos reglamentarios necesarios para la implementación de un mecanismo de tratamiento preferencial o de urgencia de las normas Mercosur que hayan obtenido un parecer favorable del PM. Ese mecanismo no deberá extender el plazo para el tratamiento preferencial mas allá de los 180 días corridos contados a partir del ingreso de la norma a cada Parlamento Nacional.

j) Para los restantes artículos del Proyecto de Protocolo de PM, que no se contradigan con el presente documento, seguirá en vigor lo acordado en la Disposición CPC 7/05.

ANEXO II

MERCOSUR/CPC/DIS. N° 11/05

PARLAMENTO DEL MERCOSUR

Visto la Decisión n° 49/04 del Consejo del Mercado Común y la Disposición CPC n° 7/05;

Considerando

Que la Decisión n° 49/04 inviste a la Comisión Parlamentaria Conjunta la calidad de comisión preparatoria para realizar todas las acciones necesarias

tendientes a la instalación, antes del 31 de diciembre de 2006, del Parlamento del Mercosur.

Que entre las acciones encomendadas, se incluye la presentación de un proyecto de Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur para consideración del Consejo del Mercado Común.

Que durante el primer semestre del año 2005, la CPC conformó un Grupo Técnico de Alto Nivel (GTAN) para la redacción de un anteproyecto de Protocolo de Parlamento del Mercosur, en base a directivas políticas aprobadas en la Reunión de Presidentes del mes de febrero de 2005 y la Reunión de Mesa Ejecutiva de marzo ppdo.

Que el GTAN presentó a la CPC un anteproyecto de Protocolo el cual fue analizado y debatido por los parlamentarios durante el primer semestre del año en curso, llegándose en la XXVI Reunión Plenaria a elaborar y entregar al CMC un informe con el estado de avance de las negociaciones del texto definitivo del proyecto de Protocolo Constitutivo.

Que tal cual lo establece la Decisión n° 49/04, la CPC continuó durante el segundo semestre del año 2005, profundizando los mecanismos de diálogo político para llegar a un acuerdo que permitiese contemplar y consensuar las posiciones de los cuatro Estados Partes

La necesidad de que la agenda política del Mercosur cuente con un instrumento institucional eficaz y eficiente que represente a los ciudadanos del Mercosur, con el objeto de coadyuvar a la legitimidad democrática, que contribuya activamente a la seguridad jurídica del bloque y garantice la participación ciudadana en el proceso de integración.

Que la CPC, consciente del desafío y la responsabilidad histórica que implica la instalación del Parlamento del Mercosur, cumple con la primera etapa de la agenda de instalación del mismo, elaborando un proyecto de Protocolo que se presentará al CMC, a la vez que reitera su compromiso ineludible de continuar con todas las acciones necesarias para dar cumplimiento a lo dispuesto en la Decisión n° 49/04.

Que para dar cumplimiento al plazo de instalación establecido en la Decisión de referencia, la CPC entiende que necesariamente los Estados Partes deberán signar el Protocolo de Parlamento del MERCOSUR en el mes de diciembre del corriente año.

La Comisión Parlamentaria Conjunta Dispone

Artículo 1. Aprobar el documento "Bases del Acuerdo Político para la instalación del Parlamento del Mercosur" que figura como Anexo I a la presente.

Artículo 2. Encomendar al GTAN que durante el mes de octubre de 2005, en base al documento citado ut supra, elabore la redacción final del proyecto de referencia.

Artículo 3. Delegar en los Presidentes de las Secciones Nacionales de la CPC la firma y entrega al Coordinador Pro Tempore del Consejo del Mercado Común, del proyecto de Protocolo de Parlamento del Mercosur, a la mayor brevedad posible.

Buenos Aires, 11 de outubro de 2005.



O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. PT – AC) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir para registrar nos Anais da Casa um artigo escrito pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados e atual vereador da cidade de Porto Alegre Ibsen Pinheiro. O artigo, Sr. Presidente, muito bem escrito, de alguém que conhece muito bem o Parlamento, é sobre o julgamento de José Dirceu pela Câmara e se intitula “Um quadro político”. Esse artigo foi publicado originalmente no Blog do Noblat, no dia 5 de outubro, e depois veiculado em outros órgãos.

Cumprimento o ex-deputado Ibsen Pinheiro, ex-presidente da Casa, pela coragem num momento tão difícil, em que pedras são atiradas de todos os lados. Muito poucos escrevem um artigo com essa clareza e com essa profundidade que o momento exige.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V. Exª que deixe registrado nos Anais desta Casa, porque entendo que este artigo vai entrar para a história, como entrou para a história Ibsen Pinheiro, do qual tive a satisfação de, na época, fazer a defesa da tribuna da Câmara dos Deputados, e foi comprovado que ele era inocente.

Sr. Presidente Tião Viana, eu gostaria também de, no dia de hoje, falar sobre a febre aftosa, que preocupa a todos nós.

Todos sabemos que a febre aftosa é uma enfermidade transmitida por alguns tipos de vírus e altamente contagiosa, que ataca principalmente bovinos, suínos, ovinos e caprinos, não trazendo riscos de contágio à vida humana. No Brasil, o controle da doença é realizado pela vacinação periódica dos rebanhos, geralmente, de seis em seis meses.

O surgimento de um foco de aftosa no Município de Eldorado, em Mato Grosso do Sul, confirmado pelo Ministério da Agricultura na segunda-feira, 10 de

outubro, trouxe restrições às exportações da carne bovina brasileira.

Segundo divulgado na imprensa, 25 países da União Européia e Rússia, Uruguai, Argentina, África do Sul e Israel já anunciaram a suspensão, total ou parcial, de compra da nossa carne.

Ainda não é conhecida a causa do surgimento da aftosa. O vírus poderia ter vindo do Paraguai, ou ter sido inoculado propositalmente para prejudicar as exportações da carne brasileira. Levanta-se também a possibilidade da vacina não ter sido aplicada corretamente nos animais, ou, ainda, de uma mutação dos vírus, tornando-o resistente à vacina. Tudo é levantado.

Eu gostaria de dizer que, independentemente da causa do aparecimento da aftosa no Estado de Mato Grosso do Sul, o que realmente importa é que o Governo brasileiro tem que investir mais no setor agrícola.

A União Européia insiste na exigência de um plano de rastreabilidade e de certificação. O Brasil já tem um sistema que garante a identificação dos animais, que é o Sistema Brasileiro de Identificação de Origem Bovina e Bubalina, Sisbov, para a carne destinada para o mercado europeu. Porém, estima-se que somente 50 milhões de animais estão cadastrados no Sisbov, enquanto que o rebanho brasileiro é formado de aproximadamente 190 milhões de cabeças. É preciso ampliar o cadastramento para dar confiabilidade à nossa carne. A rastreabilidade é uma tendência mundial no mercado de carnes.

Sr. Presidente, é lamentável o surgimento de um foco de febre aftosa justamente no momento em que os embarques de carne bovina brasileira atingem índices considerados recordes. Entre janeiro e setembro deste ano, o Brasil embarcou 29% a mais de carne do que em relação a 2004. Enquanto no ano passado a receita, de janeiro a setembro, foi de US\$1,8 bilhão, no mesmo período, em 2005, faturamos US\$2,4 bilhões, um aumento de 30% na receita.

Tenho muita confiança no Ministério da Agricultura. Tenho certeza de que os técnicos do Ministério da Agricultura são competentes e estão preparados para resolver a atual situação, tanto é que hoje, pela manhã, no café da manhã, o Presidente Lula, quando falou ao País pelo sistema de rádio, disse que o problema está resolvido. Poderia dizer mais: temos enfrentado este problema não é de hoje em outros Estados num passado recente.

Sr. Presidente, o que não consegui entender bem ainda foi a causa da não-liberação do total dos recursos, como comentou o próprio Ministro Roberto Rodrigues. Os prejuízos serão muito maiores do que os recursos que deveriam ter sido gastos com a sanidade animal. Perdemos com a carne que deixará de embarcar para os países importadores, perdemos com a indenização

dos animais abatidos e, pior, perdemos com a falta de confiança no produto brasileiro.

Quero deixar bem claro que não estou aqui na tribuna preocupado em atacar esse ou aquele, quem é ou não é culpado. O mais importante é que seja reconhecido o erro – alguém errou! E que sejam tomadas medidas para não permitir que este episódio venha a se repetir.

A carne bovina tem contribuído muito para o saldo comercial brasileiro. Hoje somos o maior exportador de carne bovina em volume de exportação. É preciso valorizar e, acima de tudo, reconhecer a importância deste setor para o País.

O Ministério da Agricultura já está tomando providências no sentido de explicar à Organização Mundial de Saúde Animal – OIE – as ações adotadas para combater o foco de febre aftosa e de evitar que esse vírus se alastre, como disse, “conforme foi anunciado hoje”.

Uma alternativa eficaz para atender as emergências sanitárias anunciadas pelo Ministro Roberto Rodrigues seria a criação de um Fundo Nacional.

A verdade é que a insatisfação do setor agropecuário com a área econômica do Governo vem crescendo. E isso não é bom. O bom seria nós construirmos um grande entendimento. Não se podem admitir cortes e redução de investimento em áreas tão importantes como esta em debate: a da vigilância sanitária.

Sr. Presidente, eu poderia ainda dizer que já assistimos a este filme no passado. Esperamos que não mais ocorra. Estamos vivendo esse pesadelo novamente. Desejamos, todos, um futuro bem melhor para aqueles que atuam, quer seja no campo ou na cidade, e que não precisem amargar esses prejuízos.

Quero concluir, dentro do meu tempo, dizendo que acompanhei o longo debate, principalmente na Câmara, sobre a famosa “MP do Bem”. Sei que há um movimento para que a questão volte ao Congresso Nacional. Quero deixar bem clara a minha posição. Não sou contra a “MP do Bem”. Tudo que traz ao setor exportador, ao setor importador, à diminuição de tributos em diversas áreas da produção, é muito positivo. Quero ser parceiro na caminhada para um entendimento entre Congresso e Executivo.

Não posso concordar, Sr. Presidente, com a questão do Tribunal de Pequenas Causas, com as medidas que poderiam ser adotadas. Não concordo que o limite máximo de até 60 salários mínimos seja diminuído. Esse limite máximo teria que ser pago dois meses após a última decisão em benefício dos aposentados e pensionistas no tribunal de pequenas causas.

Acho que temos que valorizar ainda mais o tribunal de pequenas causas, Sr. Presidente, porque entendo que é a ele que os pobres recorrem. É por ele que seus benefícios, quando ganham uma ação, mais rapidamente poderão ser atendidos. Por isso, espero

que não voltemos a esse debate. Vamos debater aquilo que veio na medida provisória original do Governo. Nela não havia, Senador Tião Viana, essa “emendinha”, que entrou à surdina, naquela quarta à noite em que o plenário estava praticamente esvaziado.

Então, vamos trabalhar sobre a medida provisória que o Governo mandou. Nós todos estávamos totalmente a favor do eixo da proposta que veio da área econômica. Mas quando surgiu essa emenda, que vai, sem sombra de dúvida, trazer prejuízo, principalmente para os mais pobres, aí, de fato, a situação tornou-se inaceitável.

Por isso o apelo que gostaríamos de fazer da tribuna. Se tentarem, à surdina, encaminhar uma emenda como essa, independente do que avança nessa política de troca-troca, não estarão fazendo algo positivo, algo bom. O bom é a transparência, dizer o que é e o que não é possível, para que cada um vote com a sua consciência. Eu estarei aqui para votar, com a maior tranquilidade, a favor do que é hoje o resultado das ações nos tribunais de pequenas causas. Ou seja, dois meses depois, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal pagam.

O limite deve continuar sendo R\$18 mil, 60 salários mínimos. Foi isso que gerou todo o impasse. Alguns me dizem que abriram demais os benefícios para esse ou aquele setor. Então, que não abrissem. Agora, se abrir demais para esse ou aquele setor e daí tirar exatamente de quem mais precisa, que são os aposentados e pensionistas, aqueles que recorrem aos tribunais de pequenas causas, isso é inadmissível.

Por isso, faço questão, porque sei que há um burburinho novamente na Câmara dos Deputados, que se ache uma saída. Uma saída nos moldes da MP que o Executivo mandou para cá, com certeza, terá o aval da maioria dos Parlamentares. Agora, emendas que venham trazer prejuízo principalmente para aqueles que mais precisam, que são os que recorrem aos tribunais de pequenas causas, com certeza, Sr. Presidente, não terão o amparo, espero, da maioria dos Deputados e Senadores. Foi assim na Câmara e, com certeza, será assim neste Senado, pelo que conversei com inúmeros Senadores. Eu diria que tive a felicidade de conversar com mais de 30 Senadores e ninguém sabia o que era o teor da chamada Emenda nº 27, que surgiu aqui com o desconhecimento, eu diria, da ampla maioria de Senadores e Deputados.

Sr. Presidente, fiz aqui minha análise rápida da questão da febre aftosa; comentei a questão, que considero importante, de respeitar o resultado dos tribunais de pequenas causas no limite que tem hoje, que não se diminua esse limite, o que prejudica os mais pobres. E quero dizer, ainda, que estaremos no Pará, no próximo final de semana, debatendo reforma sindical e trabalhista, aceitando um convite do movimento sindical e dos aposentados e pensionistas daquele Estado.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM:

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria de deixar registrado aqui na tribuna, o artigo “Dirceu – Um quadro político”, de autoria do ex-Presidente da Câmara dos Deputados e atual Vereador na cidade de Porto Alegre, Ibsen Pinheiro, que foi publicado originalmente no **Blog** do jornalista Ricardo Noblat, no dia 5 de outubro, e, depois, veiculado em vários órgãos de comunicação.

Pela coragem e clareza com que o Sr. Ibsen Pinheiro aborda o assunto, peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que inclua este artigo nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nesta oportunidade, como segundo assunto, eu gostaria de dizer que todos nós sabemos que a febre aftosa é uma enfermidade transmitida por alguns tipos de vírus e altamente contagiosa. Ela ataca principalmente bovinos, suínos, ovinos e caprinos, não trazendo riscos de contágio à vida humana. No Brasil, o controle da doença é realizado pela vacinação periódica dos rebanhos, que é aplicada, geralmente, de 6 em 6 meses.

O surgimento de um foco de aftosa no município de Eldorado, em Mato Grosso do Sul, confirmado pelo Ministério da Agricultura na segunda-Feira, 10 de outubro, trouxe restrições às exportações da carne bovina brasileira.

Segundo divulgado na imprensa, vinte e cinco países da União Européia, Rússia, Uruguai, Argentina, África do Sul e Israel já anunciaram a suspensão, total ou parcial, de compra da nossa carne.

Ainda não é conhecida a causa do surgimento da aftosa. O vírus poderia ter vindo do Paraguai, ou ter sido inoculado propositalmente para prejudicar as exportações de carne brasileira. Levanta-se também a possibilidade da vacina não ter sido aplicada corretamente nos animais, ou, ainda, de uma mutação no vírus, tornando-o resistente à vacina.

Independente da causa do aparecimento da aftosa no Estado de Mato Grosso do Sul o que realmente importa é que o Governo Brasileiro tem que investir no setor agrícola.

A União Européia insiste na exigência de um plano de rastreabilidade e de certificação. O Brasil já tem um sistema que garante a identificação dos animais, Sistema Brasileiro de Identificação de Origem Bovina e Bubalina – Sisbov, para a carne destinada ao mercado europeu. Porém, estima-se que somente 50 milhões de animais estão cadastrados no Sisbov, enquanto que o rebanho brasileiro é formado de aproximadamente 190 milhões de cabeças. É preciso ampliar o cadastramento para dar confiabilidade à nossa

carne. A rastreabilidade é uma tendência mundial no mercado de carnes.

É lamentável o surgimento de um foco de febre aftosa justamente no momento em que os embarques de carne bovina brasileira atingem índices recordes. Entre janeiro e setembro deste ano o Brasil embarcou 29% a mais de carne em relação a 2004. Enquanto no ano passado a receita, de janeiro a setembro, foi de US\$1,8 bilhões, no mesmo período em 2005 faturamos US\$2,4 bilhões, um aumento de 30% na receita.

Tenho certeza que os técnicos do Ministério da Agricultura são competentes e estão preparados para resolver a atual situação, inclusive por já terem enfrentado problemas semelhantes em 2001, quando a aftosa contaminou rebanhos no Rio Grande do Sul.

Só não consigo entender a causa para não liberação dos recursos. Os prejuízos serão muito maiores do que os recursos que deveriam ter sido gastos com a sanidade animal. Perdemos com a carne que deixará de embarcar para os países importadores; perdemos com as indenizações dos animais abatidos e, o pior, perdemos com a falta de confiabilidade no produto brasileiro.

Quero deixar bem claro que não estou preocupado em saber quem são os culpados. O mais importante, ao meu ver, é que seja reconhecido o erro e que sejam tomadas medidas para que não venha se repetir esse episódio.

A carne bovina tem contribuído, em muito, para o saldo comercial brasileiro. Hoje somos o maior exportador de carne bovina em volume de exportação. É preciso valorizar e, acima de tudo, reconhecer a importância desse setor para o país.

O Ministério da Agricultura já está tomando providências no sentido de explicar à Organização Mundial de Saúde Animal – OIE as ações adotadas para combater o foco de febre aftosa e de evitar que o vírus se alastre.

Uma alternativa eficaz para atender as emergências sanitárias, anunciada pelo Ministro Roberto Rodrigues, seria a criação de um fundo nacional.

A verdade é que a insatisfação do setor agropecuário com a área econômica do governo vem crescendo a cada dia. Não se pode admitir cortes e contingenciamentos em áreas tão importantes como a vigilância sanitária.

Já assistimos a esse “filme” no passado. Esperávamos que não mais ocorresse. Estamos vivendo esse pesadelo novamente! Desejamos, no futuro, não precisar amargar estes prejuízos.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO:

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vim aqui para falar com o Senador Dirceu

Estou convencido de que o deputado José Dirceu dificilmente terá no plenário da Câmara um julgamento justo, mesmo que seja absolvido, como não terá um julgamento imparcial se for condenado, por uma única razão: não se trata de estabelecer uma relação simplista entre culpa e punição, melhor traduzida pela noção judaico-cristã de responsabilidade moral. Pecado com expiação é como se exerce a justiça divina, sem necessidade de qualquer processo legal, devido ou não.

Já no caso do ex-ministro Chefe da Casa Civil, estamos tratando é da justiça dos homens, onde a verdade presumida se alcança por meio de uma sentença – judicial ou não – correspondente a uma convenção pragmática destinada a estabelecer a segurança jurídica nas relações sociais, para o que está autorizada a acertar ou errar com o consentimento da consciência coletiva, pagando, porém, um pedágio: o devido processo legal. Nele, o rigorismo dos procedimentos é tão importante quanto as conclusões, com base num princípio imutável – a presunção de inocência e seu principal corolário, o de que a condenação de um inocente não vale a absolvição de cem culpados.

Tenho ouvido e lido, no bojo desta crise, que esse princípio, embora universal, não vale para os processos políticos, como se, por serem políticos, não fossem processos e se regulassem por uma jurisprudência brasileira associada à pizza, segundo a qual se inverte o ônus da prova e é o acusado que deve provar-se inocente.

Curiosamente, por essa interpretação a presunção de inocência só se aplica aos que dela não necessitam, por não serem suspeitados, denegridos ou mesmo acusados. Não se pense que disso é culpada a Câmara dos Deputados, pois numa crise dessa extensão, profundidade e ampla repercussão, ela é tão vítima quanto as suas vítimas.

Age-se como se os processos políticos (tanto como os judiciais, os administrativos ou mesmo os esportivos) não estivessem subordinados aos parâmetros do artigo 5º da Constituição Federal relativos ao contraditório e à ampla defesa. A recente e necessária intervenção do Supremo Tribunal Federal, em correta e corajosa decisão de seu presidente, Ministro Nelson Jobim, sustou a violação praticada pela Mesa da Câmara dos Deputados, que havia suprimido uma instância de defesa. Nas críticas que se seguiram à ordem judicial, desprezou-se o postulado, também do artigo 5º, segundo o qual nenhuma lei excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Já o princípio anti-pizza, seja qual for sua extensão, no caso presente tem um nome a uma vítima: José Dirceu. Com ele cassado, já que Luiz Gushiken não tem mandato, estarão satisfeitos todos os apetites, o dos inocentes úteis e também o dos culpados de clero baixo, esquecidos ou voluntariamente marginalizados, alguns por sua própria desimportância e todos à espera de uma cabeça coroada no cesto da gilhotina. Conscientemente ou não, torcem pela degola ilustre, com fundada esperança na sabedoria sertaneja que vê passar uma boiada enquanto as piranhas estão ocupadas. A turba que livrou Barrabás nada sabia de pizzas e piranhas, mas acertou em cheio.

Não tenho como avaliar se José Dirceu sabia ou não do mensalão. A acusação, por enquanto, sente-se dispensada da prova e inverteu a presunção – "se não sabia, devia saber" – estranha premissa investigatória que remete os acusados à incerteza clássica de todos os réus políticos: denunciar o processo ou ajustar-se à sua lógica. Quase

todos, com a ilustre exceção de Dmitrov, sucumbiram à esperança, espécie de síndrome de Estocolmo que afeta todas as vítimas, de Sócrates a Prestes, passando por Giordano Bruno ou Dreyfus, sem esquecer o mais ilustre de todos, condenado pelo Sinédrio de Jerusalém.

Já se percebe, no entanto, que José Dirceu, praticou dois gestos insólitos no amesquinhamento geral dos comportamentos: assumiu suas responsabilidades políticas e negou-se a renunciar, muito mais do que fizeram outros, acima ou abaixo de sua hierarquia e comprovando o que já se sabia, que ele é agora, no sofrimento, o que foi nos momentos de glória: um quadro político.

Só por isso já merece respeito.

ENQUETE

Na sua opinião, de armas de fogo deve ser proibido?

Leia argumentos favoráveis e contrários

Sim Não



DESTAQUES DO DIA

08:09 Ironia da hora

- OUÇA A ESTAÇÃO
- DESABAFO
- IMAGENS
- VALE A PENA ASSISTIR
- PUBLICAÇÕES DIA

ÚLTIMA HORA

DESCOBRIRAM O TRAS DO BLOG

ÚLTIMO SEGUNDO

04/10 11:38 Nicola seu filhinho é homen

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, como oradora inscrita.

S. Ex^a terá 15 minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, inicialmente, dando seqüência à belíssima sessão que tivemos às vésperas do Dia das Crianças neste plenário do Senado, quando tratamos também do Dia do Professor e lançamos um manifesto das Senadoras e Senadores em favor da educação no Brasil, eu gostaria de aproveitar este retorno à tribuna para, na lógica da importância da educação no Brasil, dar parabéns ao Centro Educacional Menino Jesus.

Estou encaminhando pedido à Mesa para que, oficialmente, envie congratulações ao Centro Educacional Menino Jesus, de Florianópolis, que está comemorando o cinqüentenário de atividades. O Centro Educacional Menino Jesus é um daqueles exemplos de escola-modelo na formação de crianças e de adolescentes. Gostaríamos de deixar o registro de que estamos encaminhando oficialmente o pedido por meio de requerimento à Mesa.

O que me traz à tribuna é algo que foi por diversas vezes citado na sessão de terça-feira passada, dia 11 de outubro, como sendo uma das questões de apoio e de vinculação à potencialidade que a educação exerce na transformação de um país, na transformação das condições de vida da população de um país, e da importância que tem uma série de programas que têm vínculo com essa alavanca educacional. Entre eles, foi citado aqui, inúmeras vezes, o Bolsa Família.

Este é um programa de transferência de renda que tem um forte apelo e vinculação, tendo em vista que uma das contrapartidas exigidas da população que recebe a transferência de renda e o benefício financeiro é exatamente manter as crianças na escola.

O Bolsa Família vai completar, no dia 20 de outubro, dois anos de plena atividade de transferência de renda. É, indiscutivelmente, um programa que detém e implementa a maior transferência de renda da história do Brasil. Nunca tivemos, em nenhum outro Governo ou momento da história brasileira, uma transferência de renda dessa magnitude.

O Bolsa Família nasceu, como implementação de política pública, exatamente para enfrentar o combate à fome e à miséria, um dos maiores desafios da sociedade brasileira, e promover a emancipação das famílias pobres e daquelas que estão abaixo da linha de pobreza no Brasil.

Com a implementação do Bolsa Família, o Governo Lula concede, mensalmente, benefícios em dinheiro exatamente para as famílias que estão abaixo da linha de pobreza, na miséria.

O Programa Bolsa Família sofreu, ao longo de toda a sua implementação, ao longo desses dois anos, vários momentos de avaliação, de crítica, de reestruturação, de controle e de fiscalização. Tudo isso é de fundamental importância, tendo em vista que é um programa de grande magnitude, pelo volume de recursos que envolve, pelo número de famílias que atende, pelo fato de estar presente em todos os Municípios e pelo fato de, sendo um programa nacional, só poder ser viabilizado com parceria, por meio dos agentes locais, das prefeituras.

É um programa que sofreu modificações, e os resultados são visíveis, tanto na melhoria da aplicação do programa quanto na melhoria da qualidade de vida das famílias que são atendidas por esse programa.

Das questões que evoluíram e foram modificadas, a mais correta, a mais adequada e que talvez tenha apresentado o melhor resultado aconteceu quando o Presidente Lula decidiu unificar os inúmeros programas de transferência de renda que tínhamos no Brasil: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio-Gás.

Havia inúmeros problemas com esses programas, inclusive situações em que uma família recebia, às vezes, o Bolsa Escola ou o Auxílio-Gás e outra, que morava ao lado e em condições tão adversas quanto aquela, às vezes até piores, que não recebia qualquer benefício.

A unificação dos cadastros permitiu identificar várias contradições, duplicações – havia, em alguns casos, até três tipos de benefícios sendo recebidos pela mesma família –; permitiu uma transparência maior e uma fiscalização melhor desse programa; proporcionou indiscutivelmente agilidade na liberação do dinheiro exatamente para quem precisa; reduziu a burocracia e criou mais facilidade no controle dos recursos, dando assim mais transparência ao programa.

O programa também evoluiu, porque criou portas de saída da situação de exclusão. A parceria com Estados e Municípios tem tido um papel fundamental, porque o Bolsa Família está articulado com programas estaduais e municipais que vão da alfabetização, da capacitação profissional, do apoio à agricultura familiar, da geração de ocupação e renda ao microcrédito.

Portanto, o Bolsa Família faz parte de uma rede que cada vez se amplia mais com as parcerias que vêm sendo feitas com os Estados e Municípios, tornando-se programa complementar efetivamente não só de transferência de renda, mas de superação da situação de exclusão, de miséria, de pouca potencialidade de acesso aos bens e serviços que deveriam ser disponibilizados a todos os brasileiros e brasileiras.

O Bolsa Família assegura que as famílias atendidas possam alimentar melhor seus filhos, garantindo para as crianças boas ou melhores condições de saúde e de aproveitamento escolar. Os dados mostram o grande avanço dessa política voltada para tirar da exclusão milhões de famílias.

No trimestre de maio a junho, 80% das escolas – em torno de 5.500 – prestaram conta da freqüência das crianças cuja família é beneficiada pelo programa Bolsa-Escola; e 97% dessas crianças estiveram em 85% das aulas. Esse é um dado extremamente importante e mostra inequivocamente a evolução, porque, no trimestre maio/junho de 2003, apenas 19% das escolas apresentaram a freqüência das crianças. Em dois anos, pulamos de um quinto para quatro quintos das escolas apresentando a freqüência e permitindo, dessa forma, que se saiba se essa vinculação tão importante para a transferência de renda por meio do Bolsa Família se reflete na manutenção das crianças na escola.

Lembro que esse é um dado que sofreu profundo debate aqui no plenário, quando houve várias denúncias a respeito de pessoas que estavam recebendo indevidamente o benefício do Bolsa Família. Houve uma polêmica no sentido de que, se a criança não freqüentasse a escola, a família teria de ser retirada do benefício do Bolsa Família. Lembro que fizemos um debate profundo em que se disse que, muito pelo contrário, o benefício do Bolsa Família é uma transferência de renda que deve ser mantida, sim, independentemente da freqüência, mas que a fiscalização da freqüência, o incentivo, o monitoramento para que as famílias mantenham as crianças estudando são de fundamental importância. Isso só pode ser feito com a fiscalização que agora já conseguimos atingir, com quatro quintos das escolas apresentando o controle. Tenho certeza de que deveremos atingir a maioria.

O Bolsa Família, segundo o Banco Mundial, é o mais bem estruturado programa do Brasil em termos de transferência de renda e tem uma grande potencialidade para ser um dos mais bens estruturados programas de transferências de renda do mundo. Inclusive, segundo reportagem que está no jornal **O Globo**, na coluna Panorama Econômico de ontem, Kathy Lindert, economista sênior do Bird que acompanha o Bolsa Família desde a sua origem, diz que o Bolsa Família tende

a ser um dos programas de referência da instituição exatamente nessa questão de programa estruturado de transferência e de superação da miséria.

São oito milhões de famílias atualmente beneficiadas em todos os municípios. Conseguimos atingir todos os municípios brasileiros com transferência de renda por meio do Bolsa Escola. Até dezembro de 2005, está previsto atendimento a 8,7 milhões de famílias; para 2006, a estimativa é de que consigamos atingir 11,2 milhões de famílias beneficiadas com renda *per capita* de até R\$100,00. Portanto, estaremos atendendo de 40 milhões a 50 milhões de brasileiros com esse programa de transferência de renda.

Esse programa propicia o acesso a direitos sociais básicos, como saúde, educação, alimentação e assistência social. Os benefícios têm variação de R\$15,00 a R\$95,00 por mês, sendo que o valor médio atual praticado pelo Bolsa Família está em torno de R\$66,00. É também um dos programas de transferência de renda focalizado, porque os programas sociais têm situação extremamente adversa, porque se gasta tanto dinheiro na atividade meio, ou seja, para implementar o programa e para fiscalizar que toda a burocracia faz com que o dinheiro que chega efetivamente ao beneficiário do programa seja mínimo, seja percentualmente irrisório. O Bolsa Família é um dos programas que, exatamente pela forma como foi concebido e como vem sendo aprimorado, faz com que o benefício chegue ao objetivo final, à família que tem o direito de recebê-lo. Ele é um dos programas mais bem focados.

Sabemos que 73% dos seus recursos chegam ao destinatário final, o que, em termos de programa social, é algo extremamente elogiável. Na América Latina, só existe um outro programa que tem aproveitamento melhor do que o Bolsa Família. Trata-se do programa solidário do Chile, que chega a atingir 83% dos seus destinatários.

Deve haver ainda mais evolução e aprimoramento no Bolsa Família, principalmente quanto à fiscalização, porque ainda há muitos problemas, muitas famílias recebem o benefício sem que estejam na faixa de renda da transferência; há situações em que prefeituras acabam cadastrando funcionários seus, apadrinhados políticos – infelizmente, isso existe em grande quantidade, em quantidade significativa. O aprimoramento da fiscalização vai fazer com que, de forma muito rápida, consigamos inclusive superar o Chile na focalização do programa, destinando a grande maioria dos recursos exatamente para as famílias necessitadas.

Outro dado relevante do Bolsa Família é que dois terços dos recursos são destinados à alimentação. Há uma grande sacada, porque quem saca é a mulher, e já está comprovado que a mulher tem essa

preocupação maior com a família, ela cuida melhor dos gastos da casa.

Um detalhe importantíssimo, Senador Gilberto Mestrinho, é que esses alimentos são comprados na própria comunidade, na grande maioria dos casos.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Isso serve, inclusive, para dinamizar a economia local, fazendo com que os bilhões que estão sendo aplicados no Bolsa Família tenham uma capilaridade, ou seja, possam chegar, por meio do comércio local, a todos os parâmetros da economia dos mais de 5 mil Municípios brasileiros.

Por isso, não poderíamos deixar de fazer este registro. Trata-se de um programa social que é, indiscutivelmente, o carro-chefe do Governo Lula, e cuja implementação comemoramos no próximo dia 20 de outubro. Para nós, existe apenas um encaminhamento a ser feito: além de trazermos à tribuna todas as questões que envolvem a importância desse programa, temos que ter o compromisso de aperfeiçoá-lo cada vez mais, exercendo uma fiscalização, principalmente porque a fiscalização depende da sociedade civil organizada em cada um dos Municípios.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Somente dessa forma, poderemos fazer com que todo o dinheiro do Bolsa Família, ou a maior parte desse recurso, continue chegando àqueles que mais precisam, a fim de superar a sua condição de estar abaixo da linha da miséria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.136, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, voto de aplauso em homenagem ao Centro Educacional Menino Jesus, referência na formação de crianças e adolescentes, pelos cinqüenta anos de atividade em Florianópolis, neste mês de outubro.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2005. – **Ideli Salvatti.**

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há mais de duzentos anos, Adam Smith, o pai da economia moderna, afirmou que um bom sistema tributário era caracterizado por sua justiça, simplicidade e neutralidade. Goste-se ou não das idéias de Smith, é impossível deixar de concordar com sua opinião a respeito da cobrança de impostos e taxas.

Entretanto, hoje, no Brasil, teimamos em fazer tudo ao contrário do que Smith pregou. O resultado é um sistema tributário cruel, ineficiente e responsável, em grande parte, pela estagnação econômica que o País enfrenta. Isso, evidentemente, não é uma novidade. É do conhecimento de muitos, inclusive do atual ocupante do Palácio do Planalto.

Em 2003, quando assumiu, o Presidente da República afirmou que vinha para promover uma grande reforma tributária que pudesse tornar a arrecadação de recursos para o Estado não apenas mais eficiente, mas também mais equânime e mais capaz de promover o desenvolvimento econômico.

Passados quase três anos, a proposta de reforma tributária caiu no vazio. Algumas pequenas mudanças foram feitas, mas não suficientes para alterar o sistema. Ao contrário, a cada dia, lemos nos jornais que a Receita Federal obtém novos recordes de arrecadação ou que o superávit primário superou, em muito, as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ao mesmo tempo, observamos que as taxas de investimento do Governo Federal caem ano após ano. Em suma, a sociedade é sangrada, mas, em contrapartida, não obtém serviços e obras públicas.

O Governo Federal arrecada muito e gasta mal. Em 1988, por exemplo, a carga tributária era de 20% do Produto Interno Bruto. Em 2004, havia subido para 36,8% e, no primeiro semestre de 2005, para quase 38%.

Em termos monetários, em 2004, as três esferas de Governo – União, Estados e Municípios – haviam arrecadado R\$650 bilhões. Neste ano, estima-se que o valor será de R\$740 bilhões. Apesar disso, volta e meia presenciamos manifestações em Brasília de prefeitos clamando por mais recursos.

Isso acontece porque o Governo Federal distorceu a forma de arrecadação de recursos ao evitar criar impostos – que teriam de ser compartilhados com Estados e Municípios – e partiu para a estratégia de aumentar

as alíquotas ou as bases de cálculo das contribuições, que não são partilhadas pela União.

Se a injustiça grassa na arrecadação de tributos, tampouco se pode dizer que o sistema é simples de se entender. Há pelo menos 62 tributos e uma incalculável quantidade de normas que regulamentam o sistema tributário. Há um capítulo na Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos-leis, decretos, portarias, instruções normativas da Receita Federal, atos diversos e uma quase infinidade de outros instrumentos legais criados a cada dia.

Sufocado por esse emaranhado legislativo, é quase impossível ao contribuinte sobreviver sozinho. Há milhares de escritórios de contabilidade, consultorias, assessorias, escritórios de advocacia que vivem a tentar interpretar o ordenamento jurídico-tributário.

Isso, evidentemente, tem um custo para a economia. Não é à toa que quase metade da economia se encontra na informalidade e que, dos formais, parte considerável esteja inadimplente com o Fisco. O resultado é um estrangulamento do crescimento econômico, ao mesmo tempo em que, para sobreviver, as empresas se arriscam na ilegalidade.

O que concluímos, Srs. Senadores? O sistema tributário não é justo. O sistema tributário não é simples. O sistema tributário não é neutro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não vim aqui hoje apenas para reclamar ou para repetir o que muitos já sabem. Vim também para mostrar que há solução. Em dois Estados – São Paulo e Minas Gerais –, não por acaso administrados pelo PSDB, iniciativas administrativas foram tomadas e mostraram resultados positivos não apenas na arrecadação, mas também na gestão do dinheiro público.

Em 2006, por exemplo, a taxa de investimento do Estado de São Paulo, administrado pelo Governador Geraldo Alckmin, será de 8%; enquanto no Governo Federal será de 3%. Isso, graças ao melhor gerenciamento do que é arrecadado.

Vejamos o que cada um dos dois Estados tem feito. São Paulo modificou o Simples Estadual, de modo a elevar o teto de isenção do ICMS, que passará de cento e cinqüenta mil para duzentos e quarenta mil reais. Isso significa que o total de empresas isentas saltará de 507 mil para 581 mil.

Além disso, empresas que faturam de um milhão e duzentos mil até dois milhões e quatrocentos mil reais passam a fazer parte do Simples do Estado. Também se permitirá que a indústria participante do programa venda para qualquer contribuinte do ICMS, ao contrário do que existe hoje, quando se pode vender somente para outro participante do programa ou para o consumidor final.

Ainda é relevante o enquadramento no Simples das vendas para o mercado externo.

No que tange às reduções de alíquota, os produtos da cesta básica passam de 12% para 7%; produtos de higiene pessoal, de 18% para 12%; materiais para construção civil, de 18% para 12%; acessórios sintéticos, de 18% para 12%; e o gás natural, de 12% para 7%. Tornam-se isentas máquinas para modernização dos portos e aeronaves.

Em Minas Gerais, o Governador Aécio Neves isentou de pagamento de ICMS o arroz e o feijão, bem como reduziu a alíquota do alho de 9% para 1,8%. Também está previsto que outros cento e cinqüenta produtos agrícolas terão redução de ICMS.

Além disso, aquele Estado promoveu, sob a administração tucana, uma profunda mudança na forma como o dinheiro é gasto. Nas palavras do Governador Aécio, um “choque de gestão”, que permite ao Estado gastar apenas o que arrecada, ter dinheiro para investir e, ainda, pensar em formas de desonerar o contribuinte.

Como todos sabemos, menos tributos significam mais dinheiro nas mãos do contribuinte. É isso o que têm feito os Governadores de São Paulo e de Minas Gerais.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concedo um aparte ao nobre Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Papaléo, quero primeiro cumprimentá-lo por fazer comparação entre as administrações tucanas e as administrações petistas. V. Ex^a mostra claramente que o jeito novo de governar do PSDB é a solução para este País. Quando falo em jeito novo, não quero dizer que, no passado, não se faziam as coisas corretamente, não! O que quero dizer é que o PSDB está aperfeiçoando a sua forma de governar. Estão estudando, estão mantendo diálogo com a população, estão trocando idéias com quem gera empregos, com quem gera recursos para o nosso País. Fernando Henrique Cardoso, quando governava, pegou um País praticamente quebrado, com sérias dificuldades, com uma inflação enorme. Ele teve de agir de forma rígida para colocar o Brasil nos trilhos. Depois do Governo Fernando Henrique Cardoso, as coisas poderiam andar também numa velocidade que todos esperávamos e esperamos, para que pudéssemos melhorar ainda mais a economia do País, gerar mais empregos, criar melhores condições de vida para o povo brasileiro; porém o PT no Governo, o Lula no Governo não apresentou nada de novo. Buscou algumas coisas que o PSDB fez, idéias do PSDB, porém não as inovou. E os Governadores Aé-

cio Neves e Geraldo Alckmin, de Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, inovaram, aperfeiçoaram e estão mostrando que a forma como estão governando seus Estados poderá tornar realmente o Brasil um país mais seguro e próspero. V. Ex^a mostra, por meio de números, que os Governos do PSDB são exemplos para o Brasil e poderão, sem dúvida alguma, ser a solução para o futuro.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado pela participação, Senador Leonel Pavan.

Quero lembrar que, quando assumiu o Governo, o Presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou uma economia mais fácil de administrar, sobretudo pela reforma monetária que S. Ex^a mesmo implementou quando era Ministro da Fazenda. Sentimos isso diretamente porque eu era Prefeito de Macapá, Município cuja arrecadação da Prefeitura é muito precária e que vive praticamente da transferência de verbas federais para o Município. Vivíamos um verdadeiro inferno na área econômica, porque tínhamos que dar reajuste aos servidores, pagar as nossas contas – a cada mês era aquela bola de neve –, e realmente o plano que o Governo executou na área econômica veio a trazer solução, estabilidade para a economia das Prefeituras que estou citando como exemplo. E hoje temos uma política econômica com o modelo PSDB. Logicamente, precisamos sempre fazer ajustes para que permaneça atualizado esse processo, devido a várias alterações nacionais, internacionais, principalmente de moeda.

E a minha mensagem baseia-se exatamente nessa política de tributos adotada pelo Governo que, de certa forma, vem causando muitos transtornos, não atendendo, como resultado final, aos Estados e aos Municípios, que é o grande dever do Governo Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ressalto que o PSDB tem promovido autêntica revolução silenciosa nas práticas administrativas brasileiras. Sem alarde, sem falsas promessas, sem ilusões, tem agido no sentido de tornar o Estado mais ágil e mais eficiente, cobrando menos tributos e gerindo melhor o que arrecada. É assim, seguindo o exemplo desses dois jovens Governadores, que poderemos fazer do Brasil um país melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é verdadeiramente uma segunda-feira melancólica não só pelo vazio do plenário, como também pela ameaça de cassação de Parlamentares que tiveram há pouco o pedido de liminar negado pelo Supremo Tribunal Federal e terão, a

partir das 18 horas, os processos devidamente instaurados para os procedimentos regimentais exigidos, a fim de que sejam realmente julgados inicialmente pelo Conselho de Ética e posteriormente pelo Plenário da Câmara dos Deputados, a menos que renunciem até às 18 horas de hoje.

É também uma segunda-feira melancólica para todos nós, diante dos desencontros do Governo relativamente a um assunto que poderia ser administrado de forma natural, porque, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a origem de tudo isso é, sem dúvida, o descaso para com a agricultura do nosso País.

Estou me referindo ao tema já abordado pelo Senador Paulo Paim, porém, obviamente, buscando analisar o comportamento, principalmente do Presidente, que, da Europa, afirma taxativamente que o seu Governo já debelou a febre aftosa, cujo foco foi descoberto no Mato Grosso do Sul.

Mas há um desencontro entre as autoridades do Governo Federal. O Presidente da República afirmou que não faltou dinheiro e que a responsabilidade é do proprietário rural, que não vacinou o seu rebanho.

Na esteira do que disse o Presidente da República, o Ministro da Fazenda Antonio Palocci afirmou que todas as solicitações do Ministério da Agricultura foram atendidas pelo Ministério da Fazenda. Mas o Ministro da Agricultura revelou a sua insatisfação, mais do que isso, mágoa em função de ter o Governo negado atendimento aos pleitos do seu Ministério.

Não importa se foi o Presidente da República o responsável, o Ministro da Fazenda ou o Ministro da Agricultura. O que importa é que há um enorme prejuízo para o País. Sabe de quem é a responsabilidade? Cabe-nos imputar responsabilidade ao Presidente da República, que foi eleito para administrar o País e organizar a sua equipe, escolher os integrantes do seu Governo e comandar o processo administrativo. É para isso que Sua Excelência foi eleito. Obviamente, a responsabilidade maior é sua.

E o aparecimento desse foco de febre aftosa no Mato Grosso do Sul constitui mais um erro gravíssimo de política pública. Aliás, enquanto o Presidente da República afirma que a febre aftosa foi debelada, o Governo aqui anuncia, por meio do Ministério competente, que há suspeita de mais seis focos de febre aftosa no Estado do Mato Grosso do Sul. Há desencontro também em relação a autoridades regionais e federais. Há pouco, nosso gabinete manteve contato com o Secretário de Agricultura do Mato Grosso do Sul, que rechaçou a hipótese de novos focos de febre aftosa no seu Estado. No entanto, é só acessar a Internet e vamos encontrar noticiário fornecido pelas autoridades federais, exatamente do Ministério da Agricultura,

dando conta de que há suspeita de mais seis focos de febre aftosa no Estado do Mato Grosso do Sul.

Não deveria, de forma alguma, ter sido surpresa para o Presidente da República porque Sua Excelência foi alertado com muita antecedência. De vários setores o Presidente da República recebeu, com muita antecedência, alerta – os mais qualificados inclusive –, além de ter sido avisado por auditoria do próprio Tribunal de Contas da União relativamente às possibilidades da febre aftosa no rebanho brasileiro.

Exatamente no dia 7 de abril de 2005, pelo Ofício nº 80, a Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários alertava o Presidente da República para o risco da ocorrência de febre aftosa em todo o País. A Anffa denunciava os cortes orçamentários para defesa sanitária, alertava para os riscos dessa ação e pedia providências. Foram enumeradas várias manifestações do Presidente Lula, muitas delas diante de chefes de Estado, conclamando os países a intensificarem o combate à febre aftosa, ou seja, o Presidente Lula convocava outros países a combater a febre aftosa e não adotava as providências para que esse combate fosse travado aqui no nosso território. Disse o Presidente, por exemplo, no dia 17 de dezembro de 2004, numa reunião de cúpula do Mercosul: “Convoco uma guerra contra a febre aftosa a ser empreendida pelos países da América do Sul”. Depois, no mesmo dia, com a presença do Ministro Roberto Rodrigues, no encerramento dessa reunião de cúpula do Mercosul, o Presidente disse: “É importante que a gente cuide com carinho do nosso rebanho e façamos guerra contra a aftosa”.

Ao se dirigir ao Presidente Lula, em abril, Luiz Fernando Santos Carvalho, Presidente da Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, externou a preocupação com o Decreto nº 5.379, de 25/02/2005, que trata dos cortes e contingenciamentos no Orçamento da União, atingindo, sem embasamento técnico, os recursos orçamentários reservados para programas, projetos e atividades do orçamento geral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para este ano de 2005. Portanto, o discurso do Presidente é um, mas a prática é outra. Já estamos acostumados a isso. É uma questão de inteligência proteger este patrimônio extraordinário que é a agropecuária brasileira, que nos permite exportar mais de US\$3 bilhões por ano. Faltaram inteligência e competência ao Governo Lula.

O Tribunal de Contas da União, também durante o primeiro semestre deste ano, no âmbito do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, apontou deficiências na fiscalização sanitária nas fronteiras do Paraguai, Bolívia, Uruguai e Argentina, indicando riscos do surgimento da doença em Mato Grosso do

Sul, Rio Grande do Sul e Bahia, além de destacar a falta de verbas da União. Portanto, Sr. Presidente, já o Tribunal de Contas da União alertava para as possibilidades da incidência da doença também no Rio Grande do Sul. Auditores do Tribunal relataram que, até o dia 2 de junho, o Ministério da Agricultura tinha gasto apenas R\$285.828,00, ou seja, 0,41% do total de R\$68.818.501,00 destinados ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.

Sr. Presidente, R\$285 mil até 02 de junho?... Isso é insignificante. É lamentavelmente um descaso do Governo para com agropecuaristas, responsáveis por uma parcela significativa dos recursos oriundos das exportações brasileiras. Em 2004 também houve escassez de recursos, segundo o Tribunal de Contas da União. É um repetição do fato escassez de recursos que se aprofundou exatamente neste ano de 2005.

O Ministério da Agricultura da Indonésia anunciou, nesta segunda-feira, também, o embargo às importações de carne brasileira e de produtos derivados. Com o embargo da Indonésia sobe para 32 o número de países que já anunciaram medidas desse tipo contra a importação de carne e de produtos derivados no Brasil. O embargo imposto por 25 países da União Européia atinge a produção de Mato Grosso do Sul, do meu Estado, o Estado do Paraná, e de São Paulo. O prejuízo, com a perda de receita e de exportação, pode chegar a US\$1 bilhão em 12 meses. Eu gostaria de perguntar: o Governo paga esse prejuízo? Quem arca com esse prejuízo? Aquele que é irresponsável, que é incompetente, que se elege para administrar o País com respeito? Não, esse não paga o prejuízo. Quem vai pagar o prejuízo é o povo brasileiro, é o trabalhador brasileiro. E vai pagar das mais diversas formas. Ele paga porque sofre as consequências do desemprego; ele paga porque sofre as consequências do salário, que não atende as necessidades mínimas da família; ele paga porque não tem serviço público de qualidade; ele paga porque, como tem prejuízo, o País não cresce como deveria, não cresce de forma compatível com suas potencialidades, e obviamente reduz as oportunidades de vida digna para milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, isso é muito grave, e caberia, sim, responsabilizar o Presidente da República, nos termos da Constituição. O art. 85, inciso VI, da Constituição Federal trata de atos que atentam contra a lei orçamentária. Estou me referindo ao crime de responsabilidade. A meu ver, há crime de responsabilidade cometido pelo Presidente da República, já que ele é o principal responsável por seu próprio Governo.

Além da Constituição, existe a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:

.....
IV – infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.

Ora, houve contingenciamento de recursos que deveriam ser destinados à defesa animal. Esse contingenciamento impediu que os Estados brasileiros realizassem o combate à febre aftosa, de forma preventiva, evitando o prejuízo a que, hoje, o País está submetido.

De manhã, o Presidente da República disse que o foco de febre aftosa já estava debelado, e depois veio a notícia da incidência da febre em mais seis fazendas do Mato Grosso do Sul.

Esperamos que realmente esse mal não se espalhe, não só para que o Estado do Mato Grosso do Sul, do querido Senador Ramez Tebet, mas também que todo o Brasil não sofra as dramáticas consequências econômicas em virtude da febre aftosa, que – lamentavelmente temos de afirmar isso da tribuna –, por descaso do Governo, ameaça esse admirável patrimônio brasileiro, que é a pecuária.

É bom lembrar, mais uma vez, que o Congresso Nacional foi sensível a esta causa quando aprovou medida provisória autorizando o Governo a liberar recursos para vacinação do gado na Bolívia. Ao liberar recursos para a vacinação na Bolívia, não esperávamos que iríamos constatar, no Brasil, omissão no controle da doença, por irresponsabilidade do Governo, que negou recursos para a vacinação no Brasil. Enquanto liberamos para a Bolívia, aplicamos apenas R\$553 mil dos R\$55 milhões provisionados para a defesa animal.

É muita irresponsabilidade do Governo Lula.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Paulo Paim e Leonel Pavan, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Permita-me dizer a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, que a incidência da febre aftosa não é uma questão de responsabilidade de “a” ou “b”. Entendo que é o Governo que tem de tomar providências e assumir a responsabilidade quando acontecem coisas como essa.

Com a palavra o Senador Gilberto Mestrinho, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a dispõe de até 15 minutos e, se for necessário, mais dois.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM.)
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores,

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR GILBERTO MESTRINHO NA SESSÃO DO DIA 17 DE OUTUBRO, DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– O próximo orador inscrito é o ilustre Senador por Mato Grosso do Sul Ramez Tebet. Após S. Ex^a, usarei da tribuna como inscrito. Conforme o Regimento, o Senador Ramez Tebet dispõe de 15 minutos e mais 2, mas poderá dispor de muito mais se for necessário.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Fico muito honrado em ocupar esta tribuna com V. Ex^a na Presidência. Admiro a sua postura e a maneira vibrante, sempre destemida com que V. Ex^a defende os interesses do seu Estado e do Brasil.

O que me traz aqui, Senador Leonel Pavan, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é justamente defender o meu Estado, falar de Mato Grosso do Sul e do Brasil, porque o assunto que está causando perplexidade e indignação no seio da sociedade é justamente algo que aconteceu no meu Estado. E por que aconteceu? – indagam a população e os homens de bem. O que houve? Por que surgiu a febre aftosa? Quando o País estava avançando – e continua avançando, não fora esse surto de aftosa – no agronegócio, dando a sua contribuição para o superávit na balança de pagamento do nosso País, ajudando a nossa economia, surge agora um foco de aftosa no meu Estado. E até agora, decorrida mais de uma semana, só se especula. Ninguém sabe as razões, mas há alguns fatos que são concretos e que, em nome do meu Estado, precisam ser ressaltados.

Sr. Presidente, se entra gado contrabandeado no meu Estado, se isso é produto de ganância, se isso é produto de algo mais suspeito contra os interesses nacionais, é uma coisa. Mas há algo que não podemos deixar de explicar à Nação brasileira, sob pena de nós, sul-mato-grossenses, estarmos encastelados, aceitando tudo o que se diz, como se fosse Mato Grosso do Sul responsável, como se fossem os pecuaristas do meu Estado responsáveis pelos graves prejuízos que estão sendo causados não só à economia do meu Estado, mas à economia do Brasil.

Srs. Senadores, vamos aos fatos. O Presidente da República quer eximir o Brasil, o seu Governo, de

responsabilidade. Pergunto: isso está certo? Está certo o Governo dizer que não faltaram recursos para a sanidade do nosso rebanho? Isso é atentar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, contra o bom senso dos homens de bem deste País, sobretudo daqueles que estão produzindo, que sabem que o que foi dito pelo Presidente da República – Sua Excelência que me permite – não reflete a verdade porque não se liberaram sequer R\$600 mil, e já estamos terminando o 10º mês de 2005. Do Orçamento de 2005, não se liberaram sequer R\$600 mil para o Brasil inteiro no combate à febre aftosa.

Liberaram-se alguns recursos a mais do que isso, alguns milhões irrisórios, ainda provenientes do Orçamento de 2004, portanto, a destempo, numa demonstração de que não se dá prioridade para as questões importantes do nosso País.

É preciso deixar isso bem claro. É preciso que defendamos os interesses do Estado e que não se permita que sobre o meu Estado paise qualquer dúvida, Sr. Presidente. Até porque, Senador Gilberto Mestrinho – que me antecedeu nesta tribuna, falando sobre o seu Estado, o Amazonas, defendendo os interesses da sua região –, nenhum convênio foi feito com o Estado de Mato Grosso do Sul. Isso significa que nenhum repasse do Governo Federal foi feito para o Estado maior produtor do rebanho brasileiro, com cerca de 25 milhões de cabeças, portanto, o segundo exportador de rebanho bovino do nosso País. Nenhum convênio foi feito, em que pese o meu Estado ser governado pelo mesmo partido que governa o nosso País.

Ora, Sr. Presidente, vamos esclarecer os fatos. Não é justo também que o Presidente da República acuse os pecuaristas. Venho de Mato Grosso do Sul. Falo e reafirmo, cada vez que venho à tribuna, que conheço mais de 90% dos pecuaristas do meu Estado e que lá há uma conscientização nesse sentido. Os pecuaristas do meu Estado cumprem o seu dever.

Não quero falar ainda sobre a origem desse rebanho que está contaminado. Não quero dizer que não exista contrabando por lá. Entretanto, se existe contrabando, a culpa é de quem? A culpa é de quem não fiscaliza. A culpa é da falta de recursos para se fazer uma fiscalização eficiente. Este Brasil, Sr. Presidente, tem 16 mil quilômetros de fronteira.

Então, não pode o Presidente da República dizer que deu recursos, tampouco apurar que foram os pecuaristas. Isso positivamente é um atentado contra nós, contra aqueles que têm o mínimo de raciocínio e de bom senso.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, isso nos deixa vendo até que este País é

fantástico, porque não é possível acontecer o que acontece no Brasil. O Presidente da República fala, como eu disse, que não faltaram recursos, mas o seu Ministro da Agricultura diz que vive batendo às portas do Ministério da Fazenda, do Dr. Antonio Palocci, pedindo, pelo amor de Deus, para liberar recursos para a agricultura, para a sua Pasta, e eles não são liberados coisa nenhuma. O Presidente da República fala uma coisa, o Ministro da Fazenda fala outra, o Ministro da Agricultura diz uma terceira. E o Ministro da Agricultura merece o respeito dos produtores do nosso País, pois tem lutado pelo agronegócio, tem defendido os interesses da agricultura e da pecuária. S. Ex^a está bradando aos ventos. Ninguém o ouve, mas ele insiste.

Que contradição é essa? Nós vivemos, Sr. Presidente, no presidencialismo. No presidencialismo, quem manda é o Presidente da República. Ele é o responsável por tudo e não pode alegar que o Ministro da Fazenda é que não libera recursos. Se bem que acho que ele pede, e o Ministro da Fazenda, julgando-se o todo-poderoso, não atende sequer o Presidente da República, e as coisas recaem sobre as costas daqueles que produzem e trabalham no nosso País.

É preciso que se afirme isso de forma categórica, Sr. Presidente, porque é necessário descobrir a causa da aftosa que aconteceu no meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Mas, até que as causas sejam descobertas, Sr. Presidente, repito, é preciso ação imediata. Se o Uruguai está colocando o exército na fronteira para impedir a entrada de gado brasileiro, por que, então, não haveremos de pensar, num país onde está campeando uma corrupção jamais vista na história, onde a corrupção está desenfreada, por que não haveremos de admitir que muito gado contrabandeado que entra no território nacional – e aí não me refiro só a Mato Grosso do Sul – não seja produto da corrupção? Como é que o gado entra? Entra porque os poucos fiscais permitem. Alguns deles são honestos, mas aqueles desonestos permitem. À boca pequena, corre que levam propina.

Sr. Presidente, é preciso agir. Vou trazer aqui um ponto de vista para o Governo. O Governo precisa dar mais recursos às Forças Armadas do Brasil, colocando-as nas fronteiras da nossa Pátria para fiscalizar não só o gado contrabandeado, mas também para evitar o contrabando de armas que entram no Brasil, para evitar as drogas, que entram no nosso território pelos 16 mil quilômetros de fronteira do nosso País.

V. Ex^a e alguns Senadores poderão indagar: por que, então, só as Forças Armadas? Porque,

na minha convicção, as Forças Armadas são mais íntegras, são mais honestas, são mais honradas e poderiam muito bem desempenhar esse papel. Afinal de contas, é uma fronteira, é fronteira do Brasil com países estrangeiros com quem o Brasil mantém excelentes relações de amizade, de fraternidade, diplomáticas, comerciais, mas que são vias de acesso para armamento, gado e tudo o mais para o Brasil, porque a fiscalização é totalmente ineficiente e precária. Quase não há gente para fiscalizar, por falta de recursos mesmo.

Aqui temos de falar a verdade. Sabem o que acontece em muitas Unidades desta Federação quando um cidadão quer uma ajuda da polícia? A polícia diz que está sem gasolina e que a pessoa pague a gasolina, que encha o tanque do carro da polícia para que ela vá ver a ocorrência que está sendo relatada. Essa é que é a verdade, Senador Gilberto Mestrinho, que preside a sessão nesta hora.

Então, é essa a sugestão que quero trazer a esta Casa antes de encerrar meu breve pronunciamento, mas não sem antes conceder o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a faz um discurso ferido, de mato-grossense que está vendo uma verdadeira luta de homens, de gerações ser jogada por terra de repente, por descaso, incompetência e sei lá mais o quê. E justiça se faça ao Ministro da Agricultura, que deu todos os sinais de alerta, todos os avisos possíveis. Essa é uma crise anunciada. Felizmente, está presidindo a sessão o Senador Gilberto Mestrinho, um dos homens mais experientes nas questões orçamentárias, que sabe que temos de criar mecanismos para impedir contingenciamentos quando se trata de matérias emergenciais como essa. Não se justifica, de maneira alguma, Senador Mestrinho, Senador Tebet, que o dinheiro fique contingenciado para fazer saldo, para fazer média para o FMI, tão combatido pelo PT quando era Oposição, e que questões dessa natureza aconteçam. As agências reguladoras estão aí vivendo crises semelhantes. Há dois meses, Senador Ramez Tebet, a Anatel teve que suspender aquele *call center* do 0800, que tanto benefício presta à população brasileira, exatamente por falta de recursos, por conta do famigerado contingenciamento. Temos, evidentemente, que criar mecanismos para despesas emergenciais. Nessa área, na área sanitária, na área de saúde sabemos exatamente quais são essas áreas tidas como prioritárias –, não podemos, de maneira alguma, permitir que esses fatos se repitam. E tenho certeza de que aquilo que deixa mais acachapado V. Ex^a, que é tão

otimista, é o fato de o Presidente, em Roma, declarar que está tudo resolvido. O Presidente declara que está tudo resolvido, que a crise foi controlada, e, logo em seguida, novos surtos são detectados. É uma brincadeira, é uma maneira de tentar minimizar o problema ou dizer à Nação e ao mundo que não há um problema quando a crise é grave. Ou essa crise é tratada com urgência e responsabilidade ou o Brasil pagará um preço muito alto por ela. Muito obrigado a V. Ex^a pela oportunidade.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Heráclito Fortes, o Brasil já está pagando um preço alto. Isso já está afetando a balança de pagamento do País, as nossas relações. São mais de trinta países que já deixaram de adquirir a carne brasileira. Penso que o Presidente da República tem que defender o Brasil, mas não pode defendê-lo eximindo-se da responsabilidade e jogando-a em cima dos outros.

Também quero deixar claro, antes de sair da tribuna, que sou admirador do Ministro da Agricultura. Quando me referi no meu pronunciamento ao Ministro da Agricultura, disse que ele estava bradando aos ventos porque ele já vinha anunciando isso, vinha pedindo que se liberassem recursos. Mas os apelos do Ministro, que conta com o apoio dos produtores, dos agricultores deste País, foram em vão. Não adianta ir ao Ministro da Agricultura. As verbas que são destinadas ao seu Ministério são brecadas. Só se abre o cofre para atender a algumas outras questões. Numa situação como esta de prioridade, gastou-se do Orçamento de 2005 menos de R\$600 mil, conforme afirmei e está amplamente publicado e divulgado. Isso é um absurdo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um verdadeiro absurdo. Devíamos guarnecer melhor as nossas fronteiras.

Vamos para um referendo dia 23. Estarei na tribuna amanhã, se tempo houver, para deixar registrado nos Anais o meu ponto de vista, mas, Sr. Presidente, se até gado passa aos montões, atravessam aos montões as fronteiras, imagine a quantidade de arma de fogo que passa! Se passa até gado, não vão passar armas, não vai passar drogas, Sr. Presidente?

Vamos fiscalizar as nossas fronteiras. Fica a sugestão: ninguém melhor do que as Forças Armadas para desempenhar esse papel, desde que se lhes dêem os recursos necessários.

Formulo voto, Sr. Presidente, de que esta crise da aftosa – que está causando indignação no Brasil – acabe de uma vez, para que possamos retomar ou ter a credibilidade merecida no exterior, ajudando a economia do País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan por 15 minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ainda temos dois grandes Senadores – Heráclito Fortes e Pedro Simon – inscritos para falar. Certamente, tratarão de temas de extrema importância para o Brasil que servirão de conselhos ao Presidente Lula.

Sr. Presidente, quero hoje falar, mais uma vez, sobre as universidades, especialmente em Santa Catarina, sobre a falta de um projeto, por parte do Governo Federal, para atender os estudantes, sobretudo os universitários do nosso País.

Antes de tratar desse assunto, quero, primeiro, deixar registrado que, nesses dias, fiz um pronunciamento questionando o fato de terem dado um presente de grego a Santa Catarina. Falo da presença de Fernandinho Beira-Mar num presídio de Santa Catarina. Referi-me à questão na semana passada e falei que isso poderia prejudicar o nosso Estado, a nossa Capital, Florianópolis, e o turismo. Algumas pessoas perguntaram: “Será que alguém vai deixar de ir à praia porque Fernandinho Beira-Mar está preso numa delegacia, num presídio”? Não é questão de prejudicar, de alguém deixar de ir à praia, o caso é que Santa Catarina é um Estado que oferece uma certa segurança em relação a outros Estados. Perdoe-me o Rio de Janeiro, mas Santa Catarina oferece mais segurança que o Rio de Janeiro.

A estada de Fernandinho Beira-Mar, mesmo que temporariamente, poderia fomentar outros movimentos com a criminalidade e prejudicar o nosso Estado, principalmente num período em que o Estado vive momentos de festa, de inúmeras festas, em Blumenau, em Joinville, no oeste, no norte e no sul de Santa Catarina. Os jornais estavam dando muita ênfase à estada – espero que temporária – de Fernandinho Beira-Mar. Alguns distorceram a questão e falaram que ninguém deixaria de ir à praia porque Fernandinho Beira-Mar estaria num presídio tal, há tantos quilômetros. Essa não é a questão. A questão é que não podemos ser o bode expiatório. Santa Catarina não pode arcar com esses problemas, por falta de investimento em presídios e na segurança por parte do Governo Federal. Não podemos nós arcar

com essa falta de sensibilidade do Governo Federal em relação à segurança do nosso País.

Também queria deixar registrada a nossa preocupação com a febre aftosa, essa doença que afeta o gado nacional, especialmente no Mato Grosso. Sabemos que isso tem ocorrido por permitirem a entrada de animais de outra região, no caso, nos disseram, de animais do Paraguai.

Estranho muito o fato de o Presidente sempre lavar as mãos. Acontece um problema, Presidente Gilberto Mestrinho, e o Presidente não assume o problema. Ele não assume a responsabilidade. Ele precisa também ser o responsável para as soluções. Não basta apenas dizer que, se acontece isso, é porque o Partido não esteve presente, o Partido fugiu da linha; acontece isso porque “me traíram”, acontece aquilo porque foram irresponsáveis, acontece a doença porque os proprietários dos animais não os vacinaram. O Presidente precisa começar a assumir a responsabilidade, porque, com relação a tudo o que acontece, ele não sabia ou os outros eram os responsáveis.

Aconteceram inúmeros casos de corrupção em seu Governo; ele disse que não sabia. Aconteceram fatos ilegais por parte do PT; ele disse que não sabia. O seu irmão Vavá usava a influência para conseguir algumas vantagens; ele disse que não sabia. O seu filho foi beneficiado em alguns casos antiéticos; ele disse que não sabia. Mas, meu Deus, o que o Presidente sabe? Nada sabe. Discursa bem, vai para o exterior, faz seus comentários positivos e joga a responsabilidade para cima dos outros.

O Presidente precisa começar a saber o que está acontecendo em nosso País. Aliás, quando viaja para o exterior, o Presidente precisa realmente mostrar as potencialidades do nosso País, os avanços tecnológicos na área educacional, na área social, na agricultura, na qualidade dos nossos produtos em vez de usar os microfones, em oportunidades na Europa ou outros lugares, para falar sobre a política nacional, sobre as próximas eleições, mandando recado para o Brasil. Ele tem que dar o recado para os investidores internacionais, para os países que têm condições de contribuir com o nosso País tanto no setor da economia como no setor social. O Presidente precisa ser mais responsável.

É isto que é preciso neste Governo: responsabilidade, transparência e humildade. É preciso saber assumir os problemas que estão ocorrendo em nosso País.

Sr. Presidente, escrevi um pronunciamento referente às universidades brasileiras.

Todos nós sabemos que o tempo é de crise política, que os acontecimentos no Parlamento atropelam outras questões que não o desenrolar político, questões que parecem relegadas a segundo plano.

Mas peço a atenção de V. Ex^{as}s para falar sobre a reforma da universidade pública, que começou ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na gestão do Ministro Paulo Renato Souza. Os anos se passaram, e agora o Ministério da Educação apresenta uma proposta de alteração na legislação do ensino superior, na forma de anteprojeto, e o coloca sob discussão da sociedade.

O Presidente Lula gosta de chamar essas mudanças de “reforma universitária”, mas, que me perdoe o Presidente, chamar esse projeto de “reforma universitária” é uma hipérbole, um exagero, chega a ser um desaforo. Por sinal, esta tem sido uma prática preferida do Governo Lula: propor pseudomudanças, alterações cosméticas, e divulgá-las como grandes reformas. Basta lembrar a tão anunciada reforma tributária, que, no fim, se limitou a prorrogar impostos e a aumentar a carga tributária.

Por isso, eu me recuso a chamar esse anteprojeto apresentado pelo Ministério da Educação de reforma universitária. Não há criatividade, não há inovação. Faz-me lembrar as observações do brilhante economista Mário Henrique Simonsen, ao comentar com fina ironia algumas das idéias mirabolantes que lhe apresentavam. Parafraseando Simonsen, digo-lhes: o que a proposta tem de boa, não traz novidade. E no que traz de novidade, não é boa. Se Simonsen ainda estivesse vivo, homem lúcido que era, teria essa impressão sobre a proposta do Governo. Eu acrescentaria: o Projeto do MEC, no muito pouco que tem de novo, erra profundamente.

A palavra “universidade” tem raiz comum a universo, a universal. É a representação da diversidade e do todo, do saber completo, reunido em um só espaço, acessível a todos. Infelizmente, a proposta do Governo ignora esse conceito fundamental, princípio basilar que deveria nortear uma reforma do ensino superior digna do nome: a universalização, a interiorização, a facilitação do acesso à universidade para todos os brasileiros. Algumas dessas expressões são mencionadas aqui e ali na proposta, mas soam como palavras ao vento, fadadas a se tornar letra morta. Não há mecanismos adequados para torná-las realidade nem um compromisso expresso de promover a democratização do ensino superior.

Em vez disso, o projeto do Governo reúne um emaranhado de diretrizes e princípios desconexos, muitas vezes contraditórios. O anteprojeto apresentado pelo MEC, na realidade, não traz mudan-

ça significativa. Só disfarça a grande deficiência da política educacional do Governo Lula: em vez de concentrar esforços na formação de base, na educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio, propõe alterações superficiais na legislação do ensino superior.

Cursar uma universidade ainda é apenas um sonho para a maioria dos jovens brasileiros. Por todo o País, há uma gigantesca demanda por conhecimento, por capacitação. Apenas 9% dos brasileiros de 18 a 24 anos realizam o desejo de fazer um curso universitário, indicador que nos coloca nos últimos lugares da América Latina no ranking educacional. Na era da informação, não podemos nos conformar com estatísticas como essa, que revelam a distância a que estamos em relação à vanguarda tecnológica no mundo.

O déficit de vagas no ensino superior é conhecido. As universidades públicas não oferecem vagas em quantidade suficiente, e mesmo o setor privado não consegue atender à demanda. Além disso, as exíguas oportunidades que existem estão concentradas nas grandes capitais em algumas localidades privilegiadas, como a Região Sudeste, que reúne metade das matrículas universitárias brasileiras.

O oeste de Santa Catarina, que conheço muito bem, é um exemplo desta realidade. A região é conhecida por ser o “celeiro” do Estado, devido à sua vocação para o agronegócio e por reunir empresas importantes como Sadia e Chapecó – empresas fantásticas que merecem nosso apoio, pois geram mão-de-obra. Portanto, nosso Estado, com excelentes empresas, não recebe o devido reconhecimento por parte do Governo, quando se trata de educação. O desenvolvimento econômico tem sido pujante nos últimos anos, e o avanço das técnicas produtivas também. Mas não há universidade pública para fornecer mão-de-obra qualificada para esse mercado em expansão. A juventude das cidades de Chapecó, de Concórdia, de São Miguel do Oeste e de outras cidades é obrigada a se deslocar para a capital ou para cidades em outros Estados, já lotadas de estudantes de outras localidades. Entre os que conseguem vencer esse desafio, muitos perdem a chance de aprender e aplicar seus conhecimentos na região.

Felizmente, existe uma universidade privada na região, a Unoesc, mas nem todos os jovens, infelizmente, têm condições de sustentar seus próprios estudos. Os programas de bolsas e crédito educativo ainda deixam a desejar. A única saída seria a criação de uma Universidade Federal na região, a Ufoeste, para proporcionar ensino superior gratuito

e de qualidade para esses jovens. Seria um exemplo de como universalizar o ensino superior, de interiorizar o conhecimento. Precisamos levar a educação de qualidade onde o desenvolvimento quer e dela necessita.

A criação de universidades no interior do Brasil, não só em Santa Catarina, mas também em Pernambuco, na Região Norte, no Centro-Oeste, enfim, por todo o Brasil, deveria ser prioridade na reforma universitária.

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Infelizmente, Sr. Presidente, isso não parece ser importante no projeto do Governo Lula. Em vez disso, o Governo Lula prefere se concentrar em restringir os investimentos estrangeiros na área educacional. Na era da globalização, limites como esse estão ultrapassados. Hoje, universidades de todo o mundo estão integradas em busca da ampliação do conhecimento. A teia da Internet começou a se formar no ambiente acadêmico, e há convênios entre centros de inteligência dos mais variados países por meio dos quais se troca experiência. Essa realidade não cabe em um mundo avesso ao capital estrangeiro, uma restrição desnecessária e contraproducente.

Sr. Presidente, outra aposta malsucedida é a forma de operacionalizar a política de cotas. Não há dúvidas de que é preciso induzir mudanças no perfil do estudante universitário, tornar o ensino público superior acessível a todos os brasileiros, sem distinção de renda, raça ou credo.

O Governo anterior tinha essa visão e iniciou a discussão sobre políticas afirmativas para democratizar o acesso à universidade. Sabia-se que há uma cruel herança social efetivo na tentativa de minorar.

No entanto, deve haver clara consciência de que ações como essa têm caráter emergencial, devem ser políticas de curto prazo que não podem se perpetuar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, permita-me mais dois minutos para terminar – vinte e dois é muito tempo, dois é o suficiente. Prometo terminar em dois minutos.

No entanto, deve haver clara consciência de que ações como essa têm caráter emergencial, devem ser políticas de curto prazo que não podem se perpetuar indefinidamente no tempo, sob pena de perder os efeitos almejados – fiz questão de repetir, Sr. Presidente, para que fique bem claro este

meu pronunciamento, para não perder a linha de raciocínio.

O Governo Lula parece não ter compreendido essa questão de maneira adequada. A meta do Ministério da Educação é que 50% das vagas em universidades públicas sejam disponibilizadas para estudantes advindos de escolas públicas. Mas não há proposição no sentido de fixar um período limite para aplicação de políticas dessa natureza. Esse tipo de intervenção do Estado só pode acontecer se vier acompanhado de um prazo fixo para perdurar no tempo. Do contrário, tende a se transformar em distorção, em atalhos que só vão ampliar as distorções sociais e a disparidade educacional e social de nossa população.

Sr. Presidente, vou dar o restante do nosso pronunciamento como lido, mas acho que os Srs. Parlamentares puderam notar o sentido do nosso pronunciamento e a nossa preocupação: a reforma universitária que o Governo Lula está propondo. Do jeito que se está fazendo, do jeito que o Governo está conduzindo a política educacional do País, nós vamos continuar a ter problemas. É preciso investir na universidade, investir no interior, é preciso investir no futuro desses estudantes. Sr. Presidente, nesse sentido – mais um minuto apenas...

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Nesse sentido, Sr. Presidente, apresentei dois projetos, que, espero, sejam aprovados. Um, para criar uma universidade federal do oeste de Santa Catarina, a Ufoeste; outro, para federalizar uma universidade municipal com dificuldades para se manter, a FURB, na cidade de Blumenau, no Estado de Santa Catarina. Há ainda uma outra universidade, a Univile, em Joinville. Nós só temos uma universidade federal em Santa Catarina, enquanto Minas Gerais, um Estado tão bem administrado pelo competente Governador Aécio Neves, tem 12 universidades.

Eu queria pedir que o Ministério da Educação, por intermédio do seu Ministro, faça realmente uma reforma universitária concreta, transparente e ampla, que atenda aos Estados que estão necessitados de universidades federais.

Esse é o meu pronunciamento.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores,

DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Sei que é tempo de crise política, que os acontecimentos atropelam no Parlamento outras questões que não o desenrolar político, questões que parecem relegadas a segundo plano. Mas peço a atenção de Vossas Excelências para falar sobre a reforma da universidade pública, que começou ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique, na gestão do Ministro Paulo Renato Souza. Os anos se passaram, e agora o Ministério da Educação apresenta uma proposta de alteração na legislação do ensino superior, na forma de anteprojeto, e coloca-o sob discussão da sociedade. O Presidente Lula gosta de chamar essas mudanças de reforma universitária, mas, que me perdoe o Presidente, chamar esse projeto de reforma universitária é uma hipérbole, um exagero, chega a ser um desaforo. Por sinal, essa tem sido uma prática preferida do Governo Lula: propor pseudo-mudanças, alterações cosméticas, e divulgá-las como grandes reformas. Basta lembrar a tão anunciada reforma tributária, que, no fim, se limitou a prorrogar impostos e a aumentar a carga tributária.

Por isso, eu me recuso a chamar esse anteprojeto apresentado pelo Ministério da Educação de reforma universitária. Não há criatividade, não há inovação. Faz-me lembrar as observações do brilhante economista Mário Henrique Simonsen, ao comentar com fina ironia algumas das idéias mirabolantes que lhe apresentavam. Parafraseando Simonsen, lhes digo: o que a proposta tem de boa, não traz novidade. E no que traz de novidade, não é boa. Se Simonsen ainda estivesse vivo, homem lúcido que era, teria essa impressão sobre a proposta do Governo. Eu acrescentaria: o projeto do MEC, no muito pouco que tem de novo, erra profundamente.

A palavra “universidade” tem raiz comum a universo, a universal. É a representação da diversidade e do

todo, do saber completo, reunido em um só espaço, acessível a todos. Infelizmente, a proposta do Governo ignora esse conceito fundamental, princípio basilar que deveria nortear uma reforma do ensino superior digna do nome: a universalização, a interiorização, a facilitação do acesso à universidade para todos os brasileiros. Algumas dessas expressões são mencionadas aqui e ali na proposta, mas soam como palavras ao vento, fadadas a se tornarem letra morta. Não há mecanismos adequados para torná-las realidade nem um compromisso expresso de promover a democratização do ensino superior.

Em vez disso, o projeto do Governo reúne um emaranhado de diretrizes e princípios desconexos, muitas vezes contraditórios. O anteprojeto apresentado pelo MEC, na realidade, não traz mudança significativa. Só disfarça a grande deficiência da política educacional do Governo Lula: em vez de concentrar esforços na formação de base, na educação básica, no ensino fundamental e no ensino médio, propõe alterações superficiais na legislação do ensino superior.

Cursar uma universidade ainda é apenas um sonho para a maioria dos jovens brasileiros. Por todo o País, há uma gigantesca demanda por conhecimento, por capacitação. Apenas 9% dos brasileiros de 18 a 24 anos realizam o desejo de fazer um curso universitário, indicador que nos coloca nos últimos lugares da América Latina no *ranking* educacional. Na era da informação, não podemos nos conformar com estatísticas como essa, que revelam a distância a que estamos em relação à vanguarda tecnológica no mundo.

O *déficit* de vagas no ensino superior é conhecido. As universidades públicas não oferecem vagas em quantidade suficiente, e mesmo o setor privado não consegue atender à demanda. Além disso, as exíguas oportunidades que existem estão concentradas nas grandes capitais e em algumas localidades privilegiadas, como a região Sudeste, que reúne metade das matrículas universitárias brasileiras.

O Oeste de Santa Catarina, que conheço muito bem, é um exemplo dessa realidade. A região é conhecida por ser o “celeiro” do Estado, devido à sua vocação para o agronegócio e por reunir empresas importantes como Sadia e Chapecó. O desenvolvimento econômico tem sido pujante nos últimos anos, e o avanço das técnicas produtivas também. Mas não há universidade pública para fornecer mão-de-obra qualificada para esse mercado em expansão. A juventude das cidades de Chapecó, de Concórdia e de São Miguel do Oeste é obrigada a se deslocar para a capital ou para cidades em outros Estados, já lotadas de estudantes de outras localidades. Entre os que conseguem vencer esse desafio, muitos perdem a chance de aprender e aplicar seus conhecimentos na região.

Felizmente, existe uma universidade privada na região, a UNOESC, mas nem todos os jovens, infelizmente, têm condições de sustentar seus próprios estudos. Os programas de bolsas e crédito educativo ainda deixam a desejar. A única saída seria a criação de uma Universidade Federal na região, a UFOESTE, para proporcionar ensino superior gratuito e de qualidade para esses jovens. Seria um exemplo de como universalizar o ensino superior, de interiorizar o conhecimento. Precisamos levar a educação de qualidade onde o desenvolvimento quer e dela necessita.

A criação de universidades no interior do Brasil, não só em Santa Catarina, mas também em Pernambuco, na Região Norte, no Centro-Oeste, enfim, por todo o Brasil, deveria ser prioridade na reforma universitária. Infelizmente, isso não parece ser importante no projeto do Governo Lula. Em vez disso, o Governo Lula prefere se concentrar em restringir os investimentos estrangeiros na área educacional. Na era da globalização, limites como esse estão ultrapassados. Hoje, universidades de todo o mundo estão integradas em busca da ampliação do conhecimento. A teia da Internet começou a se formar no ambiente acadêmico, e há convênios entre centros de inteligência dos mais variados países por meio dos quais se troca experiência, *know-how*. Essa realidade não cabe em um mundo avesso ao capital estrangeiro, uma restrição desnecessária e contraproducente.

Outra aposta mal sucedida é a forma de operacionalizar a política de cotas. Não há dúvidas de que é preciso induzir mudanças no perfil do estudante universitário, tornar o ensino público superior acessível a todos os brasileiros, sem distinção de renda, raça ou credo. O

Governo anterior tinha essa visão e iniciou a discussão sobre políticas afirmativas para democratizar o acesso à universidade. Sabia-se que há uma cruel herança social que o Poder Público tem um papel efetivo na tentativa de minorar. No entanto, deve haver clara consciência de que ações como essa têm caráter emergencial, devem ser políticas de curto prazo, que não podem se perpetuar indefinidamente no tempo, sob pena de perderem os efeitos almejados.

O Governo Lula parece não ter compreendido essa questão de maneira adequada. A meta do Ministério da Educação é que 50% das vagas em universidades públicas sejam disponibilizadas para estudantes advindos de escolas públicas. Mas não há proposição no sentido de fixar um período limite para a aplicação de políticas dessa natureza. Esse tipo de intervenção do Estado só pode acontecer se vier acompanhado de um prazo fixo para perdurar no tempo. Do contrário, tende a se transformar em distorção, em atalhos, que só vão ampliar as distorções sociais e a disparidade educacional e social de nossa população.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores,

Aos poucos, vai ficando evidente que a proposta do Ministério da Educação é parte de um contínuo processo de destruição de todas as reformas progressistas no ensino superior realizadas pelo Governo precedente. Esse processo foi iniciado com a extinção do Provão, que foi uma verdadeira revolução na forma de avaliação do sistema de ensino superior. O Provão foi substituído por um sistema de avaliação confuso, que até agora não foi organizado de maneira adequada. Todo o panorama traçado durante o Governo Fernando Henrique foi abandonado, e voltou-se à estaca zero.

Em seguida, o Governo surpreendeu e apresentou esse programa de compra de vagas em universidades particulares, o ProUni, por meio de Medida Provisória, à revelia da opinião do Congresso e da sociedade. O programa é confuso, também de difícil operacionalização, a exemplo do que ocorrerá com a política de cotas. Beneficia instituições particulares de ensino, com interesse lucrativo, de forma contrária à própria filosofia da dita “reforma” anunciada pelo Governo, que promete fortalecer e recuperar a universidade pública.

Tenho de reconhecer o esforço de entidades como a Confederação Nacional da Indústria, que tem se empenhado na discussão sobre a universidade pública e em propor sugestões para corrigir os erros fundamentais da proposta do Governo. No entanto, a tarefa da CNI e de outras instituições verdadeiramente compromissadas com o desenvolvimento do ensino superior é difícil. É triste constatar, mas a proposta do Governo tem um defeito fundamental, contém um vício de origem. É reflexo de que não há visão sistêmica da política educacional, de que a universidade não está inserida em um programa comum que congregue o ensino básico, médio e superior. Seus defeitos, suas incongruências mostram que a proposta parece ter sido elaborada por amadores ou por pessoas que estão empenhadas exclusivamente em arruinar os avanços e as conquistas obtidas, a duras penas, nos últimos anos.

Era o que eu tinha a dizer. Muito Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O pedido de V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, por 15 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, sempre fui dos que lutaram, desde o início da minha vida parlamentar, para que o País tivesse no plebiscito e no referendo uma das suas formas mais legítimas de governar.

Há emendas minhas, inclusive, determinando que até os ministros poderiam ser submetidos a referendo. Acho que a forma mais bonita de governar, a mais democrática, é auscultar-se a opinião pública. A melhor forma também de educar um povo, de politizar um povo é permitindo-lhe opinar sobre como vai ser a vida do seu País.

Por isso acho muito importante o referendo que vem aí. Embora, com todo o respeito, alguma coisa me diga que algo está faltando. Eu não sei. Eu concordo que o Senador Renan trabalhou, esforçou-se, fez um trabalho democrático, mas, vendo a imprensa, a televisão e a opinião pública, parece-me que há uma indefinição, há uma interrogação, há uma dúvida! Diria, a rigor, que não se está devidamente preparado para votar quando não se sabe em que se vai votar no próximo domingo! A favor da paz, todos somos! A favor da vida, todos somos! A favor de um mundo sem armas, todos somos! Contra a violência, ainda mais num País como o Brasil, onde a violência aumenta, agride, ofende toda a sociedade, todos somos!

Mas o que há nesse projeto e nesse debate que soa tão estranho? Primeiro, foi quando apareceram na televisão os debates com os artistas da Globo, levando para um lado, como se fosse propaganda de novela, como se fosse a propaganda do Lula para Presidente da República, feita pelo Duda Mendonça! E se deu mal! Inclusive as mudanças que houve no resultado das pesquisas se deve à forma como a propaganda foi feita. Uma coisa é fazer uma propaganda: “beba isso, tome aquilo”; outra coisa é algo da profundidade, do significado do desarmamento, com uma propaganda chocha como a que foi feita!

Vejo também a posição de ilustres membros da Igreja Católica e entendo! Claro que entendo! Como é que nós, cristãos, vamos ser contra a defesa da vida? Como é que nós, cristãos, vamos ser a favor do armamento? Como é que nós, cidadãos – e não precisa ser cristão –, que temos civismo, sentimento, princípio de seriedade, de respeito à coisa pública, que amamos o nosso semelhante como filho de Deus, com direitos inalienáveis à vida em primeiro lugar, como vamos aceitar assim, sem mais nem menos, o que acontece? Mas, não sei.

O que sei é que, primeiro, o Brasil é o País da impunidade. Pode ser o criminoso mais violento ou o ladrão mais extremado, para a cadeia, só vai ladrão de galinha. Agora, o coitadinho do Maluf está lá preso, porque falou em galinha há dois meses. Está preso, 30 anos depois, quando ele já devia estar solto depois de cumprir 30 anos de cadeia. E dizem que está preso porque o Governo precisa colocar o Maluf na cadeia, porque o Governo precisa interferir na loja grã-fina e botar na cadeia os empresários de São Paulo, a empresária de São Paulo, porque o Governo precisa rever as contas do PSDB lá de não sei quando, para que o PT não fique só na vitrine. Vamos misturar isso aí. Vamos colocar mais gente. Esse banco precisa ter mais gente. Mas eu vos digo: começar desarmando um pobre coitado que, é certo, talvez não saiba usar direito sua arma, mas começar desarmando exatamente aqueles que nenhum perigo oferecem à sociedade, quando sabemos que hoje as gangues se organizam e nos fazem lembrar o crime organizado na Itália, nos Estados Unidos, em Chicago. No Brasil, elas estão se organizando e são bem mais armadas que o próprio Exército e a própria Brigada. A imprensa publica que, em várias apreensões de armamentos em poder de criminosos, são encontradas armas que o Exército e a Polícia Civil não têm. Mas vamos desarmar a sociedade civil.

Engraçado que já vi esse filme, contando que regimes totalitários começaram desarmando a sociedade civil.

Lembro-me de quando Brizola criou a legalidade na luta contra a ditadura que viria a se instalar, mas que ali não se instalou. O Brizola distribuiu armas e apelou à sociedade civil, que veio em defesa e organizou algo – não sei direito qual era aquela força. Eu participei do movimento pela legalidade; mas, na verdade, a sociedade civil se organizou. Então essa de desarmar a sociedade sem o Governo ter uma garantia de uma medida que ele tomou até agora...

O Serginho Beira-Mar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fernandinho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fernandinho – é que Fernando é um nome que não gosto, assim, de vulgarizar.

Pois bem, está lá no Rio Grande do Sul o Governador de Santa Catarina, apavorado. “Pois é, quando eu vi, Fernandinho Beira-Mar estava lá. Nem tiveram a gentileza de me comunicar. Foi a Polícia de Santa Catarina que me avisou: “Olha, chegou aí um tal de Fernandinho Beira-Mar, que não tem onde deixar”.

E o Governo vai começar desarmando a sociedade civil?

Com relação à fábrica de armamento Taurus, ouvi aqui outro dia um Senador dizendo que recebeu dela verba para sua campanha. Eu nunca recebi, não conheço, não tenho nenhuma ligação com seus proprietários – é importante dizer isso –, não os conheço nem com eles nunca conversei. Mas sei que 80% a 90% da produção dessa fábrica é para exportação, é destinada a exportação. E o que menos a prejudicaria seria essa questão.

E também se fala – Deus me perdoe, mas se fala – que há um plano envolvendo gente muito importante – até na imprensa –; que se formaria uma imensa empresa de defesa particular que seria, como o é hoje, um plano de seguro de vida. O cidadão paga e tem a segurança particular assegurada. Isso que hoje existe representado pela elite dos grandes condomínios – que é qualquer coisa de espetacular. Outro dia, por acaso, entrei num condomínio desses em São Paulo. É qualquer coisa de espetacular! Realmente, parece ficção! E foi ali, conversando, que eu fiquei sabendo de que há um projeto da maior importância de se criar um serviço de segurança pessoal, a preços como são hoje os seguros de vida. É verdade? Não sei. É mentira? Não sei. Mas a mim me angustia.

Podem até me dizer: “Ah, a senhora está lá na vila, em seu barraco, o que vai adiantar um revolverzinho que ela nem sabe manejar direito?”. É... Mas eu vejo a sensibilidade e o cérebro dessa pessoa. Ela está lá na favela, fechada em seu barraco, dormindo. Qual é a defesa dela? Não sei. Qual é a garantia dela? Não sei. Mas tendo embaixo do travesseiro um revólver, ela sabe que, se alguém entrar, ela poderá fazer alguma coisa. E quem entrar sabe que poderá acontecer alguma coisa. Hoje, na favela, os bandidos correm à solta, muitas vezes não se sabe se é o ladrão, o assassino ou o homem da polícia que está infiltrado. Não

se sabe. Qual é a garantia dela, na favela, dormindo, se de repente arrombam a porta, entram, e ela não pode fazer nada? Com um revólver, ela também não faria nada, mas ao menos dorme descansada sabendo que tem, ao seu lado, uma tranquilidade que o Estado não lhe pode dar. “E a garantia de segurança do Estado? Quando o Estado fornece segurança, todos estão garantidos. Quando o cidadão quiser fazer sua segurança não a terá. Só haverá segurança quando o Estado oferecer-lhe segurança.” Nota 10. É o que penso também. E quando o Estado não oferece segurança nenhuma? E quando o Estado não oferece segurança a quem quer que seja?

O Prefeito do PT foi assassinado em São Paulo. Já morreu a sétima pessoa envolvida no caso. E a Polícia ainda acha que é crime comum. Esse último suicidou-se. Cidadão na flor da idade; tudo bem, suicidou-se. E a família do ex-prefeito pede por amor de Deus proteção porque senão, dizem eles, daqui a uns dias eles serão “suicidados”; vai aparecer no jornal a notícias do suicídio deles.

Por isso, Sr. Presidente, com todo o respeito – acho que sou o Senador mais antigo, sou o mais culpado: o mal que temos no Congresso Nacional é votar correndo ou não votar. Projetos da maior importância ficam na gaveta e ficam na gaveta, e passam-se os anos, e ficam na gaveta, e não fazemos nada. De repente vem aí um projeto da floresta amazônica, e o nosso Governo manda urgência especial. Ora, mas permitir a comercialização da floresta amazônica em regime de urgência especial? Onde estamos? Foi o caso desse projeto. De repente votamos, votamos e eu sou um dos culpados. Mas quero dizer, para meu drama de consciência, que prefiro votar contra...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi o Renan que mandou cortar. O Renan é fogo!

Votando contra o desarmamento, eu não estou encerrando a questão. Acho que devemos voltar ao debate e apresentar, sim, um plano objetivo, concreto de desarmamento e de combate à insegurança, em que o Estado apareça dizendo o que pretende fazer, porque até agora não fez nada.

Essa história de desarmar para ver como é que fica... Desarmar para ver como é que fica? No meu apartamento de Senador, tenho uma boa segurança. No meu apartamento em Petrópolis, as minhas irmãs, que têm uma loja embaixo, têm segurança. Não tenho problema, mas a minha empregada, que, em Porto

Alegre, sai às oito e meia da noite e vai para a sua favela, onde chega às 22h30min e, depois de descer do ônibus, ainda caminha mais 500 metros, sinceramente não sei...

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Darei o aparte a V. Ex^a e também à nossa Senadora, futura Presidente, que já não me trata muito bem como antigamente. Senão, S. Ex^a vai ficar magoada.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Também quero um aparte. Eu já não ia pedir para não atrapalhar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É impressionante como estamos sentindo a repercussão da candidatura da Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Garibaldi Alves Filho, dê mais um tempo ao Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Heloísa Helena, pode ficar à vontade.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – É só para aumentar um pouco o tempo de S. Ex^a, já que o Senador Leonel Pavan também quer usar da palavra. Eu não ia pedir o aparte para não atrapalhar o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a nunca atrapalha. O PT é que não entendeu que V. Ex^a nunca atrapalha, e aí cometeu o erro que cometeu.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – É generosidade de V. Ex^a. Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe da admiração que tenho por V. Ex^a. Um dos momentos mais emocionantes que vivenciei nessa tribuna foi quando V. Ex^a disse que eu talvez pudesse ser sua filha. Eu fiquei muito emocionada, até porque não tive pai – ele morreu quando eu era bebê, tinha três meses. Às vezes fico me perguntando: se tivesse tido pai, eu teria sofrido tanto assim? Não que minha mãe não tenha sido uma mulher maravilhosa, uma guerreira, que foi pai e mãe em todos os sentidos de nossa vida.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se V. Ex^a tivesse sido minha filha, eu seria muito melhor, tenho certeza absoluta,

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Se qualquer outra pessoa nesta Casa estivesse fazendo esse discurso, ele poderia soar de outra forma, mas V. Ex^a, ao fazê-lo, traz um rigor ético muito importante, porque ninguém aqui pode falar de falta de solidariedade humana em relação a V. Ex^a, que é um franciscano, um cristão exemplar. V. Ex^a é uma pessoa por quem

todos nós temos a maior admiração, justamente por aquilo que V. Ex^a encarna: a ética, a solidariedade, os princípios mais belos que os cristãos trazem em suas almas, em seus corações. É por isso que, ao trazer esse debate, eu me senti à vontade para fazer um aparte. Eu não consigo acompanhar muito a televisão.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a não perde muito.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Nesse fim de semana, no sábado, após o resultado da pesquisa, acompanhei aquelas inserções, para saber o que a campanha publicitária do referendo estava, de alguma forma, dizendo ao povo, o que podia esclarecer ou não, até porque, como sou da área de Estatística, trabalhei com muito rigor nessa área na universidade, em planejamento de serviços públicos, e sei exatamente como se manobra uma estatística. Há pessoas terríveis que conseguem manobrar a estatística em vários setores. Por exemplo, quando falam em crimes e dizem que 2% dos homicídios são por motivos fúteis, pegam 2% dos crimes identificados e, como desses 2% mais de 70% ocorreram por motivo fútil, passam a dizer: 70% dos homicídios são por motivo fútil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Setenta por cento de dois.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Sim. Depois, em relação às armas: “As armas foram apreendidas de cidadãos de bem”. Todo mundo sabe que as armas AR-15 e Uzi nenhum cidadão de bem pode comprar numa loja, mas, sim, pelo crime organizado, por meio do tráfico.

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Desculpe, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho. Acabei-me encorajando a fazer este aparte, em razão dos argumentos do Senador Pedro Simon. Depois começa o debate desqualificado de uma frente contra a outra. Uma diz assim: “A Frente que vota ‘não’ é a da bala, pois recebeu dinheiro da indústria da bala”. Quem vota “não”, por sua vez, diz que vota “sim” a turma da bola, formada pelos que recebem propina das empresas de segurança e que, portanto, estão lá. Às vezes, um fica entre o fascistóide e o demagógico. Você fica até com dificuldade, porque um lado fica explorando a dor de quem perdeu um filho, vítima de arma de fogo – e ninguém queira me ensinar o que significa essa dor, porque eu perdi meu irmão mais velho assassinado com um balaço de 12, e, como era filho de pobre, ninguém pôde descobrir quem o matou. Do mesmo jeito que eu posso ter pavor em relação a

isso, eu encontro uma mãe que diz assim: “É, Heloísa, se eu tivesse uma arma em casa, eu não ia atirar em ninguém, porque eu não ia querer matar ninguém, mas eu dava um tiro para cima, talvez o socorro chegasse mais perto, e a minha filhinha pequena não tivesse sido estuprada, e o meu filho não tivesse sido assassinado, porque correu para socorrê-la.” Então, é um debate que está sendo feito de forma muito esquisita. É desrespeitoso, desqualificado, oscilando entre o fascistóide e o demagógico e, de fato, não diz o que está acontecendo, porque já é proibido o porte de arma que levaria ao crime fútil no trânsito e outros mais. Do mesmo jeito, aí V. Ex^a diz assim: “Não, não tem uma política de segurança.” E também não adianta fazer uma propaganda esta semana dizendo que o Governo vai aprovar um Fundo Constitucional de Segurança Pública, que vai ser aprovado pelos Senadores da bancada do “sim”, que vão aprovar o fundo de segurança e resolver o problema. Na última semana! Não façam uma coisa dessas, porque é um desrespeito para com todas as pessoas. É desrespeito à dor de todas as pessoas que vivenciam uma experiência extremamente difícil. No meu Estado, Alagoas... Eu fico pensando, Senador Pedro Simon, eu não quero ter arma em casa, primeiro porque isso não dá certo. Eu não quero ter arma em casa. Mas eu também fico pensando... Por exemplo, estou tentando fazer uma casa para eu morar. Ninguém acredita nisso, porque a maioria dos políticos são ladrões. Eu vou ter de morar em um bairro mais afastado, que não vai ter a firma de vigilância na porta, não vai ter a polícia militar, como nós temos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB RS) – No Palácio da Alvorada, conforme o caso.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL AL) – Mas a probabilidade é de eu voltar para Alagoas. Então, veja só: mais de 90% dos políticos de Alagoas andam armados até os dentes. Eu não aguento essa conversa. Mais de 90% dos políticos de Alagoas, independentemente de Estatuto do Desarmamento, de qualquer coisa, andam armados até os dentes, com Uzi, com metralhadora, com AR-15. Debocham de qualquer um, andando para cima e para baixo armados até os dentes. Eu fico imaginando: já pensou em mim, em uma casa meio isolada? O cabra vai saber que eu não tenho nada em casa, nem uma faquinha velha, nem teria coragem de fazer uma coisa como essa. Então, esses são pontos que o debate, oscilando entre o fascistóide e o demagógico, acaba fazendo com que fiquemos o tempo todo repensando. É por isso que parte importante da população está dizendo “não”. Eu nunca imaginei isso,

porque há uma propaganda tão grande e tão furiosa pelo “sim” que eu tinha certeza absoluta de que o “sim” ia ganhar. E no P-SOL há pessoas que votam “sim” e são pessoas maravilhosas, honestas e de bom coração, do mesmo jeito que há pessoas maravilhosas, honestas e de bom coração que votam “não”. E não tenho certeza de que há pessoas corruptas, honestas, cínicas, dissimuladas e mentirosas na frente do “sim” e do “não”. É óbvio que há dos dois lados também. Então, a nossa posição é esta: respeitamos os nossos militantes, parlamentares ou dirigentes que votam “sim” e os que votam “não”, porque sabemos que, por mais que os argumentos sejam antagônicos, vemos que são marcados pela honestidade e por um coração cheio de solidariedade, tanto dos que votam “não” como dos que votam “sim”. Mas, não poderia deixar de parabenizar V. Ex^a por trazer o debate, com a autoridade moral e cristã de quem pode fazê-lo. Do pouco que vi nesses dias – meu Deus! –, isso não está educando nada. Ora é a exploração da dor, ora é a exploração da violência; ora é a concepção de que se tem que matar todo mundo, ora a concepção de que o que resolve é desarmar, quando não é. Então, acabamos perdendo a oportunidade de fazer um grande debate sobre a área de segurança pública. Existe a necessidade de mudanças estruturais profundas, para que a criança seja acolhida e, aos cinco, seis anos de idade, não vá ser olheira do narcotráfico e, portanto, vá para a marginalidade como último refúgio. Então, todo este debate acabou se perdendo numa disputa que nada de inocente tem. Absolutamente, nada de inocente! Ora uns dizem que os outros são da turma da bala, outros que é da turma da bola, e que é propina para um lado e para o outro, o fascistóide e o demagógico, e acaba não se esclarecendo a população como se deveria. Portanto, quero saudar a forma como V. Ex^a traz este debate à Casa, com toda a autoridade moral e cristã de quem, de fato, pode fazê-lo. Porque existem muitas pessoas que lutam pela paz, pela vida vivida em plenitude, em toda a sua dignidade, que podem, sim, votar “não” e que podem, sim, votar “sim”, inspiradas pelas convicções mais belas e honestas do que o cinismo e a dissimulação de, muitas vezes, pessoas que pregam alguma coisa e efetivamente não fazem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a e agradeço ao Presidente a gentileza de ter permitido que o aparte se alongasse, pela importância e pelo significado do mesmo. V. Ex^a foi muito feliz quando fez essa análise. Eu concordo com V. Ex^a que não podemos dizer que quem está comigo, quem

defende o “não” é o que está correto e quem está do outro lado está errado. Também conheço muita gente, a começar por irmãos meus do comando da Igreja, que estão se manifestando, gente que defende a posição de que se deve apoiar o desarmamento. Eu respeito, porque os fundamentos estão corretos, o conteúdo está correto, a fórmula de apresentar está correta. A única coisa equivocada que vejo é a maneira com que esta questão foi posta perante a Nação.

Tenho o maior respeito e carinho pelo Senador Renan Calheiros. A culpa não é dele, a culpa é de nós todos, que deixamos que a coisa fluísse. Nós não tivemos a competência e a capacidade de dar a esta matéria o conteúdo e a seriedade que ela merecia.

Vamos ser sinceros: a população vai se manifestar, sem saber, com condições profundas, a maneira de votar, porque a forma como está sendo apresentada é muito estranha! Alguns dizem, por exemplo: “Não precisa votar, você vai continuar com direito a ter a sua arma, você vai ficar com a sua arma em casa. Estão dizendo que você vai perder a arma? Não vai perder”. Então, está havendo uma confusão, as pessoas não estão se entendendo.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Diz que é para desarmar, depois diz que é para ficar com a sua arma...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Na verdade, é para desarmar, mas você pode continuar com a sua arma. Ninguém vai tirar sua arma.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Pedro Simon, acho que ninguém mais do que nós aqui queremos a paz. Nós somos contra a violência. E V. Ex^a, como cristão, tem sempre orientado para a paz, contra a violência. Eu não tenho me manifestado até agora sobre “sim” ou “não”, mas vou responder aqui a uma pergunta que há pouco alguém me fez por telefone. Esta pergunta é uma dúvida de milhares de brasileiros. Muitos acham que se passar o “não”, vai ser permitido usar armas de fogo em táxi, nos caminhões... Muitos pensam isso. O Estatuto do Desarmamento é rigoroso. Se passar o “não”, não vai ser permitido usar arma. Apenas vai se permitir ter arma, com o documento de porte, em casa. E mais: na própria casa, se for sua; não alugada. O porte de arma no nome de fulano de tal tem que ser o nome do dono da casa também. O Estatuto é rigoroso: tem que ter acima de 25 anos, uma folha corrida decente. Então, o “não” não libera a arma à vontade. Estou respondendo aqui porque esta campanha não está bem clara, está confusa, não tem cores partidárias. Um tenta confundir o outro, “direito

de resposta”, não sei o quê. Isso é uma vergonha! A campanha precisava dizer o que o Estatuto prevê, o que rege o Estatuto. Isso precisaria ser esclarecido à população brasileira. Este tema é importante e é bom que haja uma discussão mais ampla. A campanha vai acabar nos próximos dias. Acabada a campanha, ainda vão continuar as dúvidas na opinião pública. Ainda. O “sim” tem uma motivação: é desarmar todos, menos os bandidos; o “não” não libera a arma também. Não vai se permitir usar arma na rua, não, o Estatuto não permite. Nós já fizemos aqui uma reforma. O Estatuto do Desarmamento prevê isso. Então é só para deixar bem claro: nem “não” nem “sim” vai permitir que armas sejam usadas nas ruas. Agora, se for o “sim”, acho que os bandidos vão ter, aí sim, um direito maior do que as pessoas civilizadas deste País têm.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a gentileza do aparte e a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Estou dizendo que só estou falando hoje. Meu amigo, o Senador Zambiasi, lembra que o jornal **Zero Hora** publicou, na semana passada, uma pesquisa feita com a bancada. E eu fui praticamente o único dos Senadores que disse que estava indeciso. Eu não estava indeciso. Eu não queria falar. Eu não queria falar, dar um palpite assim sem mais nem menos. Mas cheguei à conclusão de que o pior que eu poderia fazer era deixar uma matéria destas ser votada. Depois, procurariam nos Anais a minha participação: e o Pedro Simon, o que fez? E eu não falar nada?

Eu acho que a obrigação que eu tinha era de falar, e é o que estou fazendo. Lamento que não possa fazer melhor, lamento que não possa esclarecer melhor, que não possa orientar melhor. Mas eu tinha a obrigação de dizer o que estou dizendo aqui.

Eu concordo com a Senadora Heloísa Helena quando diz: “As pessoas pensariam que o Simon, pelo que é, pelo seu estilo, seria do voto contra o desarmamento; e, no entanto, vem se posicionar contrário”. Quero repetir que, realmente, sou contra o desarmamento. Tenho defendido que temos de lutar na ONU. Quando o Brasil quer entrar para o Conselho de Segurança, eu digo: nós devíamos extinguir o Conselho de Segurança e extinguir todo armamento atômico. Temos de fazer o movimento no sentido de que, anualmente, nos próximos quinze anos, um percentual do que é gasto em armas pelas nações mais ricas seja gasto em produção de alimentos com as nações mais pobres.

Eu sou a favor de tudo que signifique pacificação. Eu também sou a favor deste plano, deste projeto de

desarmamento, desta tese. Só que estou vendo que está começando pelo outro lado, está começando pelo coitado, que é o que apanha e não tem nada a oferecer. Num país onde cada um tem a sua vantagem – o policial tem, o ladrão tem, o assassino tem, nós temos –, daquele que não tem nada, de repente, lhe tiram o próprio nada.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Pedro Simon, eu não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a pelo seu pronunciamento e tomar apenas mais um minuto neste debate que, pelo que vejo, está sendo feito à luz do bom senso, sem emocionalismo. Este é um dos grandes problemas, ao se trazer uma questão desta envergadura para uma decisão no próximo domingo. Eu me pronunciei há poucos dias e entendia que o referendo talvez fosse precipitado neste momento. Temos uma das leis mais rigorosas do mundo, o Estatuto do Desarmamento, que votamos aqui. E ele já é um processo de desarmamento com resultados realmente impressionantes. Informações da Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul nos revelam que no ano passado foram recolhidas 3,5 mil armas exatamente a partir da utilização dos instrumentos do Estatuto do Desarmamento. Há poucos dias, na condição de Presidente da Comissão do Mercosul, estive em Buenos Aires, Senador Simon. Sempre que há oportunidade de discutir questões de interesse do Mercosul, colocamos esses temas de relevância que envolvem pelo menos os quatro países-membros, então abordei a questão do desarmamento. Como a Argentina vê essa questão? Como o Paraguai vê essa questão? Como o Uruguai vê essa questão? Nos três países, a venda é absolutamente livre para cidadãos residentes. Temos centenas de quilômetros de fronteira seca lá no Estado, e o **Zero Hora** de hoje mostra, em reportagem, a facilidade de aquisição de uma arma ali do outro lado da fronteira. Então, repito o que disse em pronunciamento há poucos dias: para um projeto desse ter sucesso, ele não pode ser apenas brasileiro, tem que ser no mínimo sul-americano. Por esses milhares de quilômetros de fronteira desguarnecida que temos entra de tudo, até febre aftosa, imagine arma. Precisamos trabalhar um processo de comunicação que nos leve a fazer com que todos os países do Cone Sul estejam comprometidos com essa mesma proposta. Por isso, não digo que amanhã não se aprove o desarmamento,

porém, há que se criar um processo de conscientização para que a população receba mais informações sobre o Estatuto, que, se bem utilizado, bem aplicado, já produz resultados extremamente positivos. Encerro e agradeço a generosidade do nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, e a oportunidade de fazer este aparte neste momento precioso desta tarde ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço à Senadora Heloísa Helena a elegância e a categoria com que mostrou as divergências pequenas que temos. S. Ex^a realmente é aquilo que digo quando as pessoas me perguntam: ela é brava mesmo? Eu digo: Não, ela é fantástica no convívio diário.

Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi porque apresentou algo importante do qual não me dei conta: como ficará a metade sul do Rio Grande do Sul e a zona da fronteira? E do Paraná? E de Santa Catarina? E de Mato Grosso? Como será a convivência em Santana do Livramento, que são dois países e uma cidade só? É algo que não foi discutido nem analisado. É algo a mais que deve ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável que em um país como o Brasil, com a dimensão territorial que possui, que luta há anos contra os mais diversos tipos de adversidades, no instante em que consegue se impor perante o mercado internacional com a exportação, principalmente de gado, uma falha do Governo, exclusivamente do Governo, faça com que a Nação corra risco de amargar prejuízos incalculáveis.

Evidentemente, a recuperação de conceito como exportador seguro, Senadora Heloísa Helena, não se faz da noite para o dia. Esse é um processo lento, gradual. Todos os governos e todos os que vieram a ocupar o Ministério da Agricultura – e aqui está um ex-Ministro daquela Pasta, o Senador Pedro Simon – sabem o sacrifício que enfrentaram para que o Brasil alcançasse os números na exportação dos últimos tempos, tornando-se o maior exportador do mundo. Assim, querer jogar a culpa no criador é uma inconsequência, é querer transferir para outros um problema que é de governo.

O Ministro Roberto Rodrigues, justiça se lhe faça, alertou, em várias oportunidades, o Governo sobre

a dificuldade que enfrentava como consequência do contingenciamento promovido.

O Ministro da Fazenda, ao querer segurar dinheiro em caixa, faz o seu papel. Mas o Presidente da República permitir que recursos emergenciais como os que envolvem saúde e educação não sejam liberados? Aí é uma questão de estilo de quem preside.

Aliás, o Senador Antonio Carlos Magalhães tem um projeto, o Orçamento Impositivo, que, se aprovado estivesse, o País hoje estaria livre dessa crise e de algumas outras que vêm acontecendo. É evidente que não tem nenhum sentido se contingenciar recursos que geram fiscalização de áreas como a fitossanitária.

O Presidente da República, hoje em Roma, deu uma declaração de que a crise tinha sido controlada e o surto, debelado. Qual nada! Sua Excelência ou não está informado, ou está mal-informado, porque outros focos estão aparecendo.

Os prejuízos vão começar a se acumular, porque vários e vários países já se estão manifestando contra importar carne brasileira, e aí vem um pouco do rigor da política comercial, da política internacional. Os concorrentes estão a bater palma para esse cochilo praticado pelo Brasil.

Se há uma característica com a qual este Governo convive – e dela parece até gostar – é a de só fechar a porta depois de roubado. Acho até que esse é um termo muito pesado para ser usado com relação a este Governo, porque isso já se tornou um fato comum. Tem sido assim em vários aspectos.

Chega-se ao ponto de o Sr. Delúbio Soares dar uma declaração de que esse episódio todo que estamos vivendo – de CPIs, de envolvimento – iria tornar-se, num futuro bem breve, piada de salão. Espero eu que seja apenas dos salões que ele freqüenta; não queira trazer esta piada para o salão da política nacional. Espero que isso seja apenas uma questão de sua convivência, de seu meio. Não se pode generalizar.

Quero, Senador Ney Suassuna, trazer a esta tribuna uma matéria, da **Folha de S.Paulo**, assinada pela jornalista Janaína Leite. É intitulada: “TCU investiga ação suspeita de grandes fundos de estatais”.

Senador Antonio Carlos Magalhães, há quantos meses estamos falando, sistematicamente, que o grande veio de corrupção deste Governo está nos fundos de pensão? Não batem os números, de maneira nenhuma, das contas do valerioduto com o volume de recursos manipulados e já descobertos até agora.

Pois bem, o Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. Lucas Furtado, aprovou uma tomada de infor-

mações, em forma de diligência, junto à CVM e à SPC, Secretaria de Previdência Complementar. É impraticável, Sr. Presidente, que esses órgãos fiscalizem com rigor, porque fazem parte do mesmo sistema, Senador Antonio Carlos Magalhães. O Presidente do SPC foi indicado pelo Sr. Luiz Gushiken. O Presidente da CVM é um homem de ligações estreitas com o Sr. Luiz Gushiken. É só verificar. Quebrem seu sigilo telefônico, já pedido pela CPI, e verão o tipo de relação que há.

Então, nada se apura porque há uma estrutura montada. V. Ex^a estava aqui e trabalhou, como brasileiro e como Senador da República, para que não aprovasse, por meio de uma medida provisória, na calada da noite, uma secretaria que seria responsável pela fiscalização desses fundos. Não era agência, mas era mais poderosa que agência. Nela, Senador Antonio Carlos, os recursos não seriam contingenciados, diferentemente das agências reguladoras, que estão vivendo à míngua. Tivemos, recentemente, o caso da Anatel, que teve de suspender aquele serviço 0800 por falta de recursos, recursos contingenciados.

Pois para essa Secretaria, cuja presidência é de um senhor que tem no currículo a felicidade de ter sido chefe de gabinete do então Deputado Gushiken, os recursos não seriam contingenciados. E mais: o Secretário seria escolhido por livre arbítrio do Ministro da Previdência, não passaria pelo crivo do Senado da República.

O Governo, daqui a seis meses, ou menos, Senador Ney Suassuna, quando estourar o escândalo envolvendo esses fundos, vai dizer que não sabia de nada. E está aqui. Essa auditoria, esse assunto vem sendo trazido a esta tribuna, os jornais brasileiros vêm trazendo o assunto com a assiduidade. E nada! Fazem ouvidos de mercador. É uma coisa, meu caro Presidente, inaceitável, inacreditável.

Aquele Governo que prometia banir do Brasil os corruptos adotou a regra de conviver com eles. Na semana passada, a jornalista Dora Kramer disse, na sua coluna, algo interessante: que o PT admitiu que senta no banco dos réus, mas que quer apenas companhia, que não quer sentar sozinho. Bem diferente daquele Partido que, ao longo de duas décadas, pregou pelo Brasil afora a exclusividade da moralidade e, acima de tudo, o combate aos que, segundo os seus conceitos à época, dirigiram de maneira errada o destino do Brasil do de hoje, que se transformou num Partido que defende o capital internacional, os grandes banqueiros e, inclusive, aqueles que praticam atos que até há bem pouco tempo condenava.

Quero que a matéria da Srª Janaína Leite fique registrada nos Anais desta Casa apenas para que não fiquem os donos da República pensando que iludem a boa-fé do brasileiro. Este fato é grave, porque é o Tribunal de Contas que se manifesta.

Para alegria do atual Governo – é bom que se diga, Senador Ney Suassuna –, esses fatos têm início, inclusive, no Governo passado. Só que, no Governo passado, os fundos de pensão já eram comandados pelos que estão no atual Governo, através da manobra da escolha da cota dos que fazem parte do corpo funcional, dos servidores, juntando-se aí uma indicação que eles faziam em um acordo, que, de maneira tolida, o Governo de então aceitava, pelo qual eles faziam maioria, tanto que já dominam há algum tempo toda essa milionária estrutura.

O voto fala inclusive de financiamento de campanha. Há carta do Presidente do todo-poderoso fundo da Previ, Senador Antonio Carlos, pedindo satisfação às empresas com ligações com os fundos, cobrando satisfação sobre ajuda de campanha para os candidatos da sua preferência ou da preferência do seu Partido. E agora começa a aparecer.

Eu só espero que o Governo acorde e tome providências para que não ocorram, o que tem acontecido até agora, fatos envolvendo todo esse mar de lama com o qual o PT convive.

A corrupção não chega aos borbotões, mas aos poucos. Ela vai encontrando ambiente. É pior do que a febre aftosa: ocorre com o primeiro, acomete o segundo e, se não se tomaram providências, toda conta do rebanho. Acho até que, lá atrás, quando apareceu o Sr. Waldomiro, se tivesse havido, por parte do Governo, uma posição dura, independentemente de instalação de CPI, se o Governo tivesse tomado a decisão, tido atitude, teria inibido a ação. Mas, como não se tomam providências, todos se julgam no direito de tirar sua casquinha, o que termina na consagração dos fatos.

Senador Antonio Carlos Magalhães, é aí que aparece a figura do Vavá. Se todos fazem, por que Vavá não faz? Vavá também quer. Então, monta escritório, filial, contrata... Coitado, parece-me um simplório, mas, diante do estado de coisas que viu, não quis entrar para o folclore como o personagem daquela música dos Mamonas Assassinas que estava num baile em que todos aproveitavam, menos ele. Portanto, ele quis entrar nesse contexto exatamente pelo mau exemplo e pela falta ação por parte do Presidente e do Governo.

Aliás, Senador Antonio Carlos Magalhães, este Governo não assumiu e já começou a trabalhar no sentido de fazer arrecadações para as próximas eleições.

No primeiro ano de Governo, eu disse, da tribuna, que, na marcha em que ia, dentro de pouco tempo o PT seria o Partido mais rico do Ocidente e que seria, ao final do mandato, o mais rico do mundo.

O problema todo agora é que o dinheiro existe, mas ninguém sabe onde está. A dificuldade é trazê-lo de volta. Mas não resta dúvida de que existe arrecadação, dinheiro intocado. Os fatos, a apuração da CPI, a finalização desses episódios acontecerão no seu tempo preciso. E o Sr. Delúbio não vai ter o prazer de dizer que isso vai virar piada de salão.

Evidentemente, as auditorias estão sendo contratadas para as investigações. Já se sabe, Sr. Presidente – quero alertá-lo porque V. Exª é Relator de uma das CPIs –, que as grandes empresas envolvidas estão ameaçando as CPIs.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – São elas que detêm os grandes contratos. Sabe-se que existem indícios de ameaças de que, se aceitarem investigações dessa natureza, perderão o contrato no mercado, mas tenho muita esperança de que encontraremos brasileiros como aquele motorista que denunciou o Collor, que simbolizou naquele período a figura do Fiat Elba. Tenho esperança de que surjam, durante este período de apuração, fatos que nos levem a um final que não seja de prática de injustiça, mas também que não seja de impunidade.

V. Exª, por exemplo, estava preparado para ouvir nos próximos dias o legista do caso Celso Daniel, que foi o sétimo a desaparecer de maneira misteriosa ou esquisita entre os envolvidos naquele processo.

Já tivemos, Senador Garibaldi Alves Filho, na Comissão de V. Exª oportunidade de ouvir os dois irmãos do falecido prefeito. Tenho a convicção de que há uma distância muito grande entre a versão e o fato. Queremos que o Brasil, ao final dessas CPIs, tenha a certeza de que, antes de o Sr. Delúbio tirar nos salões em que freqüenta, a Nação vai se sentir compensada pelos Parlamentares que integram esta Casa, pelo fato de terem cumprido a sua missão.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ FUNDOS DE PENSÃO

Procuradoria desconfia de operações de maiores entidades de previdência complementar

TCU investiga ação suspeita de grandes fundos de estatais

JANAÍNA LEITE
DA REPORTAGEM LOCAL

O Ministério Público Federal suspeita que grandes fundos de pensão patrocinados por estatais fecharam operações lesivas às suas patrocinadoras entre 1997 e 2004, inclusive a compra excessiva de ações da Coteminas, empresa têxtil pertencente à família do vice-presidente, José Alencar.

Por conta da desconfiança, o TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou a tomada de informações, em forma de diligências, junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), à SPC (Secretaria de Previdência Complementar) e ao BC (Banco Central).

O TCU é o órgão que audita as contas do governo federal. A Folha apurou que o pedido de diligências foi apresentado pelo procurador-geral do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Furtado. A relatoria do processo, que corre em sigilo, coube ao ministro Lincoln Magalhães da Rocha.

O objetivo de Furtado era saber se houve leniência do governo na fiscalização dos grandes fundos de pensão ligados a empresas que têm o Tesouro Nacional como sócio. Na lista estão as três maiores entidades de previdência complementar do país: Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal). O quarto e último fundo de pensão citado por Furtado é o Centrus, dos funcionários do BC.

Além de propor as diligências ao TCU, o procurador recomendou que o Ministério Público Federal investigue diretamente "possíveis crimes financeiros por parte de administradores da Previ, decorrentes de financiamento de campanhas eleitorais por meio de aporte de recursos por parte do fundo de pensão".

Gigantes

Os fundos de pensão, são, hoje, os maiores investidores institucionais brasileiros. Têm participação nas grandes companhias privadas, em todos os setores, e participam ativamente dos mercados imobiliário e financeiro.

No caso dos fundos bancados por empresas governamentais, a disputa política é parte do jogo. Os dirigentes dividem-se entre eleitos pelos funcionários e indicados pela patrocinadora. Isso cria um jogo interno de poder e dá origem a uma série de críticas. Tanto no governo FHC quanto no atual, as indicações políticas prevalecem sobre as técnicas e criam "agendas ocultas" entre os administradores e o governo federal.

Segundo números da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada), até abril os investimentos dos fundos chegava a R\$ 259,2 bilhões. Os ativos somavam R\$ 284,6 bilhões.

Os investimentos totais da Previ, em abril, correspondiam a R\$ 70 bilhões. O fundo é seguido pela Petros (R\$ 26 bilhões) e pela Funcionários (R\$ 19 bilhões). O Centrus aparece em oitavo lugar na escala da Abrapp, com R\$ 6 bilhões.

Pela legislação atual, os fundos de pensão de estatais são pessoas jurídicas de direito privado e não estão submetidos ao TCU. As patrocinadoras, quando empresas públicas, e os órgãos fiscalizadores das entidades de previdência respondem porém ao tribunal.

O principal objetivo da diligência do TCU junto à CVM é descobrir se a autarquia fiscalizou supostas manipulação de ações por parte das corretoras que movimentaram os investimentos dos fundos de pensão no mercado de ações. O assunto também tem sido objeto de escrutínio pelas CPIs dos Correios e do Mensalão.

Outra possibilidade que preocupa o TCU é que os quatro fundos de pensão tenham aplicado mais do que o permitido em ações e debêntures de companhias listadas em Bolsas de Valores. O temor é a hipótese de operações casadas e triangulares, que permitiriam a criação de caixa dois.

A SPC, braço do Ministério da Previdência que fiscaliza os fundos de pensão, foi o alvo do maior número de pedidos de esclarecimentos do TCU.

O tribunal quer saber se a Previ - maior fundo de pensão da América Latina - informou devidamente ao governo decisões estratégicas como a reavaliação de seus investimentos na Companhia Vale do Rio Doce e a aplicação de recursos nas empresas Neoenergia e Paranapanema.

O TCU pediu ainda à SPC dados sobre prejuízos que a Previ teve em complexos imobiliários. Quanto à Petros, o TCU solicitou esclarecimentos sobre possíveis irregularidades na venda de imóveis. No caso da Funcionários, terceiro do ranking nacional, o tribunal quer saber se a SPC colocou a lupa sobre supostas irregularidades na compra de ações da Companhia Siderúrgica de Tubarão, da Ferropasta (Ferronorte e Novoeste), do Mappin e da Mesbla, do Crefisul e do Blue Tree, além de supostos investimentos irregulares no Hotel Renaissance, em São Paulo.

Por fim, em relação ao Centrus o TCU quer a certeza de que a SPC fiscalizou supostas irregularidades na compra a Comgás, da Escelsa e da Iven.

A representação de Furtado faz menção ainda a uma notícia-crime apresentada por um funcionário público, Magno Mello, à 10ª Delegacia de Polícia Civil do Rio de Janeiro. Mello, que é assessor legislativo em Brasília, pediu aos policiais que investiguem se a Previ distribuiu recursos para candidatos e comitês eleitorais.

OUTRO LADO

Coteminas contesta ação lesiva

DA REPORTAGEM LOCAL DA REDAÇÃO

A Coteminas enviou à reportagem esclarecimentos prestados ao Ministério Público Federal em 2000 sobre a oferta pública de ações da empresa. A empresa afirmou à Folha que foram enviadas aos procuradores mais de mil páginas de documentos com explicações que foram consideradas pertinentes e satisfatórias. E desde então, segundo a Coteminas, não houve mais questionamentos.

Segundo o documento da empresa recebido pela Folha, as ações foram lançadas em 1997 e serviram para a expansão das atividades industriais e comerciais da companhia. Grandes bancos, escritórios de advocacia e empresas de consultoria estiveram envolvidos na emissão.

"A Coteminas e seus controladores não atuam no mercado de ações como especuladores, comprando e vendendo suas ações, para auferir lucro. A única influência que exercem sobre o preço da ação negociada em Bolsa de Valores é o trabalho diuturno na obtenção de lucros para a companhia e, consequentemente, para todos os seus acionistas", diz o texto da companhia têxtil.

"Não se pode falar que os fundos de pensão (Previ, Petros e Funcef) tomaram prejuízo com a subscrição de ações da Coteminas. Primeiro, ao que sabemos, nenhum fundo vendeu as ações que subscreu, para que se realizasse prejuízo, e depois porque normalmente os fundos de pensão não compram ações com objetivo de especular com elas no curto e médio prazo", completou a Coteminas.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) informou à Folha, por meio de sua assessoria, que o órgão já atendeu a requisição do próprio TCU (Tribunal de Contas da União). Disse ainda que "em sendo requisitadas novas informações, esta Comissão estará pronta para, respeitados os limites da sua competência legal em relação ao assunto, prestar todas as informações adicionais que se mostrem necessárias".

A SPC (Secretaria de Previdência Complementar) e o Banco Central não se manifestaram. A Folha procurou os fundos de pensão citados pelo processo do TCU na sexta-feira. Previ (do Banco do Brasil), Petros (da Petrobras) e Funcef (Da Caixa Econômica Federal) informaram que também não iriam se manifestar sobre o assunto. Alegaram que não haveria tempo hábil para levantar as informações.

Petros e Funcef informaram que pretendem atender a demanda "dentro de um prazo justo". Por meio de sua assessoria, explicaram que, por conta do Dia do Previdenciário, grande parte dos fundos de pensão não teve expediente na sexta-feira, o que dificultava o acesso às informações.

A Folha não conseguiu entrar em contato com o Centrus (do

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais. Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – S. Ex^a trocou comigo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com a Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O Senador Antonio Carlos Magalhães pode falar antes de mim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por permuta com o Senador Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, agradeço ao Líder do PMDB a gentileza de fazer uma troca para que eu possa usar da palavra neste instante.

Sr. Presidente, não é demais que eu diga nesta hora que o Governo brasileiro não cumpre os mais comezinhos dos seus deveres; e culpa os fazendeiros do Brasil.

A febre aftosa já tinha desaparecido deste País, e eu assisti muitas vezes ao ilustre Governador da Bahia, Dr. Paulo Souto, chamar a atenção de autoridades, inclusive do próprio Ministro da Agricultura, para o perigo da volta da febre aftosa.

A Bahia esforçou-se e conseguiu acabar de uma vez com a febre aftosa, graças ao trabalho do Governador Paulo Souto e do seu sucessor na ocasião, César Borges, e agora novamente do Governador Paulo Souto. Isso é uma tristeza para o País. A verdade é que ouvi do Ministro Roberto Rodrigues, um homem de bem, sério e competente, que não havia recursos para defesa animal, que o Ministério dele estava à míngua e que ninguém respeitava sequer as verbas mais importantes de seu Ministério. Ele protestava sempre. Mas, com o mesmo respeito que tenho por ele, penso que, se a política era de deixar voltar a febre aftosa e não dar recursos para a agricultura, ele deveria bater na mesa do Presidente e largar o Ministério. Hoje ele está publicamente condenando o Governo, que faz de conta que não ouve, e nada acontece.

Assim tem sido o Brasil, o Brasil de Lula, o Brasil do torneiro mecânico que ia fazer o salário mínimo triplicar, que ia fazer da pobreza um estágio diferente, mas os pobres nunca estiveram em situação mais difícil.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, todo ano, debatemos o assunto da febre aftosa na Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador Jonas Pinheiro e eu, neste ano e no ano passado, apresentamos ao Orçamento uma emenda de comissão de R\$ 200 milhões. Lamentavelmente, a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não respeitou a quantia, até baixou-a, embora tenha alocado algum recurso. Quando chegou a hora de operacionalizar, foi pior, porque o dinheiro não foi ao Ministério. V. Ex^a tem razão, porque esse é um problema de todo o Brasil. Ele surge lá na ponta e prejudica toda a exportação. Solidarizo-me em relação a este assunto – este assunto – com V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não se incomode, não, porque, futuramente, V. Ex^a vai se solidarizar comigo em relação a todos os assuntos.

Quero dizer, neste instante, Sr. Presidente, algo que o Senador Heráclito Fortes já disse com muita propriedade: se o orçamento impositivo fosse cumprido, a situação do País seria outra. Todos são favoráveis ao orçamento impositivo, mas nenhum Governo deixa fazê-lo, nem o passado nem o atual. O meu projeto vem de longe. Já se passaram mais de quatro anos, cinco ou seis anos, e ninguém aprova o orçamento que deve ser o orçamento do País.

Enquanto isso, pululam os escândalos. Até hoje, o Presidente não respondeu àquelas perguntas que fiz:

- 1 – Ele sabia ou não do mensalão?
- 2 – Ele sabia ou não que a Telemar dera R\$5 milhões para a empresa do seu filho?
- 3 – Ele sabia ou não que Okamoto pagou o seu empréstimo ao PT?

Hoje, quando falamos em chamar o Okamoto ou Gilberto Carvalho, o tremor no Palácio é indescritível.

Quero dirigir-me a V. Ex^a, Sr. Presidente, porque agora surgiu um novo, o Vavá. Vavá, irmão do Lula, é o novo lobista que está pegando a sua grana, talvez até em pouca quantidade – a cara dele é de quem pega pouco –, mas, com certeza pegando, para levar à Petrobras pessoas, para ver negócios com empresários portugueses, para defender a Federação dos Hospitais. Tudo isso foi assunto de uma reportagem da **Veja**, comprovada em todos os sentidos.

Esta semana tenho muitas coisas para falar deste Governo. Como disse V. Ex^a, com muita razão, elas vão surgindo paulatinamente. Chega-se ao ponto de

um Delúbio Soares, o homem mais sujo em matéria de dinheiro depois de Marcos Valério, dizer que isso é bobagem – está no jornal **O Estado de S.Paulo** –, que daqui a pouco ninguém vai falar mais nisso, e tal, que o PT não vai expulsá-lo, que ele votou em Berzoni, que a coisa agora é outra, que eles continuam a mandar. Só faltou dizer: “Nós continuamos a roubar”. Mas é o que está dito implicitamente.

Daí, dirijo a V. Ex^a um requerimento em que solicito informações à Excentíssima Sr^a Ministra de Estado da Casa Civil:

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado, solicito seja encaminhado Pedido de Informações à Excentíssima Senhora Ministra de Estado da Casa Civil no sentido de que sejam prestados esclarecimentos referentes às atividades, cargos e funções dos filhos(as), irmãos(as) e cunhados(as) do atual Presidente da República.

Já que ele não diz, não tenho esperança de que venha nenhuma resposta. E não vem, e não acontece nada. É isto o que está faltando: acontecer alguma coisa no Senado em relação às figuras do Poder Executivo que maculam o Brasil.

Numa viagem que fiz às minhas custas, pude sentir como os brasileiros no estrangeiro estão realmente tristes com o País. Só me pediam: “Senador, acabe com essa roubalheira que está lá. Por favor, denuncie! Seu neto está fazendo um bom trabalho, mas é preciso acontecer alguma coisa nesse País para que tenhamos a respeitabilidade de morar aqui sem a chacota dos americanos”.

Os americanos não nos respeitam e levam o Lula na pilharia, porque o Bush dá um abraço nele, diz que vem aqui, e ele, coitado, pensa que isso é verdade. Que vem aqui, vem, mas vem para se confraternizar com as populações, sobretudo as afrodescendentes, a fim de melhorar sua posição no cenário político de seu país.

A situação, Sr. Presidente, é grave em todos os sentidos. Não sei, a esta hora, se os Deputados renunciaram ou não. O fato é que a população, a opinião pública do Brasil espera os resultados da CPI. V. Ex^a disse, com alguma propriedade, que as CPIs dão resultados lentos. Mas é preciso apressar. É preciso apressar para que o povo acredite no Congresso Nacional, que é a vítima do Senhor Lula. Ele só se defende atacando. Quando precisa, ele fica humilde e chega até a chorar, mas, na realidade, do que gosta é do “Aerolula”, para visitar países estrangeiros, para passear com sua excentíssima esposa em pontos pitorescos da Itália,

como os jornais dizem, sem saltar, em carro escuro, para que ninguém o veja. Ele tem medo lá também. Mesmo na Itália! Isso está em todos os jornais de ontem e de hoje. O Presidente da República está consciente do mal que faz ao País. Mas, mesmo assim, quer ser reeleito e espera contar com o apoio de seus aliados da eleição e usar o próprio PMDB. PMDB que não posso – hoje que recebi essa gentileza do Líder – tratar de como sofre para ter unidade. Uma coisa difícil é a unidade do PMDB. Portanto, é um pouco difícil que o PMDB possa galgar ou ter a aspiração de participar da eleição majoritariamente.

Em todo caso, todos têm uma esperança. Por que tirar a do PMDB? Deixemos que eles pensem assim, e vamos agir nós, para derrotarmos nas urnas esse Presidente que não precisa de *impeachment*. Ele mesmo vai provocar seu *impeachment*, vai demonstrar ao País que perde, pelo voto, para um candidato decente. Se dissermos que temos um candidato decente, temos. Temos tantos que alguma dificuldade vamos ter para escolher. Mas o certo é que ele não pode diariamente atacar seu antecessor como ataca. E falo com a autoridade de quem fez oposição em mais da metade do período de Fernando Henrique. Fui até por ele perseguido. Mas não se pode comparar Fernando Henrique Cardoso com Luiz Inácio Lula da Silva. Não se pode nem aqui e, principalmente, no exterior.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Vou terminar, Sr. Presidente.

Mas não gostaria de terminar sem dizer a V. Ex^a que assisti, em Nova York, sábado passado, a um espetáculo comovente. O Consulado, tendo como Cônsul o Sr. Júlio César Gomes dos Santos, realizou uma missa na Catedral de St. Patrick, celebrada pelo nosso Arcebispo Primaz da Bahia, Presidente da CNBB, Cardeal Dom Geraldo Majella. Fiquei feliz de participar desse ato. E digo até com certa vaidade: fiquei feliz quando reparei que, do altar, o Cardeal vislumbrou minha presença e demonstrou publicamente sua alegria.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que tenho esperança. Se Deus é brasileiro, Ele nos dará força nessas CPIs para prender os corruptos, para tirar o mandato daqueles que merecem perdê-lo. Não deve haver injustiça, mas deve haver seriedade e muita urgência nas medidas que temos de tomar.

O Brasil não pode continuar nesse ritmo. Não há um setor do Governo que esteja bem. Só mesmo os números trazidos pelo Senador Aloizio Mercadante, em que ele acredita, mas não é nosso caso, porque a realidade é outra. Já houve “apagão” novamente no Rio de Janeiro. A pobreza e até a seca no Amazonas

ocorreu nesse Governo. E o Exército, querendo ajudar, não tinha combustível para levar alimentos para as pessoas desamparadas.

Esse é o Brasil de hoje. Esse é o Brasil do Presidente Lula. Esse é o Brasil que temos a obrigação de evitar que continue assim, para que possamos andar de cabeça erguida em nossas terras e, ao mesmo tempo, ter o respeito da população.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.137, DE 2005

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Senado Federal

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito seja encaminhado Pedido de Informações a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Casa Civil no sentido de que sejam prestados esclarecimentos referentes às atividades, cargos e funções dos filhos(as), irmãos(as) e cunhados(as) do atual Presidente da República.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.138, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 43 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro prorrogação, por 8 dias, a partir de 17 de outubro de 2005, da minha licença para tratamento de saúde, concedida por essa Casa através do Requerimento nº 644 de 2005, conforme laudo da Junta Médica do Senado Federal a ser encaminhado, amanhã, diretamente à Secretaria-Geral da Mesa.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2005. – Senadora Roseana Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)
– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Líder do PMDB nesta Casa, o Senador Ney Suassuna.

V. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passei a última semana inteira em meu Estado natal e, com muita alegria, pude presenciar os 141 anos de emancipação de minha cidade, Campina Grande. Festividade, inaugurações, Sr. Presidente, por todos os bairros. O prefeito Veneziano, um prefeito dinâmico e jovem, tem inaugurado obras toda semana, mas, durante a semana do aniversário de Campina Grande, inaugurou todos os dias. Ruas asfaltadas, parques reativados, revitalizados; obras por todos os lugares, por todos os bairros, e o povo, exultante.

A popularidade do prefeito lá em cima; aliás, tem sido assim em Campina Grande, na capital, em Patos, em Santa Rita, em Bayeux, em todas as grandes cidades da Paraíba, todas elas estão tendo a alegria da inauguração de muitas obras.

Mas em todos esses lugares em que passei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, verifiquei que os prefeitos estão muito preocupados com o Fundo de Participação dos Municípios. Mais um mês de quota muito baixa, mais um mês de muitas dificuldades. As prefeituras, exauridas, estão fazendo obras pela vibração, pelo entusiasmo, mas, realmente, estão raspando o fundo da tacha, o fundo da panela.

Nas pequenas prefeituras, a situação é muito grave. Vi com tristeza que a Resolução nº 322, de 8 de maio de 2003, do Conselho Nacional de Saúde, ao aprovar a Sétima Diretriz, estabeleceu que não são consideradas como despesas as ações e serviços públicos de saúde relativos à limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos, lixo. Ora, todos nós sabemos que uma cidade suja vai ter mais baratas, mais ratos, o que, enfim, termina influenciando na saúde.

Anteriormente, era permitido colocar essa despesa nos 15% que as prefeituras gastam. A vedação foi feita exatamente para que os prefeitos não pudessem colocar como verba aplicada na saúde os gastos com a limpeza urbana e a coleta de resíduos sólidos. Isso criou um caso muito grande. Por quê? Se V. Ex^a prestar atenção, vai verificar que, do ponto de vista legal, essa despesa, às vezes, em alguns municípios, chega a ser 30% do que é destinado à saúde pública. Dos 15%, 30% seriam minorados, se fosse colocada essa despesa de coleta de lixo e limpeza urbana como verba voltada à saúde.

Como exemplo, citamos a cidade de Campina Grande, na Paraíba, que aplica os 15% nas demais ações de saúde e mais 30% desse percentual na coleta

de lixo e limpeza urbana, estrangulando as contas da Prefeitura e colocando o Executivo Municipal na mira da Lei de Responsabilidade Fiscal. Fica muito apertado. Se olharmos isso, verificaremos que chega a 20% na área de saúde. Tirando os outros 25% da área de educação, as outras despesas obrigatórias – como Câmara de Vereadores, como precatórios –, verificaremos que sobra muito pouco.

Imaginem o que não seria feito em Campina Grande, em João Pessoa, em Patos, em Sousa, em Cajazeiras, nas prefeituras da Bahia, de Alagoas, se a taxa de lixo pudesse ser incluída na saúde.

Senador Antonio Carlos, como médico, V. Ex^a sabe que uma cidade suja é mais propensa a ter doenças. A Resolução nº 322, do Conselho Nacional de Saúde, foi realmente muito dura para as prefeituras. Se tivéssemos um Fundo de Participação confortável, se as prefeituras recebessem o que lhes é devido, seria normal que se exigisse algo a mais dessas prefeituras. No entanto, estão extremamente sacrificadas.

Por essa razão, fiz um ofício ao Conselho Nacional de Saúde e outro ao Ministro da Saúde para repensar a situação. Nas cidades-pólo, como Campina Grande, o lixo hospitalar é preocupante e está incluído no item saúde. O que se faz com o lixo hospitalar? Damos o tratamento normal? Claro que não.

Não entendo como o Conselho Nacional de Saúde, sem pensar mais profundamente no assunto, determina que essa despesa não pode entrar nas despesas de saúde. Eu até me culpo. Lembro-me muito bem de quando muitos dos Senadores aqui presentes não queriam aprovar a determinação de uma taxa de saúde tão elevada. Hoje são 15% da receita da prefeitura, um percentual muito elevado, que, somado aos outros itens, deixa para investimento quase nada. E é na cidade que as pessoas moram, que precisam ter educação, que precisam ter saúde, que precisam ter água, que precisam ter esgoto, que precisam ter tudo isso.

A situação não está confortável, os prefeitos estão extremamente preocupados, e eu estou comunicando a este Plenário que tomei esta atitude.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Antonio Carlos.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. O engessamento dos Estados e dos Municípios principalmente, sem qualquer contrapartida do Governo Federal, vai tornar inviável a administração pública. Não é só quanto ao problema do lixo, importantíssimo, como V. Ex^a colocou, mas em todos os outros. O Governo fica engessado, mais de 20% para a educação, agora, 14%, 15% ...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Quinze por cento para a saúde; 10%, 15% para a Câmara de Vereadores.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – E para os débitos também.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Precatórios.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Os precatórios estão escalonados. E débito mesmo com o Governo Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Dívida do Governo Federal.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Que até hoje não foi sequer bem equacionada. De modo que fica realmente impossível hoje governar qualquer Estado ou Município.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Vossa Excelência está coberto de razão. Hoje os Estados administram, quando muito, a folha de pagamentos de professores, da saúde, da polícia, e falta dinheiro para investimento. Temos que arranjar um jeito de oxigenar essas economias.

Pois não, nobre Senadora Heloísa Helena, que, tenho certeza, de que na área de saúde, sendo enfermeira, tem algo a nos dizer.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Ney Suassuna, quero compartilhar da preocupação de V. Ex^a e de todos os Senadores em relação à incapacidade de os municípios terem o mínimo de flexibilidade orçamentária em relação a investimentos, todas essas coisas. Mas continuo achando que, infelizmente, o Congresso Nacional, especialmente o Senado, não tem tido a coragem necessária de cumprir a sua razão de existir, que é representar a Federação. Seria melhor, então, o unicameralismo; seria uma economia para o Brasil. A razão de existir do Senado é a concepção de federalismo. Não temos a coragem de discutir qual o modelo de federalismo que queremos: se é competitivo, se é cooperativo. Fica tudo num grande faz-de-conta, seja em relação à reforma tributária, à guerra fiscal, seja em relação àquilo que seria essencial que o Governo fizesse, mas não tem coragem de fazer, que é a repactuação da dívida pública interna. O Governo não tem coragem de fazê-la, e o Congresso Nacional se comporta como um medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio Planalto e também não a faz. Não adianta o Presidente da República dizer que os governadores e os senadores aceitaram o que os governos passados fizeram. Não adianta. É preciso uma discussão clara, que só o Governo pode fazer – e esperamos que o Congresso pressione –, que é repactuar a dívida pública. Se não dá para pagar em vinte anos, não há problema, paga em 25 ou 30 anos, alonga

o perfil da dívida pública interna e pode até carimbar o recurso que vai sobrar. Para não deixar também ao deus-dará e os Estados manipularem eleitoralmente. Ora, em vez de comprometer 20%... No caso de Alagoas, cada vez mais, porque, para completar, houve uma irresponsabilidade do Governador de Alagoas e dos Senadores – não minha – em incluir na rolagem da dívida aquela história das letras podres do Tesouro do Estado. Com isso arrombou-se de vez o Estado e esgotou-se de tal forma a capacidade de Alagoas que cada vez mais está se comprometendo a receita líquida real. O Estado está comprometendo 20% da receita líquida real para pagar juros e serviços da dívida e para fazer com que o Governo Federal pratique essa política de agiotagem. Em vez disso, o Estado podia comprometer 10%, e os outros 10%, com que ele estava comprometido, o Governo podia até carimbar em acordo com o Senado, que só irá utilizar esses recursos na segurança pública, na saúde, na educação, em investimentos de infra-estrutura, ou em projeto agrícola. Pode até fazer isso para impedir a gasta eleitoralista, demagógica de alguns. Agora, o que não pode é esvaziar completamente como V. Ex^a disse, porque aí ficamos brigando pelas migalhas que sobram. Ficamos brigando porque não se pode vincular verba para saúde, não se pode vincular verba para educação. E se não tivesse vinculado aí é que não haveria investimento em absolutamente nada mesmo. Compartilho da preocupação de V. Ex^a. Já passou da hora de se fazer isto: repactuar a dívida pública interna, alongar o perfil da dívida, carimbar essa folga orçamentária caso pudesse vir. Isso seria tão essencial para as prefeituras porque acaba incidindo diretamente nos Municípios também. Então, não adianta criar taxas e mais taxas e esgotar a capacidade ou do setor produtivo, ou da sociedade de forma geral, absolutamente esgotada com o aumento da carga tributária. E o Governo, que pode fazer isso, não faz. Espero que o Senado possa fazê-lo. É o Senado que, pela sua razão de existir, pode inclusive cobrar do Governo, com mais eficácia, para minimizar isso. Vivemos aqui solicitando migalha, como sabe V. Ex^a. É uma migalha de 1%. Quando se reivindica que se aprove 1%, que significa 1,4%, quando for dividir para mais de cinco mil Municípios brasileiros – sabemos V. Ex^a e eu que é uma migalha –, fica muito mais simbólica essa história do aumento do Fundo de Participação. E o próprio procedimento investigatório do Tribunal de Contas da União mostrou nesses dias que o Governo está retendo o recurso que deveria ser repassado para o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, jogando no superávit. É uma esculhambação muito grande. Compartilho, pois, da preocupação de V. Ex^a. A alternativa realmente é

esta: alongar o perfil da dívida, repactuar para que se possa ter capacidade de investimento e, portanto, dinamização da economia local, geração de emprego e renda e, consequentemente, fomento da economia local, além de investimento nas políticas sociais. E só quem pode fazê-lo é o Estado.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Não sei se digo obrigado ou aleluia, em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa comunica a V. Ex^a que o tempo foi prorrogado por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Muito obrigado, Excelência.

Vou dizer aleluia, primeiramente, porque é uma das poucas vezes em que eu e a Senadora Heloísa Helena comungamos da mesma opinião. (Risos.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Acho que vou mudar.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Não o faça, porque está certa.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Já vou mudar, por Nossa Senhora. (Risos.) Vou para o outro lado.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a está coberta de razão. O Senado é a Casa da Federação, e nós temos que tomar uma atitude. É impossível. Na semana passada eu vi a aflição das Prefeituras e estou aqui relatando a V. Ex^as. De novo, o Fundo de Participação é pequeno. Por quê? Porque se criaram taxas, e hoje há 110 bilhões que não foram divididos. Segundo, devolveram tudo de uma vez porque seguraram, seguraram, seguraram e devolveram tudo de uma vez a devolução do Imposto de Renda. As quotas do mês passado e desse mês foram lá para baixo, a segunda quota do mês passado foi de R\$5 mil e só 16,18 tinham que pagar às Câmaras de Vereadores. Então as Prefeituras estão exauridas. De novo vem uma quota insignificante. Além disso, o Conselho Nacional de Saúde, por meio da Resolução nº 322, estabelece que resíduos sólidos e limpeza urbana não fazem parte de saúde. Portanto, as Prefeituras estão ainda mais crucificadas e os Estados idem. Vemos, perplexos, que as funções dos Estados se resumiram a administrar educação, saúde e segurança. Não sobra mais dinheiro para nenhum investimento. E como vai ser o futuro desses Estados? Enquanto isso, a República arrecada dinheiro para pagar essa miserável dívida que não acaba nunca e que toda uma geração está pagando muito caro pela festança das outras gerações.

Sr. Presidente, para encerrar, acredito que nós devemos começar a discutir isso e eu vou fazer uma provocação na Comissão de Assuntos Econômicos;

eu vou fazer uma provocação para que comecemos a pensar novamente este assunto de Estados e Municípios.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves, que dispõe de 15 minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não retorno a esta tribuna somente para tratar do tema da integração do rio São Francisco às bacias do Nordeste setentrional, ou, como queiram, da transposição do rio São Francisco. Quero ir mais além. Eu gostaria de realizar um esforço para que haja a união dos Estados nordestinos em torno de uma política consistente e duradoura para devolver ao rio São Francisco a pujança que ele já possuiu.

O Governador do Estado do Ceará, Dr. Lúcio Alcântara, foi muito feliz ao defender em debate realizado no programa Roda Viva, da TV Cultura, que o Projeto de Integração de Bacias não é uma questão só técnica, mas também de engenharia política.

Sabemos nós Senadores, pelas nossas experiências, que diferentemente da engenharia estudada nas universidades, a engenharia política envolve fatores que transcendem a razão, cabendo a nós políticos termos a serenidade necessária para buscar o consenso. Defendeu o ilustre Governador do Ceará que a transposição e a revitalização do São Francisco são questões que dizem respeito à Federação brasileira e à solidariedade e reciprocidade que deve existir entre os Estados membros desta Nação. Os Estados doadores devem se articular para exigir as necessárias compensações que devem vir, principalmente, revertidas em ações que possam revitalizar por completo o rio São Francisco.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, a água se constitui um bem precioso no mundo contemporâneo. Não é implausível que, em um futuro próximo, infelizmente, países entrem em guerra por conta do domínio da água. O Brasil necessita então se voltar, cada vez mais, para essa realidade.

Como a CNBB pontificou na Campanha da Fraternidade recente, a água é fonte de vida. Eu mesmo já pude, desta tribuna, dar a minha modesta contribuição, discorrendo sobre a viabilidade técnica desse importante projeto, do seu grande alcance social. Não quero hoje me alongar na análise desses aspectos, registrando apenas que ele se pauta em duas premissas que são irrefutáveis: a segurança hídrica para uma região que registra índices de oferta de água abaixo do recomendável pelos organismos internacionais e

a sinergia, que consiste na possibilidade de aumento na oferta de água a partir do fornecimento constante de uma fonte perene.

Os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco já realizaram esforços gigantescos para dotar suas populações de uma melhor oferta de água e a situação já é bem melhor, o que inclusive se reflete nos índices de mortalidade e de saúde pública.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Pois não. Dou um aparte ao Líder do PMDB, nosso Líder, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, quero me solidarizar com V. Ex^a em relação ao seu discurso. Quero também fazer justiça a V. Ex^a, que, quando Governador do Rio Grande do Norte, cortou o Estado em várias direções, levando água aos Municípios onde ela não existia. Isso, com toda a certeza, trará a gratidão do povo do seu Estado nos próximos embates que teremos. Se chega a ecoar na Paraíba o trabalho de V. Ex^a, imagine, então, no Rio Grande do Norte! V. Ex^a fez tudo que era possível para minorar as dificuldades do povo que não tinha água. Na Paraíba, o Governador José Maranhão, que se mirou no trabalho que estava sendo feito no Rio Grande do Norte, fez o mesmo. Então, eu queria louvar a atitude de V. Ex^a quando Governador e me solidarizar com V. Ex^a pelo discurso que faz. Para todos nós, este é um assunto de muita importância. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Senador Ney Suassuna, o aparte de V. Ex^a justamente me dá uma segurança ainda maior quando abordo este assunto, porque me dá certa autoridade. Eu mesmo não posso ficar aqui, da tribuna desta Casa, dizendo o que foi feito no Rio Grande do Norte, mas V. Ex^a, mais à vontade, está dizendo o que realmente foi feito, isto é, um grande projeto foi executado justamente para levar água aos lugares onde ela não existia. O que hoje acontece é que todas as nossas reservas já estão praticamente esgotadas; por isso nós necessitarmos desse reforço, dessa transposição de bacias, da água do rio São Francisco para perenizar as nossas bacias.

Eu agradeço a V. Ex^a porque V. Ex^a faz justiça a outro trabalho. Nesse caso, sou eu que vou assumir o papel de V. Ex^a ao ressaltar o trabalho feito pelo Governador José Maranhão, no Estado da Paraíba, que também se preocupou em dotar a Paraíba das condições de receber essa água. Há que se dizer aqui o seguinte: se os Estados não tivessem se preparado – no caso, estamos falando dos Estados do Rio Grande do Norte

e da Paraíba – não teríamos como receber, não teríamos como ter os desdobramentos necessários para levar água a quem precisa. Eu agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, ressalte-se que os Governadores dos quatro Estados beneficiados assinaram documento de compromisso com a manutenção e operacionalização do projeto assumindo a criação ou o reforço institucional dos órgãos estaduais de gestão de recursos hídricos.

Outra questão importante a ser salientada é a do projeto da própria revitalização do rio. Criado em 2003, incluído no PPA 2004/2007, o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, Sr. Presidente, visa à sustentabilidade socioambiental da bacia, com ações em prol da sua conservação e uso racional do seu território, a ampliação da oferta de seus recursos hídricos, a sua despoluição e demais intervenções voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a revitalização do rio São Francisco não pode ficar ao talante de cada governante. Está tramitando na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional, uma PEC, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que cria um fundo constitucional para a revitalização do rio São Francisco. São previstos R\$300 milhões por ano para serem investidos em 20 anos. Precisamos, então, nos mobilizar para que essa importante PEC seja aprovada, pois se constituirá em garantia de que a revitalização será uma realidade.

Portanto, o tom do meu discurso, o conteúdo da minha fala, hoje, na tribuna do Senado Federal, é um tom conciliatório, tão conciliatório que não animou o Senador César Borges a vir para o debate, evitando que nós ficássemos aqui nos confrontando com relação a essa obra.

Estamos, hoje, apresentando um requerimento convidando S. Ex^a o Sr. Ministro Ciro Gomes para discutir neste plenário o projeto de Transposição do rio São Francisco, ou de Integração do rio São Francisco às bacias do Nordeste setentrional. Justifico esse convite afirmando que “este projeto, de grande envergadura, vem sendo motivo de acalorados debates nesta Casa. Neste sentido, seria de grande importância a presença do Ministro Ciro Gomes para esclarecer detalhes do projeto e responder às críticas dos Senadores”.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedemos a palavra à nobre Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, permutei com o Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, por permuta com a Senadora Heloísa Helena.

V. Ex^a tem a palavra por 15 minutos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, acabo de ouvir o discurso do nobre colega Senador Garibaldi Alves, ex-Governador do Rio Grande do Norte, e entendo as suas razões. Entendo as suas razões! Na verdade, os defensores da transposição são os três Estados receptores: o Rio Grande do Norte, o Ceará e a Paraíba. E diria que, do ponto de vista hídrico, o Rio Grande do Norte e o Ceará se encontram em situação bastante cômoda. Na verdade, os recursos hídricos é que não são utilizados, porque não há obras de infra-estrutura hídrica, lamentavelmente, obras de irrigação, de adutoras, para o aproveitamento da água existente.

O Senador Garibaldi Alves Filho conhece bem os estudiosos do próprio Rio Grande do Norte, como o Professor Abdo, que conhece o assunto e tem se colocado contra essa obra, porque vê a falta de oportunidade de uso dos recursos federais, que são tão escassos para coisas tão necessárias para o nosso País, que não prioriza a educação, não cuida da saúde, não cuida da nossa infra-estrutura e pretende, de última hora, uma aplicação em final de Governo – porque esse é o tipo da obra para início de Governo –, mas em final de governo?

Então, Senador Garibaldi, penso que está, para todo o País, visível, desnuda essa operação de transposição, essa malfadada transposição, que nada mais é do que uma ação, primeiro, eleitoreira do ponto de vista político-eleitoral, porque se avizinha uma eleição, no próximo ano, e o atual Governo não fez nada pelo Nordeste brasileiro. Nenhum dos seus importantes compromissos com o Nordeste foi cumprido – e sabe muito bem V. Ex^a disso. Onde está a recriação da Sudene? A Sudene não foi recriada. Onde está a duplicação da BR-101? A BR-101 não foi duplicada. Onde estão os recursos para continuar os projetos de irrigação no Nordeste, a perenização dos rios? Esses recursos não existem no Orçamento Geral da União. Onde está o projeto do Gasene, que é tão importante para desenvolver nossa região? Temos gás abundante, que é a nova matriz energética. A execução do Gase-
ne foi suspensa.

Pois bem, o que este Governo está vendendo é o curíssimo prazo, é ter um discurso para as próximas eleições, dizer que vai atender o Nordeste e que vai matar a sede de doze milhões de habitantes nortes-

tinios. Essa é a maior mentira que se ouviu pregada neste País nos últimos tempos! Acredito no Senador Garibaldi Alves Filho, que é um homem sério e honesto e sabe que esta obra, se concluída fosse algum dia – e não acredito em sua conclusão –, não atenderia sequer 10% dessa população, que está dito pelo Ministro Ciro Gomes.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vou permitir, com muito prazer.

De um lado, temos o desejo político-eleitoreiro de ter uma desculpa para o Nordeste. O segundo, também eleitoreiro, é fazer caixa de campanha, caixa dois, que o PT está procurando transformar em algo que é totalmente inofensivo, que não está ao arrepio da lei. Segundo ele, caixa dois é normal neste País. É crime! O PT está querendo fazer caixa dois às custas da transposição do rio São Francisco.

Hoje, o jornal **Correio Braziliense** traz irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas da União apenas na preparação do projeto do edital. São quatrocentos milhões, Senador Antonio Carlos Magalhães! Se o edital não for modificado, estará aí incluído o superfaturamento da obra. E lista as principais irregularidades, checadas pelo Tribunal de Contas da União: erros de projeto; superfaturamento, porque há sobrepreço na escavação, carga e movimentação de terra; quantidade incorreta de areia, brita e cimento no traço (composição) do concreto; adoção do Bônus de Despesa Indireta (BDI) de 56,29% sobre o custo de mão-de-obra, índice superior aos bônus das obras e aos percentuais praticados no mercado; percentual do BDI das obras civis projetado em 41,96%, quando a referência para obras do Governo é de 23,9%; composição do custo na contratação de pessoal para realização do projeto executivo com valores superiores ao de mercado; erros nos cálculos dos valores da construção de rodovias pavimentadas – não cuidam das atuais, mas vão fazer outras – que darão acesso aos canais e ausência de projeto básico para esse tipo de obra; previsão de pagamento de custos administrativos sobre despesas reembolsáveis nos projetos executivos; duplicidade no cálculo do preço pelos serviços de execução de muretas laterais nos canais; preço exagerado do concreto de revestimento com proteção de geomembrana; falta de comprovação dos cálculos para se determinar o custo da terraplanagem.

Quem está dizendo isso é o Tribunal de Contas da União sobre uma obra que sequer teve o seu início. Imagine se essa obra, efetivamente, for feita às vésperas das eleições!

Se o Senador Antonio Carlos Magalhães me permite, gostaria de conceder um aparte primeiro ao Senador Garibaldi Alves, que havia pedido inicialmente, e em seguida a S. Ex^a.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador César Borges, V. Ex^a ouviu o meu discurso, no tom mais conciliatório possível, no sentido de que podemos unir esforços para realizar o que for de melhor para o Nordeste. E o que é de melhor para o Nordeste hoje, com relação ao rio São Francisco? É a revitalização do rio e, ao mesmo tempo, a possibilidade de ser feita uma doação infinitesimal das águas do rio São Francisco para o Nordeste mais seco, aquele que tem uma área de semi-árido maior, que fica justamente no Ceará, no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Mas V. Ex^a está levando o debate para a condenação à obra, um debate do qual – V. Ex^a me permite, tenho o maior apreço por V. Ex^a – eu me recuso a participar, porque não estou aqui defendendo a obra por conta de caixa dois. Eu não estou aqui defendendo irregularidades. Se essa obra tem caixa dois, tem desde D. Pedro II, porque ela vem atravessando séculos e mais séculos...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – D. Pedro teve o bom senso de não fazê-la.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – ... tentando tirar a nossa região dessa situação de carência d'água, uma situação bastante difícil, como V. Ex^a não deixa de reconhecer. V. Ex^a diz: “Não vai beneficiar doze milhões de habitantes do Nordeste”. Vai beneficiar quantos? V. Ex^a sabe quantos ela vai beneficiar? Se ela beneficiar um milhão, se beneficiar dois milhões, se beneficiar três milhões, se beneficiar quatro, cinco, seis milhões, não será importante para essa região? Vamos dizer que as estatísticas estejam erradas. Mas não estamos tratando de estatísticas; estamos tratando de milhares de vidas, de milhares de pessoas que andam muitos quilômetros em busca, às vezes, de uma água suja, de uma água que mais parece um suco de maracujá.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Garibaldi, em primeiro lugar, eu não coloquei V. Ex^a como defensor do caixa dois. Eu disse que essa, sem sombra de dúvida, é uma intenção do Governo. V. Ex^a está defendendo o interesse do seu Estado. Agora, eu acho que V. Ex^a equivoca-se quando defende a transposição, quando deveria defender as obras de infra-estrutura hídrica para aproveitar os recursos disponíveis em seu Estado, como aqueles que estão na Armando Ribeiro Gonçalves, que não são utilizados, por falta de recursos para adutoras, para projetos de irrigação, porque o Governo Federal não tem investido dessa forma.

Segundo, há um outro equívoco. O Nordeste brasileiro tem 900 mil hectares no semi-árido; desses 900 mil, 360 mil hectares estão dentro do Estado da Bahia. E eu não vejo nenhuma preocupação do Governo Federal em atender essa população tão pobre e tão sofrida como a do Estado de V. Ex^a, inclusive em projetos onde já foram investidos recursos elevados para obras que estão à margem do rio, obras extremamente viáveis que, por exemplo, revolucionaram a economia de Petrolina, no Estado de Pernambuco, e de Juazeiro, no Estado da Bahia. Elas estão paralisadas, porque não há o mínimo recurso para serem tocadas e aproveitar o recurso que já foi colocado. É o caso do Baixio do Irecê, do Salitre. Para se irrigar cinco mil hectares do Salitre, por exemplo, só faltam R\$ 20 milhões, mas o Governo não aloca esse valor no Orçamento Geral da União e quer alocar R\$ 600 milhões para iniciar a obra de transposição, ainda este ano. Então, é contra isso que nos estamos insubordinando.

Quanto a essa história da revitalização, é muito bonito prometer, é muito bonito fazer! Agora, a curto prazo, o que o Governo está pretendendo é iniciar a transposição, porque, com relação à revitalização – vou-lhe dar um dado – estão autorizados no Orçamento deste ano, R\$ 67 milhões. Sabe quanto foi pago até agora? R\$ 1,8 milhão: 2,6%. Isso mostra o interesse do Governo na revitalização do rio. Tenho certeza de que o Governo não está com esse interesse de revitalizá-lo. Ele quer, sim, iniciar uma obra de engenharia, grandiosa, megalomaníaca, que permita auferir recursos para a campanha eleitoral.

Concedo um aparte, com muita satisfação, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador César Borges, V. Ex^a fez justiça ao Senador Garibaldi ao dizer que S. Ex^a não está interessado no caixa dois. A prova é que o Senador não está envolvido em nada que diz respeito ao mensalão. Essa é uma demonstração inequívoca. Mas S. Ex^a sabe que este Governo não merece confiança em obras menores, que dirá em uma grande obra como essa! As soluções existem para todos os Municípios do Nordeste que o São Francisco não atinge, V. Ex^a tem toda razão. Agora, o que o Senador Garibaldi Alves precisa ler – e deve ler com atenção, pela sua capacidade e, sobretudo, pelo seu futuro – é o relatório do Bird, que mostra que esse projeto não pode ser feito agora, que isso é uma loucura. Mas loucura no Governo Lula, principalmente envolvendo seus familiares, é coisa comum.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

É essa a preocupação que preside todos nós. Esse projeto existe desde a época de Dom Pedro II,

que teve o bom senso de não realizá-lo porque via que o Tesouro Nacional não tinha capacidade de fazer essa obra. Passamos por Presidentes como Juscelino Kubitschek, que teve a visão de fazer uma Brasília, que trouxe desenvolvimento ao Centro-Oeste. Nunca pensou em transposição porque ele sabia que não atenderia o Nordeste. Mas houve a Sudene, que realmente melhorou muito as condições de vida no Nordeste, principalmente na industrialização. Houve um compromisso do Presidente Lula de recriar a Sudene e revitalizá-la. Ele não cumpriu em hora alguma esse seu compromisso. Nem ele nem o Ministro Ciro Gomes, que até hoje veda a possibilidade de recriação da Sudene se não utilizar o Fundo de Desenvolvimento Regional para isso. Então, lamentavelmente, não temos de acreditar nesse Governo, porque ele não tem correspondido às necessidades da região. Enquanto isso, fala nesse projeto grandioso, que vai sangrar o rio São Francisco...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, vou encerrar.

Além do mais, há outro equívoco. O Senador Garibaldi disse que vai sangrar o rio em termos mínimos, 1,4%, segundo o Ministro Ciro Gomes. Essa é outra inverdade. Temos que avaliar a quantidade de água que será levada em relação ao que está disponível para ser outorgado, aquilo que o rio pode ceder sem causar desastre ambiental na sua foz. Essa quantidade de água são 325 metros por segundo. Eles querem fazer um canal para 125 metros por segundo quando houver sobra de água, e, quando não houver, utilizar apenas 25 metros por segundo.

Agora vejam bem, Srs. Senadores: essa é uma obra que será realizada cinco vezes maior para o uso eventual, quando houver sobra de água. Isso é um desperdício de recursos públicos para um Governo que não tem tido, de modo geral, com a Nação brasileira, os investimentos.

Eu ouvi aqui, hoje à tarde, o Senador Antonio Carlos Magalhães reclamar, com a maior propriedade, do problema da febre aftosa. Se estamos sofrendo esse prejuízo na pecuária brasileira é porque houve desleixo desse Governo, falta de compromisso com o setor. Ele não investiu.

O Ministro da Agricultura, por diversas vezes, reclamou e disse que o Presidente tinha dito ao Ministro Palocci que liberasse recursos. Mas o Presidente não é ouvido sequer pelo seu Ministro Palocci, porque ele não entende de nada, ele não sabe de nada; sempre ele é o último a saber nos casos de corrupção e também com relação ao Orçamento da União. Quem libera

é o Ministro Palocci, e ele não liberou. O Ministro Palocci pode ser muito bom para o sistema financeiro e o mercado, mas não está sendo bom nem justo para os mais pobres do País e para aqueles que produzem. Então, agora haverá R\$600 milhões para a transposição do rio São Francisco?

Senador Garibaldi Alves Filho, apelo para a sua inteligência. V. Ex^a é um homem inteligente. Estão lhe enganando, Senador Garibaldi. Abra os olhos. V. Ex^a já foi muito enganado nos últimos três anos. Não continue prestando esse tipo de serviço a esse Governo. Entendo perfeitamente que V. Ex^a tem a obrigação política de defender o seu Estado, mas tome muito cuidado com até onde vai essa defesa.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, concederei um aparte ao Senador Garibaldi, porque estou citando muito S. Ex^a no meu discurso, mas S. Ex^a também me citou no dele. Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador César Borges, não quero me prolongar no aparte, porque estou vendo que V. Ex^a já está com problema de tempo, mas queria dizer a V. Ex^a que, pelo menos, o Governo está cumprindo. V. Ex^a diz que o Governo só faz prometer, que, em matéria do Nordeste, o Governo ainda não realizou nenhuma promessa. E, na hora em que o Governo realiza uma, que é a transposição das águas do rio São Francisco, V. Ex^a vem reclamar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas não realiza não... É só para ter dinheiro para o início da obra, Senador Garibaldi Alves Filho. Logo depois se paralisa, se não ganhar a eleição. Ele só tem agora um ano e dois meses de Governo.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu, de fato, não ia mais atrapalhar, mas o Senador Garibaldi Alves fez dois apartes. Eu já disse várias vezes, Senador João Capiberibe, que a minha posição, se eu fosse oportunista, que a melhor coisa para mim seria não entrar nesse debate. Todos sabem que estamos construindo um partido nacional, e isso cria um problema entre os Estados que supostamente seriam beneficiados com essa obra. Não caberia na cabeça de ninguém que, se fosse uma obra para atender os nossos pobres irmãos nordestinos do Nordeste setentrional, eu fosse contra. Isso seria impossível. Eu me sinto na obrigação de fazer esse aparte e várias vezes tratar desse tema, porque infelizmente o projeto representa uma farsa técnica e uma fraude política. Para mim, a posição mais cômoda seria fazer o meu discurso em Penedo, em Piaçabuçu – isso agradaria o povo de Alagoas – e me calar aqui, porque os meus companheiros do P-SOL, também alguns enganados no Nordeste setentrional, ficam o tempo todo

me pedindo que eu não entre nessa briga. O problema é que eu não posso me calar diante de algo assim. É por isso que talvez a melhor coisa fosse fazer o plebiscito. Por meio do plebiscito, se teria o mesmo tempo de discussão entre os que são contra e os que são a favor. Seria feito um debate técnico, seriam apresentadas todas as outras alternativas de baixo custo e alta eficácia para minimizar a dor e o sofrimento dos nossos irmãos do Nordeste setentrional, e se acabaria com essa farra. O problema é que todos sabem para que é a obra. Essas grandes obras faraônicas representam quase um processo que todo governo quer fazer: a grande placa, a grande obra, as empreiteiras, as construtoras, os latifundiários da agricultura de exportação, da soja transgênica, do algodão colorido, da fruticultura de exportação, com projetos de irrigação a um preço muito alto, como todos sabem. As estações elevatórias, o preço da energia, o preço da água, o subsídio cruzado, quem vai pagar esses grandes projetos de irrigação para os latifundiários são as populações pobres das periferias urbanas, que nem são contempladas com a melhoria do abastecimento de água. Terão que pagar pelo subsídio cruzado. Então é só isso. Basta ver a quantos quilômetros de distância o canal está das áreas mais pobres do semi-árido do Nordeste setentrional. O canal passa a mais de 100 km de distância; portanto, nem vai beneficiá-lo. Então, eu me sinto na obrigação de apartear. É por isso que seria bom o plebiscito. Se houvesse o plebiscito, a população decidiria, e todos nós, humildemente, nos submeteríamos ao debate democrático. O que não pode são 300 horas de televisão, belas peças publicitárias de propaganda enganosa, ludibriando até os bons corações. Existem pessoas bem-intencionadas que certamente não analisaram o projeto e ficam a repetir que ele vai servir para auxiliar os nossos pobres irmãos nordestinos. E não o será. Não tenho nenhum problema com essa história de Estado que está lá. Apesar de não ter dúvida de que o São Francisco é um abraço de Deus, uma belíssima demonstração da natureza, não tenho nenhum problema emocional com isso, não. Mas sei que existem outras alternativas de baixo custo e alta eficácia para o nosso semi-árido do Nordeste setentrional. O Governo precisa dizer por que não faz isso. Infelizmente, não o diz.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Garibaldi Alves Filho, não duvide de que o Delúbio ficará responsável por essa obra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a está alertado de que pode ser prejudicial à sua imagem ficar amparando obras defendidas por Delúbio Soares.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero falar sobre um artigo de hoje do ex-Ministro do Tribunal Superior

do Trabalho Dr. Marcelo Pimentel. Nem sei de que Estado ele é. Ele também diz que “o Governo insiste na aventurosa tentativa que está na cara é meramente eleitoreira e oportunista”. Diz mais o ex-Ministro: “Não é possível que um projeto eleitoreiro desse tipo seja levado avante sem que se respeite a opinião técnica de Estados mais interessados (berços do rio) e de entidades científicas que não foram devidamente ouvidas”.

Como disse aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Banco Mundial (Bird) não aceitou financiar a obra e a considera desnecessária, porque temos prioridades até maiores em nosso País.

E quero também acatar o que disse a Senadora Heloísa Helena em relação ao plebiscito, que foi proposto por um deputado baiano. O Deputado Luiz Carreira foi Secretário de Planejamento quando eu fui Governador. Trata-se de um técnico competente e que conhece o assunto. Também foi criada no Senado, pelo ex-Senador Waldeck Ornelas, uma comissão de salvação do rio São Francisco, com um belo trabalho, e o Governo não olha por nada disso. O Governo quer fazer a transposição custe o que custar. Essa é uma obra eleitoreira, um engodo para tentar enganar a população nordestina pelo que ele não fez ao longo de três anos e diz que fará agora. Mas não vai, porque nós sabemos que essa obra tem início, mas não terá meio nem fim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedemos a palavra ao nobre Senador João Alberto Capiberibe.

V. Ex^a dispõe, regimentalmente, de até vinte minutos, embora disponhamos de apenas dez minutos para encerrar a sessão. Assim, V. Ex^a dispõe do tempo que resta para o encerramento da sessão. Posteriormente, nós a prorrogaremos para que a nobre Senadora Heloísa Helena também possa fazer o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, nesta oportunidade, prestar um esclarecimento. Todos sabem que pesa sobre mim e minha companheira, Deputada Federal, um processo de cassação de mandatos. Nossos mandatos foram cassados pelo TSE. No entanto, ainda resistimos no Supremo Tribunal Federal.

Estive, num desses finais de semana, participando de uma cerimônia em um município no meu Estado, e o Prefeito estava com dificuldade de saber que tratamento dar a mim, se de Senador cassado ou de ex-Senador. Eu disse a ele que me tratasse como me tratam as crianças do meu Estado, como sempre me

trataram, de Capi. Nunca me trataram por Governador e tampouco hoje me tratam por Senador; chamam-me por Capi. Eu disse ao Prefeito que me tratasse como me tratam as crianças.

Eu quero esclarecer que, na quarta-feira, mais uma vez, o Supremo Tribunal Federal colocou em pauta uma discussão, uma questão de ordem, suscitada pelo Ministro Joaquim Barbosa, sobre a decisão que tínhamos conquistado lá atrás, no Pleno, por uma liminar que nos mantém até hoje. Aliás, quero deixar claro que continuamos exercendo, em toda a plenitude, os mandatos de Senador e Deputada Federal em função dessa liminar, concedida pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, que nos garante até o trânsito em julgado.

Todos sabem que, na quinta-feira, dia 22, o Supremo decidiu não conhecer de um recurso que impetraramos, mas ainda assim não decidiu sobre os efeitos da liminar, sobre o qual deve, então, decidir na quarta-feira. Na quarta-feira deve haver dois julgamentos no Supremo: do Deputado José Dirceu, que, pela pauta, é o primeiro, e o nosso, o segundo, no qual o Supremo deverá decidir se mantém ou suspende os efeitos da liminar.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade – a TV Senado e a Rádio Senado são muito ouvidas no meu Estado, inclusive no interior, e representam o melhor veículo de comunicação, porque a maioria dos meios de comunicação do meu Estado não me permite dar entrevista, sendo raros aqueles a que tenho acesso – para falar daqui aos meus conterrâneos que a última palavra pertence ao Senado e à Câmara Federal. Uma vez encerrada essa luta judicial, virá para o Senado Federal e para a Câmara tomar a decisão final sobre os nossos mandatos.

Na quinta-feira, dia 13, houve um grande ato de solidariedade e militância em Macapá, um ato importante, um ato de resgate ao povo do Amapá, pois essa cassação não nos atinge pessoalmente. Somos militantes políticos com uma longa atividade. Militamos desde a época da resistência democrática, passamos pela prisão, pela tortura, pelo exílio. Como dizia um amigo meu, “toicinho com mais cabelo nós já comemos”. Portanto, a cassação dos nossos mandatos não nos atinge pessoalmente, mas atinge, sim, o povo que votou e nos delegou esses mandatos.

Esse ato público, promovido pela Executiva Nacional do Partido Socialista Brasileiro, um ato supra-partidário, foi no sentido de mostrar ao povo do Amapá que havia um reconhecimento de que a tentativa de cassação dos nossos mandatos atingia todos aqueles que votaram conosco, porque anula seus votos, anula a sua vontade e atinge profundamente a democracia.

Quanto à forma como se deu, muita gente já conhece.

Nesse ato, um Senador cassado e uma Deputada cassada reúnem em praça pública entre doze mil e quinze mil pessoas, indignadas, claro, com os acontecimentos, mas muito esperançosas e ativas, interativas, participando.

Esse ato reuniu políticos de várias regiões do País. Estiveram lá o Governador Jorge Viana, meu vizinho das cabeceiras do rio Amazonas – vizinho que está a cinco mil quilômetros de distância –, o Governador Reinaldo Tavares e a Primeira-Dama, Alexandra Tavares, e também o Deputado Caíto Quintana, representando o Governador Roberto Requião, que está na Europa, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Antonio Carlos Valadares, a Deputada Luiza Erundina, o Deputado Renato Casagrande, Líder do meu Partido na Câmara Federal, o Deputado Dr. Ribamar, do PSB do Maranhão, o Deputado Luciano Leitoa, que esteve representando algumas pessoas, como o Prefeito Serafim Correia, de Manaus, e estiveram presentes também lideranças locais de vários partidos, o Deputado Rui Smith, do PSB, o Deputado Randolph Rodrigues, do P-Sol, vereadores. Enfim, houve a presença de lideranças importantes que vieram manifestar este apoio solidário neste momento importante da nossa luta política.

Escrevo essa cassação, Sr. Presidente, como um capítulo a mais na luta política. Ela até nos estimula, porque todos nós sabemos que as nossas instituições precisam se aprimorar. Elas são compostas por seres humanos, que cometem muitos acertos, mas, às vezes, também alguns equívocos.

Se compararmos o que aconteceu com o nosso processo... Fomos condenados sob a acusação de comprarmos dois votos por R\$26,00, Senador Antonio Carlos Magalhães. Dois votos por R\$26,00, sendo a primeira parte de R\$10,00 à vista e o restante pago à prestação. Isso me parece uma atitude não só para desqualificar a nossa eleição como também para desmoralizar nossas instituições, porque, tenho repetido, isso ocorreu no Amapá, no outro lado do rio Amazonas, na margem esquerda do rio Amazonas.

Ora, se, no Amapá, onde a Procuradoria Eleitoral agiu com rigor na eleição de 2002 e o Tribunal Regional eleitoral usou loupas de grande potência para enxergar, principalmente no meu caso – como Governador, tive conflitos com alguns membros daquele Tribunal –, se lá a Procuradoria Regional Eleitoral não representou, porque não encontrou nenhum crime eleitoral praticado por nós, ainda assim os derrotados entraram com recurso no TRE, baseado numa boca-de-urna... A punição contra nós foi feita em função da boca-de-urna

que a Procuradoria Eleitoral descobriu um dia antes – ela apreendeu todo o material, apreendeu a lista dos “boqueiros”, apreendeu os “santinhos”, apreendeu os R\$15 mil destinados a pagar a merenda dos “boqueiros”; então, não houve nem o crime de boca-de-urna –, mas foi em função dessa boca-de-urna que se compraram duas testemunhas para montar a farsa. Essa é uma das tantas farsas, das tantas armações que se fazem neste País.

Vou trazer, amanhã, uma outra armação, que está na Procuradoria-Geral da República, uma acusação que pesa contra nós que é algo impensável. Há uma denúncia de que eu teria desviado R\$360 milhões num orçamento de R\$1 bilhão. Amanhã, como estou inscrito para falar, vou trazer todo o processo para mostrar como se utilizam as instituições republicanas de forma política, prejudicando e dificultando a sua credibilidade. O que queremos é ter segurança de que essas instituições funcionem. Não queremos duvidar delas. É isso que lamentamos nesse episódio. Como já disse, esse episódio não nos atinge pessoalmente. Se cassam nossos mandatos, cassam, principalmente, a voz do povo que nos elegeu.

Depois de muitos anos fora do Amapá, pois passei 10 anos exilado, percorrendo vários países, voltei para a Amazônia, porque sei que lá são necessários quadros políticos, são necessários militantes políticos capazes de erguerem sua voz contra a destruição ambiental, contra o crime organizado. É necessário, enfim, alguém que possa interagir com aquela comunidade e que possa dar uma condução política àquele processo. Voltei para aquele Estado para isso, o que, evidentemente, tem causado um mal-estar às oligarquias e às elites locais, que têm procurado, de todas as maneiras, nos atingir. Finalmente, conseguiram nos atingir com um processo que é uma armação do começo ao fim. Qualquer político desta Casa, quando olha o processo, sabe perfeitamente o que aconteceu.

Portanto, devo dizer que continuo no Senado e que a Deputada Janete continua na Câmara, para efeito de esclarecimento, até o dia em que este Senado declarar vacância do cargo de Senador e empossar o derrotado de 2002 e em que o mesmo ocorrer na Câmara dos Deputados.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena,

mas, antes prorrogo por dez minutos a sessão, pedindo a S. Ex^a que colabore com a decisão da Mesa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e solicito, conforme possibilita o Regimento, que eu faça o meu pronunciamento sentada, Senador Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a está autorizada a falar sentada.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, tenho observado e já tive oportunidade também de, em aparte, falar sobre a questão – hoje vários Senadores trataram do tema – do recrudescimento da febre aftosa, especialmente no Mato Grosso do Sul, numa das fazendas-modelo de Mato Grosso do Sul.

Eu já havia tido a oportunidade, ainda na quinta-feira passada, de tratar do tema em aparte a vários Senadores que falaram do assunto. Tive oportunidade também, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, de ler o relatório feito pelo Tribunal de Contas da União já alertando para o risco de recrudescimento da febre aftosa e mostrando que as metas de erradicação não seriam alcançadas em função de duas questões: o contingenciamento de recursos, que já vinha sendo feito, e a situação precária da vigilância sanitária.

É claro que quem é da área de epidemiologia e de todas as áreas relacionadas à saúde pública, à vigilância sanitária, sabe exatamente o que vinha acontecendo em relação à febre aftosa no Brasil. Se realmente for detectado que houve um fato criminoso, como o tráfego de animais contaminados na fronteira, fico imaginando o que pode acontecer com as armas. Se passa uma boiada contaminada na fronteira, imagino o quanto passará de armas contrabandeadas, clandestinas em nosso País.

Tendo em vista o conteúdo do Relatório do Tribunal de Contas da União, deixo registrada a irresponsabilidade do Ministério da Agricultura, do Ministério da Fazenda e do atual Governo em relação ao tema. O Tribunal de Contas da União já alertava ao Governo Federal sobre a possibilidade de recrudescimento da febre aftosa e mostrava, por meio de um procedimento investigatório, que as metas de erradicação não seriam alcançadas em função de contingenciamento de recursos e da situação precária da vigilância sanitária na região. Tudo isso está no relatório, que informa sobre a falta de patrulhas móveis, a falta de pessoal e, portanto, a falta de estrutura para controlar o tráfego de animais.

Existem problemas em relação a dois Estados em que a febre aftosa não está sob controle, no caso específico do Paraguai e da Bolívia. Há o problema re-

lacionado ao Rio Grande do Sul em relação à fronteira do Uruguai e Argentina. Há problemas gravíssimos no País todo, porque, se existem problemas em relação a áreas que já estavam classificadas “livres sem vacinação”, imaginem o problema em outros Estados, inclusive no meu Estado. Muitos pecuaristas vêm lutando para mudar a classificação de alto risco em que se encontram hoje Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Alagoas, que estão na faixa de alto risco. Muitos desses Estados têm tentado mudar a classificação para “livres com vacinação”, já que outros Estados, inclusive esse que acabou tendo surto, estão “livres sem vacinação”. Há problema, como já foi aqui relatado, inclusive no Estado da Bahia, por estar nas proximidades de outros Estados que estão ou sob a condição de alto risco ou sob a condição de “livre com vacinação”.

Deixo registrado o problema gravíssimo. A falha realmente foi do Governo Federal. É um cinismo muito grande cada um ficar jogando a responsabilidade para outros, porque, quando a balança comercial vai muito bem, o Governo traz para si o bônus da balança comercial. Aí diz: “Não, os produtores...” O Governo traz para si o bônus da grande exportação, portanto, o equilíbrio e o aumento na balança comercial; e, quando é um problema, o Governo repassa de forma cínica para os produtores, em vez de todos assumirem a sua responsabilidade.

Todos sabemos que, na área de fronteira, a responsabilidade é do Ministro da Agricultura. Se o Ministro da Agricultura solicitou ao Ministro da Fazenda, que, irresponsavelmente, só liberou, como execução orçamentária, menos de 0,4% do que estava orçado, problema de todos eles, problema do Governo Federal.

Deixo, então, registrado que o próprio Tribunal de Contas da União já tinha alertado ao Governo Federal sobre o recrudescimento da febre aftosa, sobre a incapacidade de cumprimento de metas de erradicação em função do contingenciamento de recursos e da situação precária de vigilância sanitária. Infelizmente, acaba sobrando para ao País, e cada um fica, irresponsável e cincicamente, jogando a culpa para quem, efetivamente, culpa não tem.

Se existe conluio entre fiscais corruptos e produtores corruptos, a responsabilidade é também do Governo Federal, que não estabelece nem os mecanismos de controle para não haver a corrupção nem a garantia necessária aos fiscais honestos que trabalham em zona de perigo, em região de tráfico de drogas e crime organizado e que, por esse motivo, precisam estar devidamente protegidos, inclusive para cumprir as suas respectivas funções.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Encerrado o pronunciamento da Senadora Heloísa Helena, ultrapassado o tempo regimental e nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 24, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005), que *prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.*

Relator revisor: Senador César Borges
Prazo final: 20.10.2005 (quinta-feira)

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que *revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.*

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Prazo final: 26.10.2005

– 3 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 25, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 255, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2005 (prove-

niente da Medida Provisória nº 255, de 2005), que *prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios; altera as Leis nºs 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e 9.311, de 25 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Amir Lando
Prazo final: 31.10.2005

– 4 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 256, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinqüenta mil, setecentos e trinta e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:
Prazo final: 18.11.2005

– 5 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 257, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 257, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de um bilhão, duzentos e quatorze milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:
Prazo final: 18.11.2005

– 6 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 62, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)
(Encontra-se sobrestando a pauta a partir de 2-10-2005)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional*

de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Dependendo de leitura dos pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

– 7 –

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 55, DE 2005**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais*.

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador **Edison Lobão**.

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

– 9 –

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Tran-*

sitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

– 10 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta.

– 11 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

– 12 –

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 162, DE 2004 – COMPLEMENTAR**
(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

– 13 –

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

– 15 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

– 16 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluso novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Rodolfo Tourinho.

– 17 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

– 18 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

– 19 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

– 20 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de de-

zembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

– 21 –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 370, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE

(Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolfo Tourinho.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 39 minutos.)

(OS Nº 17086/05)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	P - SOL	ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	PMDB	Heloísa Helena
	PARÁ	PSDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PFL	Teotonio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PSDB	SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	PMDB	AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PSDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PDT	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PSDB	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	BLOCO - PT	PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	P - SOL	Tião Viana
	GOIÁS	BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSDB	TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PMDB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PMDB	AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	BLOCO - PSB	José Sarney
	PARAÍBA	PMDB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	BLOCO - PT	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	PMDB	RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	BLOCO - PT	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	BLOCO - PT	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	PMDB	RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDb
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
<u>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</u>	
	<u>PMDB</u>
	<u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</u>
	<u>PDT</u>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995
2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001
4^a Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055

**GESTÃO
00001**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



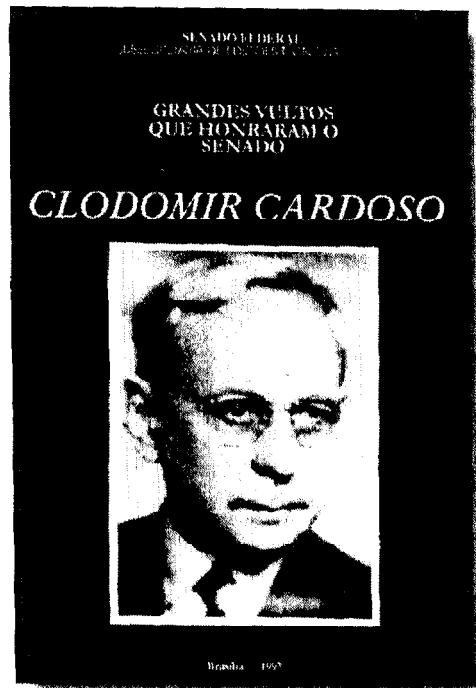
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Clodomir Cardoso

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 108 PÁGINAS